



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM
MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

CONTAGEM/MG
MARÇO/2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM
MINAS GERAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2011, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

CONTAGEM/MG

MARÇO/2012

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA
JOSÉ EDUARDO CARDOZO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DPRF
DIRETOR-GERAL
MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA
SUPERINTENDENTE REGIONAL – 4ºSRPRF
DAVI STANLEY BOMFIM DIAS
SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUO– 4ºSRPRF
WALDER NASCIMENTO VIEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO - SPF
MARCOS PIERRE VESPERMANN CARVALHO
CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - SAF
ALDO LAMARCHE CASTRO PEREIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SRH
DAVI NICOLATINO SOARES
CHEFE DA CORREGEDORIA REGIONAL - CR
RICARDO FOSCARINE DE ALMEIDA
CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO - NUAT
VANDERLEI DONIZETE REZENDE
CHEFE DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA - NUINT
JOÃO BATISTA DE LIMA
CHEFE DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - NUCOM
FABRÍZIA DE PINHO NICOLAI
CHEFE DO NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - NOE
RODRIGO DINIZ COSTA
CHEFE DO NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES - NMP
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA SANTOS
CHEFE DO NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA - NURAM
FLAVIA DE OLIVEIRA
CHEFE DO NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - NUOFI
EDUARDO ANDRADE DOMINGOS MACHADO
CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS - NUSEG
NELSON TEIXEIRA DA SILVA FILHO
CHEFE DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO - NUDOC
ADILSON DE SOUZA SANTOS
CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL - NUPAT
SILVACER PACHECO DA SILVA
CHEFE DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES - NUTEL
LIMONCINO SÉRGIO SOARES DE PAIVA
CHEFE DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - NUAP
GUILHERME DE CASTRO
CHEFE DO NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - NUCAP
CLÁUDIO ARAÚJO FREITAS
CHEFE DO NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS – NUAI
BRENO AUGUSTO GOMES TINELLI

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BAT – Boletim de Acidente de Trânsito
- CGPLAM – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária (DPRF)
- CGU – Controladoria-Geral da União
- DN – Decisão Normativa
- DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- DRPRF – Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
- IN – Instrução Normativa
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- MJ – Ministério da Justiça
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
- Port. – Portaria
- PPA – Plano Plurianual
- PRF – Polícia Rodoviária Federal
- PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
- RG – Relatório de gestão
- SIGER – Sistema de Informações Gerenciais Data Warehouse
- SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
- TCU – Tribunal de Contas da União
- UG – Unidade Gestora
- UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS

QUADRO	CLASSIFICAÇÃO	PÁGINA
I	Estrutura Organizacional	13
A.1.1	Identificação da UJ no relatório de gestão individual	18
A.2.1	Execução física das ações realizadas pelo DPRF- Programa 0663	29
X	Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG no Programa 0663	35
X1	Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG em outros Programas	39
X2	Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG no Programa 1386	92
X3	Programa de Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	92
A.2.1	Execução física das ações realizadas pelo DPRF- Programa 0750	116
A.2.2	Execução física das ações realizadas no PRF	121
A.2.3	Identificação das Unidades Orçamentárias	109
A.2.4	Programação de Despesas Correntes	110
A.2.5	Programa de Despesa de Capital	110
A.2.6	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	110
A.2.7	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Não se aplica	110
A.2.8	Despesas por Modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	111
A.2.9	Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ - (Não se aplica)	111
A.2.10	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	111
A.2.11	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	112
A.2.12	Despesas Correntes por Grupo e elementos de Despesas dos créditos recebidos por movimentação	113
A.2.13	Despesas de Capital por Grupo e elementos de Despesas dos créditos recebidos por movimentação	114
X4	Serviços Continuados	94
A.3.1	Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Crédito	117
A.4.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios anteriores	118
A.5.1	Força de trabalho da UJ	128

A.5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	129
A.5.3	Detalhamento estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	130
A.5.4	Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária	130
A.5.5	Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade	131
A.5.6	Composição do quadro de Servidores inativos	132
A.5.7	Composição do quadro de instituidores de pensão	132
A.5.8	Composição do quadro de estagiários	133
A.5.9	Quadro de custo de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	134
A.5.9	Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ	134
A.5.10	Relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência de realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado	135
A.5.11	Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento para a substituição de terceirizados	135
A.5.12	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	136
A.5.13	Contratos de Prestações de Serviços com Locação de Mão de Obra	137
A.6.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	147
A.6.2	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos exercícios	148
A.6.3	Resumo dos instrumentos de transferências que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	148
A.6.4	Resumo da prestação de contas e transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de controle de repasse	150
A.6.5	Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	150
A.7.1	Declaração de Inserção e atualização de dados no SIASG	152
A.8.1	Demonstrativo do Cumprimento, por autoridade e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	153
A.9.1	Estrutura de Controle Interno	154
A.10.1	Gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	157
A.11.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	159
A.11.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros	159
A.11.3	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ	160

A.12.1	Gestão de Tecnologia da Informação	164
A.13.1	Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	165
A.13.2	Despesa com Cartão Corporativo (Série Histórica)	165
A.14.1	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	165
A.14.2	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	165
A.14.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	165
A.14.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	165
A.14.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	165
A.14.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas	166
A.14.6	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas	166
A.14.7	Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ	166
A.14.8	Prestação de Contas de Renúncias de Receitas	166
A.14.9	Quadro A.14.9 - Comunicação à RFB	166
A.14.10	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	166
A.14.11	Quadro A.14.11 – Ações da RFB	167
A.15.1	Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício	167
A.15.2	Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	167
A.15.3	Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI	168
A.15.4	Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	168
A.16.1	Informações sobre a recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	168
A.16.2	Informações sobre a recomendação da unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	168

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, IMAGENS, DECLARAÇÕES, ETC

CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	PÁGINA
Tabela 1	Cursos executados pelo núcleo de legislação e capacitação de pessoal da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.	37
Tabela 2	Demais eventos de capacitação executados pelo núcleo de legislação e capacitação de pessoal da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, em 2011.	38
Tabela 3	Calendário das Operações	41
Tabela 4	Calendário das operações regionais - temáticas	41
Tabela 5	Calendário das operações regionais - delegacias	42
Tabela 6A	Atividades operacionais desenvolvidas	43
Tabela 6B	Participação em operações nacionais temáticas/especiais	44
Tabela 6C	Operações regionais temáticas/especiais	45
Tabela 6D	Operações calendário regional-delegacias	46
Tabela 6E	Operações diversas	47
Tabela 7A	Calendário das operações nacionais	50
Tabela 7B	Calendário das operações regionais/especiais	50
Tabela 7C	Calendário das operações locais	52
Tabela 8A	Capacitações realizadas no núcleo de operações especiais-noe/4	55
Tabela 8B	Resultados operacionais das ações do núcleo de op. especiais/4	57
Tabela 8C	Ações de combate ao crime	57
Tabela 9	Metas do corpo de motociclismo para 2012	59
Tabela 10A	Nº de acidentes	69
Tabela 10B	Nº de feridos	69
Tabela 10C	Nº de mortos	69

Tabela 10D	Frota de de veículos em MG	69
Gráfico 1	Evolução dos acidentes, feridos e mortos entre 2007 e 2011	70
Tabela 10E	Relação de acidentes por causa presumível - 2007	71
Tabela 10E1	Relação de acidente por causa presumível -2008	72
Tabela 10E2	Relação de acidente por causa presumível -2009	72
Tabela 10E3	Relação de acidente por causa presumível -2010	73
Tabela 10E4	Relação de acidente por causa presumível -2011	72
Tabela 10G	Comparativo de acidentes mês a mês 2008	73
Tabela 10H	Comparativo de acidentes mês a mês 2009	73
Tabela 10I	Comparativo de acidentes mês a mês 2010	73
Tabela 10J	Comparativo de acidentes mês a mês 2011	73
Gráfico 2	Evolução dos acidentes mês a mês entre 2007 e 2011	74
Tabela 10K	Dados relativos ao atendimento ao público	75
Tabela 10K1	Dados relativos ao atendimento ao público	75
Tabela 10L	Atividade desenvolvidas	78
Tabela 11	Autos de infrações em qualquer status (4ªsprf x pmmg)	84
Gráfico 3	Evolução da quantidade total de autos por ano - prf x pmmgGráfico 3 – evolução da quantidade total de autos por ano - prf x pmmg	84
Gráfico 4	Total de multas por tipo de auto	85
Tabela 12A	Quantidade de autos válidos x inválidos	85
Tabela 12B	Quantidade de imagens válidas x não válidas	85
Tabela 13A	Cenário das juntas julgadoras	87
Imagem 1	Palestra	90
Imagem 2	Exposição de viaturas e equipamentos	90
Imagem 3	Palestras para motoristas	90
Imagem 4	Palestras para estudantes	90

Imagem 5A	<i>Sistema de controle do volume de ligações</i>	99
Imagem 5B	<i>Sistema de controle do volume de ligações</i>	99
Gráfico 5A	Tráfego de ligações por mês	100
Gráfico 5B	Tráfego de ligações por mês	100
Gráfico 5C	Controle de volume de ligação por faixa de horários	100
Gráfico 5D	Controle de volume de ligação por faixa de horários	101
Tabela 14	Trabalho da CPL em 2011	108
Gráfico 6	Previsão de vacância entre 2011 a 2017	123
Tabela 15	Processos administrativos analisados e despachados pelos servidores do núcleo de legislação e capacitação de pessoal da 4ª superintendência regional de polícia rodoviária federal em minas gerais, no período de janeiro a dezembro de 2011.	142

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, IMAGENS.....	8
SUMÁRIO.....	10
ORGANOGRAMA FUNCIONAL/COMPETÊNCIAS.....	18
INTRODUÇÃO.....	21
CONTEÚDO GERAL.....	24
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	24
1.1. <i>Quadro A.1.1 - Relatório de Gestão Individual</i>	24
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	24
2.1. <i>Responsabilidades institucionais</i>	24
2.1.1. <i>Competências Institucionais</i>	24
2.1.2. <i>Objetivos estratégicos</i>	28
2.2. <i>Estratégia de atuação frente às resp institucionais</i>	29
2.2.1. <i>Análise do andamento do plano estratégico</i>	29
2.2.2. <i>Análise do plano de ação</i>	33
2.3. <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i>	33
2.3.1 – <i>Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais</i>	33
<i>Quadro A.2.1 – Programa 0663</i>	34
<i>Quadro X - Ações empenhadas pela 4ª SPRF/MG no Programa 0663</i>	36
2.3.1.1. <i>Ação 2B11 - Monitoramento controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal</i>	35
2.3.1.2. <i>Ação 2524 – Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</i>	35
2.3.1.2.1 - <i>Núcleo de capacitação</i>	36
2.3.1.3 - <i>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias federais</i>	38
<i>Quadro XI - Ações empenhadas pela 4ª SPRF/MG em outros Programas</i>	39
2.3.1.3.1 – <i>SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO-SPF/MG</i>	39
2.3.1.3.1.1 – <i>Núcleo de Operações Especiais – NOE/MG</i>	54
2.3.1.3.1.2 – <i>Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM/MG</i>	57
2.3.1.3.1.3 – <i>Núcleo de Multas e Penalidades – NMP/MG</i>	57
2.3.1.3.1.4 – <i>Corpo de Motociclista Regional – CMR/MG</i>	57
2.3.1.3.1.5 – <i>Central de Informações Operacionais- CIOP/MG</i>	58
2.3.1.4 - <i>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal</i>	60
2.3.1.4.1 – <i>Núcleo de Inteligência- NUINT/MG</i>	60
2.3.1.5 - <i>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais</i>	66
2.3.1.6 – <i>Ação 4641 – Publicidade e utilidade Pública</i>	78
2.3.1.6.1 – <i>Núcleo de Comunicação Social – NUCOM/MG</i>	78
2.3.1.7 – <i>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal</i>	82
2.3.1.7.1 – <i>Núcleo de Multas e Penalidades – NMP/MG</i>	82
2.3.1.8 – <i>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais</i>	90
2.3.2 – <i>Programa 1386 – Desenvolvimento institucional da Polícia Rodoviária Federal</i>	91
<i>Quadro A.2.1- Programa 1386</i>	91
<i>Quadro X2 – Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG no Programa 1386</i>	92
<i>Quadro X3 – Programa: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal</i>	92









2.3.2.1 - Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária.....	93
2.3.2.2 – Ação 200G – Construção e ampliação das bases operacionais e unidades.....	93
2.3.2.3 – Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.....	94
2.3.2.3.1 – Núcleo de Telemática – NUTEL/4.....	97
2.3.2.4 – Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	103
2.3.3 – Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	104
Quadro A.2.1 – Programa 0750.....	104
Quadro X4 – Ações empenhadas pela 4ª SPRF/MG no Programa 0750.....	104
2.3.3.1 – Ação 2000 – Administração da unidade.....	105
2.3.3.1.1 – Seção Administrativa e Financeira – SAF/MG.....	105
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas no PRF.....	109
2.3.3.2 - Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.....	109
2.3.3.3 - Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.....	109
2.3.3.4 - Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados.....	109
2.3.3.5 - Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.....	109
2.3.3.6 - Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.....	109
2.3.3.7 - Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos.....	109
2.4 – Desempenho orçamentário e financeiro.....	109
2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa.....	109
Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	109
2.4.2 – Programação de despesas correntes.....	110
Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes.....	110
2.4.3 - Programação de Despesa de Capital.....	110
Quadro A.2.5 – Programação de Despesa de Capital.....	110
2.4.3.1 - Resumo da Programação de Despesas.....	110
Quadro A.2.6 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	110
2.4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	111
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	111
Análise crítica.....	111
2.4.3.3 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	110
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.....	111
2.4.3.4 - Execução Orçamentária de Créditos originários.....	111
Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	111
2.4.3.5 – Despesas de Capital por Grupo e Elementos de Despesas.....	111
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	111
Análise crítica.....	111

2.4.3.6 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	112
<i>Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	112
2.4.3.7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	113
<i>Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e elementos de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	113
2.4.3.8 – Despesa de Capital por Grupo e elemento de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.....	114
<i>Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e elementos de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	114
Análise Crítica.....	115
2.4.4 - Indicadores Institucionais.....	116
2.4.4.1 - Programa 0663.....	116
2.4.4.2 - Programa 1386.....	116
2.4.4.3 - Programa 0750.....	116
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	116
<i>Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Créditos ou Recursos</i>	116
4. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	118
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	118
<i>Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios anteriores.....</i>	118
4.2. Análise crítica.....	118
<i>Gráfico – Previsão de vacância – 2011 a 2017.....</i>	123
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	128
5.1 -Demonstração da Força de trabalho à disposição da UJ.....	128
5.1.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	128
<i>Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ.....</i>	128
5.1.2 – Situação que reduzem a força de trabalho da UJ.....	129
<i>Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....</i>	129
5.1.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	130
<i>Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....</i>	130
5.1.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	130
<i>Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária.....</i>	130
5.1.5 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade.....	131
<i>Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade.....</i>	131
5.2 – Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	132
5.2.1 – Classificação do quadro de Servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	132
<i>Quadro A.5.6 – Composição do quadro de Servidores inativos.....</i>	132
5.2.2 – Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ.....	132

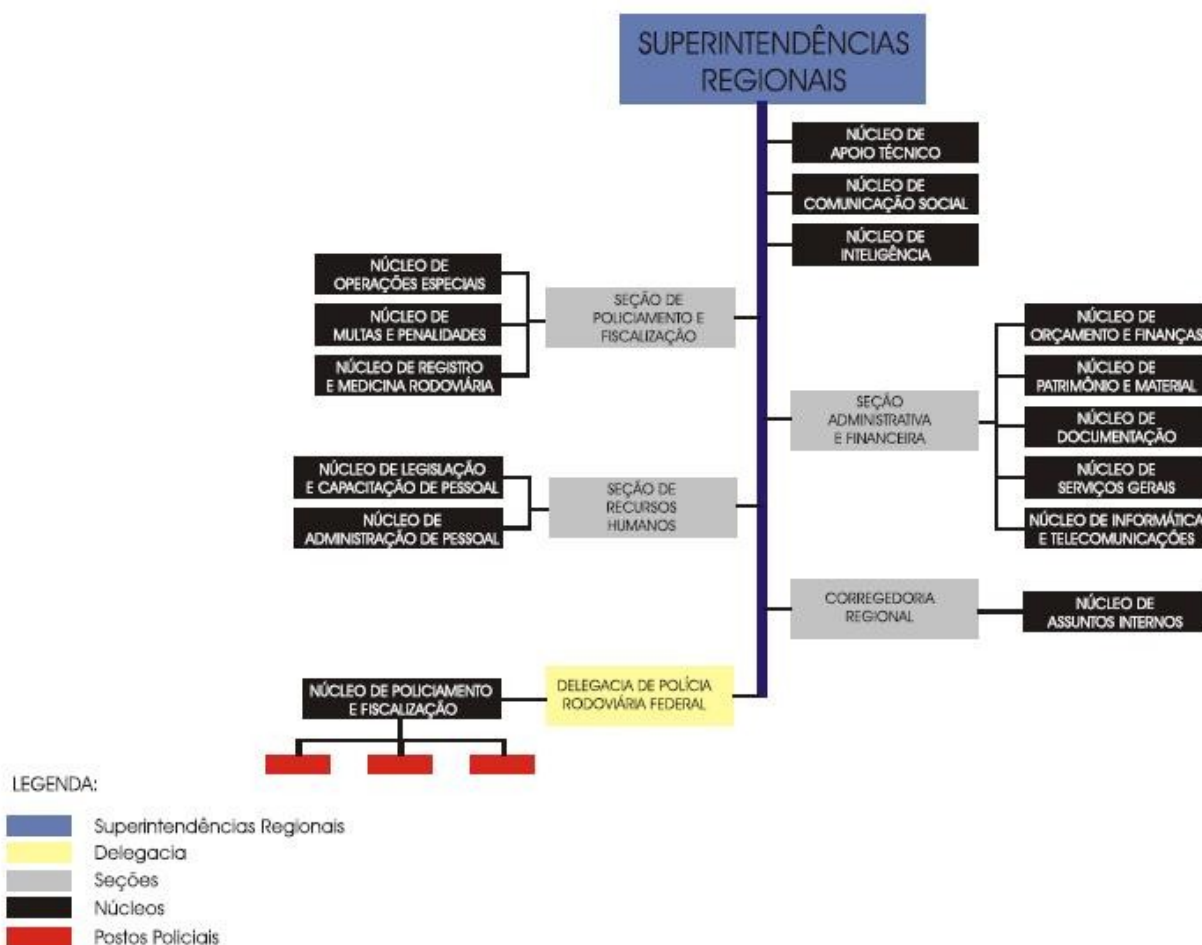
<i>Quadro A.5.7 – Composição do quadro de instituidores de pensão.....</i>	<i>132</i>
<i>5.3 – Composição do quadro de estagiários.....</i>	<i>133</i>
<i>5.3.1 – Composição do quadro</i>	<i>133</i>
<i>Quadro A.5.8 – Composição do quadro de estagiários.....</i>	<i>133</i>
<i>5.4 – Demonstração do custo de pessoal da UJ.....</i>	<i>134</i>
<i>5.4.1 – Quadro de custo do pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....</i>	<i>134</i>
<i>Quadro A.5.9 – Quadro de custo de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....</i>	<i>134</i>
<i>5.5 – Terceirização de mão de obra empregada pela UJ.....</i>	<i>135</i>
<i>5.5.1 – Informação sobre a terceirização de cargos e atividades no plano de cargos do órgão.....</i>	<i>135</i>
<i>Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ.....</i>	<i>135</i>
<i>Quadro A.5.10 – Relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência de realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado.....</i>	<i>135</i>
<i>5.5.2 – Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....</i>	<i>135</i>
<i>Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento para a substituição de terceirizados.....</i>	<i>135</i>
<i>5.5.3 – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ.....</i>	<i>135</i>
<i>Quadro A.5.12 – Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....</i>	<i>136</i>
<i>5.5.4 - Informações sobre a locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelos planos de cargos do órgão.....</i>	<i>136</i>
<i>Quadro A.5.13 – Contratos de Prestações de Serviços com Locação de Mão de Obra.....</i>	<i>137</i>
<i>5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....</i>	<i>138</i>
<i>5.6.1. Absenteísmo.....</i>	<i>138</i>
<i>5.6.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.....</i>	<i>139</i>
<i>5.6.3. Rotatividade (turnover).....</i>	<i>139</i>
<i>5.6.4. Educação continuada.....</i>	<i>140</i>
<i>5.6.5. Satisfação e motivação.....</i>	<i>140</i>
<i>5.6.6. Disciplina.....</i>	<i>141</i>
<i>5.6.7. Desempenho funcional.....</i>	<i>141</i>
<i>5.6.8. Níveis salariais.....</i>	<i>141</i>
<i>5.6.9. Demandas trabalhistas.....</i>	<i>141</i>
<i>6. TRANSFERÊNCIAS.....</i>	<i>147</i>
<i>6.1. Transferências efetuadas no exercício.....</i>	<i>147</i>
<i>6.1.1 – Relação dos instrumentos de transferência vigente no exercício de 2011.....</i>	<i>147</i>
<i>Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....</i>	<i>147</i>

6.1.2 – Quantidade de Instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos últimos três exercícios.....	148
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos exercícios.....	148
6.1.3 – Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorarão no exercício de 2012 e seguintes.....	149
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferências que vigorarão em 2011 e exercícios seguintes.....	149
6.2 -Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio, termos de cooperação e contratos de repasse.....	150
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas e transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de controle de repasse.....	150
6.2.1 -Informações sobre a análise das prestações de contas de convênio e de contrato de repasse.....	151
Quadro A.6.5 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	151
6.3 – Análise crítica.....	152
7. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	152
7.1 <i>Estrutura de controles internos da UJ</i>	152
Quadro A.7.1 – <i>Declaração de Inserção e atualização de dados no SIASG</i>	153
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	154
8.1 – <i>Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8730/93</i>	154
Quadro A.8.1 – <i>Demonstrativo do Cumprimento, por autoridade e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</i>	154
Análise Crítica.....	154
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	155
9.1 – Estrutura de controles internos.....	155
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controle Interno.....	155
10. SUSTENTABILIDADE.....	157
10.1 – Gestão ambiental e Licitações Sustentáveis.....	157
Quadro A.10.1 – Gestão ambiental Licitações Sustentáveis.....	157
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	159
11.1. <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i>	159
Quadro A.11.1 – <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade de União</i>	159
Quadro A.11.2 - <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros</i>	159
Quadro A.11.3 - <i>Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ</i>	160
Análise crítica.....	160
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	163
Quadro A.12.1 – <i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	164

13 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	164
13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	164
Quadro A.13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	164
Quadro A.13.2 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo Série Histórica	164
14 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	164
14.1 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	164
Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	164
14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	164
Quadro A.14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	164
14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	164
Quadro A.14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	164
Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física (Não se aplica).....	165
14.4 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas.....	165
Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas (Não se aplica).....	165
Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas	165
14.5– Programas Orçamentários com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	165
Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ.....	165
14.6– Prestação de Contas de Renúncias de Receitas.....	165
Quadro A.14.8 - Prestação de Contas de Renúncias de Receitas	165
14.7– Comunicação à RFB.....	165
Quadro A.14.9 - Comunicação à RFB (Não houve).....	165
14.8– Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	165
Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	165
14.9 – Declaração (Não se aplica).....	165
14.10 – Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	166
Quadro A.14.11 – Ações da RFB	166
15 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	166
15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	166
Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício	166
15.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	166
Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	166
15.3 – Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	166
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI.....	176
Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	176
Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	176

16 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	178
    – Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	178
<i>Quadro A.16.1 – Informações sobre a recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício</i>	178
    – Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendente de atendimento.....	178
<i>Quadro A.16.2 – Informações sobre a recomendação da unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....</i>	178
17- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA UJ.....	180
17.1 – Declaração do Contador.....	180

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



As competências e atribuições da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais estão descritas na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que diz respeito ao Regimento Interno do referido órgão.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, tem por finalidade exercer as seguintes competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais: autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades; cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que

se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor; realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

Já à 4ª Superintendência Regional compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2011 e Portaria TCU nº 123/2011, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2011.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração, das Delegacias e Postos da Polícia Rodoviária Federal. o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

As principais dificuldades enfrentadas pela 4ªSRPRF-MG no ano de 2011 foram a diminuição cada vez maior no número de policiais rodoviários federais lotados em Minas Gerais, a falta de um quadro de servidores administrativos para ocupar funções na atividades-meio da PRF e a limitação dos recursos financeiros que são aplicados no custeio e nos investimentos da organizações. Cabe ressaltar também que o momento de crescimento econômico e social por que passa o Brasil nos últimos anos acarreta o aumento de veículos automotores transitando nas rodovias e estradas brasileiras, o que contribui para que o índice de acidentes seja cada vez maior.

ITENS NÃO APLICÁVEIS OU QUE NÃO OCORRERAM	
Da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2011 de 24/11/2010	
A.2.2	Execução física das ações realizadas no PRF
A.2.4	Programação de Despesas Correntes
A.2.5	Programa de Despesa de Capital
A.2.6	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
A.2.7	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Não se aplica
A.2.8	Despesas por Modalidade de contratação dos créditos originários da UJ
A.2.9	Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ - (Não se aplica)
A.2.10	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
A.3.1	Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Crédito
A.5.1	Força de trabalho da UJ
A.5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
A.5.3	Detalhamento estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ
A.5.4	Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária
A.5.5	Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade
A.5.6	Composição do quadro de Servidores inativos
A.5.7	Composição do quadro de instituidores de pensão
A.5.8	Composição do quadro de estagiários
A.5.9	Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ
A.5.10	Relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência de realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado
A.5.11	Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento para a substituição de terceirizados
A.11.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros
A.13.1	Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
A.13.2	Despesa com Cartão Corporativo (Série Histórica)
A.14.1	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

A.14.2	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
A.14.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
A.14.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
A.14.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
A.14.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas
A.14.6	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas
A.14.7	Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
A.14.8	Prestação de Contas de Renúncias de Receitas
DECLARAÇÃO 14.9	Declaração sobre Renúncia de Receita Tributária
A.14.10	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
A.14.11	Quadro A.14.11 – Ações da RFB
A.15.1	Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício
A.15.2	Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
A.16.1	Informações sobre a recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício
A.16.2	Informações sobre a recomendação da unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência
Da Parte B do Anexo II da DN nº 108/2011 de 24/11/2010	
Todos os itens, exceto quadro B1.1 (Declaração do Contador)	
Da Parte C do Anexo II da DN nº 108/2011 de 24/11/2010	
Todos os itens.	

A - CONTEÚDO GERAL

1) IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais			
Denominação abreviada: 4ªSRPRF-MG			
Código SIORG: 002827	Código LOA: 30107		Código SIAFI: 200115
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(031) 3064-5314	(031) 3064-5311	(031) 3064-5313
E-mail: saf.mg@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Praça Antônio Guimarães, s/ nº, Bairro Cidade Industrial, CEP 32210-905, Contagem/MG			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal (Art. 144) e Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 e Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U. de 06 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF, instruções normativas, portarias e memorandos do DRPF e da 4ªSRPRF-MG.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200115	4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais		

2) PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

A Polícia Rodoviária Federal, elo entre o Governo Federal e os usuários das rodovias e estradas federais, está presente em todo o país e, devido a essa capilaridade, representa fator estratégico na aplicação de um programa nacional de segurança pública. A estrutura da 4ªSRPRF-MG é composta por uma unidade administrativa denominada Superintendência Regional, 18 sub-

unidades administrativas, denominadas Delegacias e 45 postos fixos de policiamento e fiscalização, dos quais 4 encontram-se desativados. As atividades operacionais da 4ªSRPRF-MG são difundidas em todo o estado de Minas Gerais, cuja malha rodoviária é a maior do país.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam anualmente, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal. Isso pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito das rodovias brasileiras.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte. Portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos

utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente escolher algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosas. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias

por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

2.1.2) Objetivos estratégicos

A 4ªSRPRF-MG busca acompanhar a evolução decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal, comandada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF. Salienta-se que as estratégias adotadas pelo DPRF são delegadas e executadas por esta unidade desconcentrada, a qual não possui autonomia financeira.

As características inerentes ao trânsito rodoviário, grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual infantil, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF, seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de

cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Desta forma, a atuação da PRF objetiva promover a redução do número de acidentes em nossas rodovias federais, com a conseqüente diminuição dos reflexos danosos causados não apenas aos vitimados, mas à sociedade como um todo.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas; bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde, frequentemente, ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para que o desempenho desta Instituição acompanhe esses níveis de exigência gerados pelo aumento e diversificação da demanda, faz-se necessárias medidas urgentes de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores, além de uma constante capacitação e reciclagem dos servidores em atividade.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito. Este resultado é obtido através de coação psicológica no condutor de veículo automotor, resultante da expectativa de punição no caso de excessos ou deslizes cometidos na direção. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias. Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão ser policiados pela viatura em ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe de Delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o Siger, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana, visando posicionar a viatura nos locais e horários de maior

incidência de ocorrências, respeitadas as limitações do local, como por exemplo em pontes, túneis, viadutos, curvas, locais desprovidos de acostamento, etc.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as algumas dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas. A primeira delas foi a insuficiência do efetivo disponível para consecução das atribuições do órgão. Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão. Como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente desaconselhável, por questão de segurança e preservação da integridade e incolumidade de ambos. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar e de se fazer presente nos pontos críticos nas rodovias.

Outro impactante no atingimento dos objetivos propostos foi a verificação de grande ocorrência de acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e colisão com ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de lombadas eletrônica nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas, ou pelo menos reduzir a gravidade destes acidentes que, quando ocorrem estando os envolvidos em menor velocidade relativa, diminui drasticamente a letalidade da ocorrência. A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias compete ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), que poderá priorizar a aquisição destes equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos considerados críticos. O critério utilizado para definição dos trechos críticos tem como base a estatística do número de acidentes ocorridos no local e que, por lógica, guardam relação direta com o modo como os motoristas se comportam nestes locais (dirigindo com velocidade incompatível com o local, por exemplo) ou com as condições temporárias (chuva, neblina, quantidade de veículos trafegando no local) ou permanentes da pista (pavimentação ruim, ou até retas longas que incitam nos condutores o excesso à velocidade permitida). Dessa forma, são considerados críticos os trechos onde existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüentemente a colisão entre automóveis que trafegam em

sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Também são considerados críticos os trechos em que, pelas condições da pista (estado da pavimentação, quantidade de faixas de trânsito, visibilidade, etc), não sejam favoráveis a uma condução segura e, em consequência disto, registram altos índices de acidente.

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias e superintendência, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho. As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, cujos padrões arquitetônicos obedeciam o usualmente aplicável nas décadas de 60 e 70, data da construção destes, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido o DPRF identificou a necessidade de promover a melhoria das instalações físicas e, através do plano de obras e reformas, tem priorizado a construção, reforma e/ou ampliação de suas unidades operacionais. Contudo, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal apenas dispõe em seu quadro de pessoal, de servidores ocupantes do cargo de “Policial Rodoviário Federal”, cargo este de provimento efetivo e de dedicação exclusiva. Excepcionalmente, há no órgão poucos servidores ocupantes de outros cargos, em sua maioria remanejados de órgãos extintos. Por ser de dedicação exclusiva, é vedado aos detentores do cargo de “Policial Rodoviário Federal”, ainda que possuam formação específica, o exercício de atividades alheias às legalmente estatuídas, sob pena de caracterizar-se desvio de função. Por este motivo, foi contratada empresa especializada para confecção de projetos de reforma dos postos de fiscalização, culminando na licitação e contratação de reforma/ampliação de postos em localidades distintas.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso é necessária a sua reposição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional. O cenário da Superintendência até o início de 2009 era de uma frota com grande parte das viaturas em uso e circulação com idade superior a quatro anos, ou seja, um grande volume das viaturas utilizadas estava próximo da idade limite estipulada pelo DPRF para reposição da frota. Além disso, o desfazimento era menos frequente, o que fez com que a regional mantivesse registrado em seu

patrimônio um grande volume de material obsoleto e inservível, aguardando a oportunidade de aliená-los, para tornar o registro de seu patrimônio condizente com a realidade existente e em uso no estado de Minas Gerais. A partir de 2009, a 4ªSRPRF-MG iniciou um o processo de revitalização da frota de veículos. Além disso, os leilões cada vez mais freqüentes, fazem parte de um planejamento da administração central do DPRF para atualizar a frota do órgão.

O volume de viaturas e o fato de estarem pulverizadas em larga extensão territorial dificultam um acompanhamento mais próximo das condições de uso dos veículos, o que não favorece a gestão de frota centralizada na Superintendência. A renovação da frota e a existência de parcela significativa das viaturas com pouco tempo de uso e, conseqüentemente, muita vida útil disponível já representa um grande avanço. Contudo, o quantitativo atual de viaturas ainda não atendem a real necessidade do estado de Minas Gerais, pois ainda existem trechos demasiadamente longos sob responsabilidade de um único posto e com poucas ou uma única viatura, o que deixa o policiamento nestas áreas aquém do ideal, ainda mais se considerarmos que neste quantitativo estão incluídos motocicletas, veículos descaracterizados para uso administrativo, caminhões, etc.

A grande quantidade de viaturas novas, que precisam de revisão programada em concessionária, fez aumentar o volume de processos de dispensa de licitação, visto que a revisão precisa ser realizada em estabelecimento que seja revenda da marca, sob pena de perda da garantia de bem tão valioso. E como o cumprimento das disposições legais para que se realize tal contratação exige certo espaço de tempo, faz com que o veículo permaneça alguns dias parado para não ultrapassar a quilometragem assinalada para a revisão, o que também ensejaria perda da garantia de fábrica.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Procurando focar as atividades a 4ªSRPRF-MG definiu seus principais objetivos, quais sejam:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- *atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 26,00 acidentes por 10.000 veículos;*
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,40 mortos por 10.000 veículos;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

No PPA 2008-2011, o DPRF é responsável por vários Programas de Governo, sendo que para a 4ªSRPRF-MG foram descentralizados recursos, principalmente, para os seguintes programas:

Código	Descrição do Programa	Qtde de Ações
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais	5
1386	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	3
0750	Apoio Administrativo	1

O Objetivo do Programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e as pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Objetivo do Programa 1386 é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e os usuários de Rodovias Federais.

O Programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

Cumprе salientar que as metas físicas são centralizadas no DPRF e não são repassadas para as Regionais.

2.3.1 - Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0663					
Denominação	Segurança pública nas rodovias federais					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.					
Objetivos Específicos	<p>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.</p> <p>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.</p> <p>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.</p> <p>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.</p> <p>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.</p> <p>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.</p> <p>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.</p>					
Gerente	Giovanni di Mambro Bosco					
Público Alvo	Usuários de Rodovias Federais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
XXXX	XXXX	4683604,12	3341190,98	1342413,14	3341190,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice e previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,35	1,27
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Meta alcançada, devido à priorização da fiscalização nos pontos onde aconteciam acidentes gravíssimos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	unidade	02/01/2007	27,20	25,50	25,50	28,21
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Atingimento da meta em 90,28%.						
O atingimento desta meta depende da participação de diversos ministérios:						
Ministério dos Transportes: duplicação de rodovias em trechos com demasiado fluxo de veículos, principalmente veículos de carga, intervenção em pontos críticos.						
Ministério da Educação: Inclusão nos currículos escolares de matérias afetas à segurança no trânsito.						

Ministério da Saúde: Ampliação do atendimento de urgência (SAMU) para abranger o maior número de rodovias federais.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.

Análise do Resultado Alcançado

Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador não foi aferido.

Fonte: Nuplan/CGPLAN.

Quadro X – Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG no Programa 0663

Programa	Ação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc.	
0663	2524	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DPRF	83.648,27	81.192,27	81.192,27	2.456,00
	2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS	4.422.491,16	3.098.463,92	3.098.463,92	1.324.027,24
	2816	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PRF	84.189,77	84.189,77	84.189,77	
	4290	ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS	31.446,01	15.516,11	15.516,11	15.929,90
	8692	EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS	61.828,91	61.828,91	61.828,91	
	TOTAL		4.683.604,12	3.341.190,98	3.341.190,98	1.342.413,14

2.3.1.1 - Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Não foi disponibilizado recursos para esta ação.

2.3.1.2 - Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à

	sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
--	---

2.3.1.2.1 - Núcleo de Capacitação - NUCAP/MG

Em 2011, na área de capacitação de pessoal, além do atendimento de todas as convocações de servidores para a participação em eventos de capacitação planejados e executados pela Coordenação de Ensino (COEN), este Núcleo orientou, controlou e executou 94 eventos de capacitação no âmbito desta Regional. Foram 1651 vagas oferecidas ao custo de R\$ 33.491,86 (trinta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos)

A execução dos eventos de capacitação ocorre a partir do planejamento da COEN ou por interesse/necessidade desta 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais (4ª SRPRF/MG), de acordo com os recursos disponibilizados para a Regional.

Com relação aos eventos executados a partir do planejamento da COEN, o Núcleo atendeu a todas as convocações da COEN para a participação de servidores em eventos de capacitação, além de promover a capacitação dos policiais para o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo: Dispositivo de Condução de Energia – Pistola Taser e Espargidor de Pimenta, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Cursos executados pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

	Efetivo total	Efetivo capacitado	Percentual	Recursos (R\$)
Curso Avançado	804	559	69,53	15.374,97
Levantamento de Local de Acidente				
Espargidor de Pimenta	804	529	65,80	6.718,20
Dispositivo de Condução de Energia	804	544	67,66	6.718,20
TOTAL	804			28.811,37

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

Os cursos de espargidor de pimenta e de habilitação para o uso de dispositivo de condução de energia (taser), planejados pela COEN tiveram seus recursos financeiros disponibilizados a partir de setembro, restando ainda 04 unidades para concluírem as respectivas

capacitações, quais sejam: Sede da Regional, Delegacias de Perdões, Paracatu e Montes Claros, perfazendo um total de 535 vagas a serem geradas para o início de 2012.

A tabela 2 apresenta todos os eventos de capacitação planejados e executados pelo NUCAP durante o exercício de 2011.

Tabela 2. Demais Eventos de capacitação executados pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, em 2011.

Evento de Capacitação	Período	Local	Partic.	R\$
Curso Básico de Tiro, Pistola Taurus, PT 100, Calibre .40 S&W.	16 a 18/11	Sede	3	578,05
Curso de Armamento e Tiro Pistola Taurus PT 840 E	13 a 14/01	Uberlândia	6	0,00
Curso de Gestão Comunitária da Seg. Pública – Prevenção do Crime e da Violência	01 a 05/8	Contagem	1	0,00
Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos	28 a 31/03	Belo Horizonte	4	2.456,00
Curso de SIAFI Operacional	13 a 15/4	Belo Horizonte	3	1.248,00
Curso de Sistema e Registro de Preços	28 e 29/4	Belo Horizonte	1	398,00
Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades	22/8 a 09/9	Belo Horizonte	2	0,00
Habilitação/Atualização para o uso da Carabina MD97LC 5,56	05/10 a 05/10	Pouso Alegre	5	0,00
			25	4680,05

2.3.1.3. - Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Quadro X1 – Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG em outros Programas

Programa		Ação		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc.
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	8787	AÇÕES INTEGRADAS DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO, TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PAIR	16.692,21	16.692,21	16.692,21	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	60.656,04	60.656,04	60.656,04	
0181	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	20CI	SEGURANÇA PARA OS V. JOGOS MUNDIAIS MILITARES	25.969,02	25.969,02	25.969,02	
1449	Estatísticas e Avaliações Educacionais	4017	EXAMES NACIONAIS DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	8.858,05	8.858,05	8.858,05	
1463	Qualidade dos Serviços de Transporte	2346	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS	449.244,46	284.361,46	284.361,46	164.883,00
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP	12OM	AÇÕES PREVENTIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A COPA DO MUNDO DE 2014	19.318,32			19.318,32

2.3.1.3.1. - Seção de Policiamento e Fiscalização- SPF/MG

A Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF, é o setor de coordenação e planejamento operacional regional, que transmite às Unidades Operacionais (Delegacias PRF), as determinações, normas e diretrizes emanadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF e da Superintendência Regional – SR. Planeja e executa as operações policiais de cunho temático, implementa as operações que ocorrem na circunscrição das Unidades Operacionais, observando o disposto no Planejamento Operacional Anual do DPRF/MJ e da Regional. A SPF fiscaliza o cumprimento das instruções e das ações que visam proporcionar um policiamento rodoviário eficiente e eficaz, cujo objetivo macro é a incolumidade de pessoas e bens que trafegam diuturnamente pelas estradas e rodovias federais.

Para o cumprimento de suas atribuições a SPF apresenta a seguinte estrutura:

-
- Núcleo de Operações Especiais (NOE)
 - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária (Nuram)
 - Núcleo de Multas e Penalidades (NMP)
 - Corpo de Motociclistas Regional (CMR)
 - Central de Informações Operacionais (CIOP)
 - Gestão de Processamento de Autos do Convênio DPRF x ANTT;
 - Gestão de Processamento de Autos – Decreto 96.044/88 – Transporte de Produtos Perigosos;
 - Comissão Regional de Escoltas (CRE);
 - Corpo de Motociclistas Regional (CMR);
 - Central de Informações Operacionais (CIOP);
 - Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).

CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES PLANEJADAS PARA 2011

TABELA 3 - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES NACIONAIS

OPERAÇÃO NACIONAL	PERÍODO		HORÁRIO	
	INÍCIO	FIM	DE 00h00	AS 24h00
CARNAVAL	04/03/11	09/03/11	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	20/04/11	24/04/11	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
CORPUS CHRISTI	22/06/11	26/06/11	QUARTA-FEIRA À QUINTA-FEIRA	
PROCLAMAÇÃO REPÚBL.	11/11/11	15/11/11	SEXTA-FEIRA À TERÇA-FEIRA	
FIM DE ANO	16/12/11	01/01/12	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	

Obs.: Os feriados de Sete Setembro, Nossa Senhora Aparecida e Finados ocorrerão na quarta-feira, o feriado Dia do Trabalhador ocorrerá no domingo, assim não haverá operações nacionais nestas ocasiões.

TABELA 4 - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES REGIONAIS - TEMÁTICAS

OPERAÇÃO REGIONAL	LOCAL	PERÍODO	
		Mês	Dias
LÍMIT I	DEL 4/01 – BELO HORIZONTE	ABRIL	25 A 30
TOTAL FLEX I	DEL 4/02 - SETE LAGOAS	MAIO	09 A 14
FREEDON I	DEL 4/14 - MONTES CLAROS	JUNHO	27 A 02
FREEDON II	DEL 4/03 - MONLEVADE	JULHO	25 A 30
FREEDON III	DEL 4/09 - CAXAMBÚ	OUTUBRO	10 A 15
LÍMIT II	DEL 4/12 - TEOFILO OTONI	NOVEMBRO	28 A 03

Obs.: LÍMIT – operação combate excesso de peso.

TOTAL FLEX – operação transporte produto perigoso.

FREEDON – operações transporte interestadual de passageiros e RNTRC.

TABELA 5 - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES REGIONAIS - DELEGACIAS

OPERAÇÃO	DEL.	LOCAL	PERÍODO	
			Mês	Dias
EXPOPATO / FESTA DO FEIJÃO	DEL 4/11	PATOS DE MINAS	ABRIL	20 a 30
CAVALGADA	DEL 4/03	JOÃO MONLEVADE	ABRIL	29 a 01
GV FOLIA	DEL 4/06	GOV. VALADARES	ABRIL	29 a 01
EXPOZEBU	DEL 4/15	UBERABA	MAIO	01 a 10
FENAMILHO	DEL 4/11	PATOS DE MINAS	MAIO	15 a 30
SANTA RITA DE CALDAS	DEL 4/13	POÇOS DE CALDAS	MAIO	16 a 22
FESTA DO MILHO	DEL 4/13	POÇOS DE CALDAS	MAIO	29 a 05
EXP. AGROP. / ANIV. CID.	DEL 4/06	CARATINGA	JUNHO	22 a 26
EXPOMONTES	DEL 4/14	MONTES CLAROS	JUN/JUL	30 a 04
EXPOAGRO	DEL 4/06	GOV. VALADARES	JULHO	05 a 09
CARREATA	DEL 4/04	PERDÕES	JULHO	20 a 25
21ª FEIRA INT. DE PEDRAS	DEL 4/12	TEOFILO OTONI	AGOSTO	09 a 13
CARNAMONTES	DEL 4/14	MONTES CLAROS	SETEMBRO	04 a 07
MICARETA	DEL 4/16	TRÊS MARIAS	SETEMBRO	04 a 07
EXPLORAÇÃO SEXUAL	DEL 4/11	PATOS DE MINAS	SETEMBRO	15 a 30
TREVO JK	DEL 4/11	PATOS DE MINAS	SETEMBRO	27 a 30
ROMARIA	DEL 4/04	PERDÕES	OUTUBRO	12
CARNALFENAS	DEL 4/13	POÇOS DE CALDAS	OUTUBRO	10 a 16
FEIRA DA PAZ	DEL 4/06	MANHUAÇU	NOVEMBRO	04 a 06
ANIV. POÇOS DE CALDAS	DEL 4/13	POÇOS DE CALDAS	NOVEMBRO	05 a 06

TABELA 6A - ATIVIDADES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

endário Nacional	Descrição da Ação
OPERAÇÃO CARNAVAL – OS 001/2011/SPF	Reforço de policiamento com ações focadas na prevenção de acidentes em todo o Estado de Minas, em virtude do aumento de fluxo de veículos que transitam nas rodovias mineiras e dos que deixam a capital em direção ao litoral e às cidades históricas mineiras com tradição em festas carnavalescas. Prioridade na fiscalização de ultrapassagens proibidas, excesso de velocidade e alcoolemia.
OPERAÇÃO SEMANA SANTA – OS 003/2011/SPF	Reforço de policiamento, fiscalização e prevenção de acidentes em virtude do aumento de fluxo de veículos devido ao feriado prolongado, visando passar ao usuário a sensação de segurança durante seu deslocamento nas rodovias federais sob circunscrição da 4ª SRPRF.
OPERAÇÃO CORPUS CHRISTI – OS 005/2011/SPF	Reforço de policiamento, com aumento da fiscalização focada na prevenção de acidentes em virtude do aumento do fluxo de veículos, devido ao feriado prolongado.
OPERAÇÃO PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA – OS 016/2011/SPF	Reforço de policiamento, fiscalização e prevenção de acidentes em virtude do aumento de fluxo de veículos devido ao feriado prolongado, visando passar ao usuário a sensação de segurança durante seu deslocamento nas rodovias federais sob circunscrição da 4ª SRPRF.
OPERAÇÃO FIM DE ANO – OS 105/2011/CGO	Reforço de policiamento, utilizando inclusive policiais que atuam no serviço administrativo, com intensificação da fiscalização, focada na prevenção de acidentes em virtude do aumento do fluxo de veículos, devido ao feriado prolongado.

TABELA 6B – PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES NACIONAIS TEMÁTICAS/ESPECIAIS

Participação em Operações Nacionais Temáticas/Especiais	Descrição da Ação
OPERAÇÃO RETOMADA II – OS 085/2011/CGO	Apoiar as ações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para desencadear ações de retomada de território para implantação de Unidade de Polícia Pacificadora – UPP
OPERAÇÃO SENTINELA – OS 049/2011/CGO	Cumprimento do Plano Estratégico de Fronteiras
OPERAÇÃO ANJOS DO SOL – OS 075/2011/SPF	Executar ações repressivas em pontos confirmados de exploração sexual contra crianças e adolescentes, conforme OS 075/2011/CGO
OPERAÇÃO III OTENARCO – OS 084/2011/CGO – OM 029/2011/SPF	Estimular o desenvolvimento de técnicas no enfretamento ao narcotráfico entre os servidores da 4ª SRPRF, aproveitando da experiência dos servidores de outras regionais; fomentar o interesse para esse tipo específico de policiamento; propiciar o intercâmbio de conhecimentos que facilitem a identificação desse tipo de delito
OPERAÇÃO “DIA MUNDIAL EM MEMORIA DAS VITIMAS DE TRANSITO” - OS 089/2011-CGO	Realizar simultaneamente ações de repressão a crimes de trânsito, em especial o crime de embriaguez ao volante, executando COMANDOS DE FISCALIZAÇÃO COM ETILÔMETRO; visando a proteção de todos os cidadãos usuários das rodovias federais, inserindo a PRF nas atividades do “Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito”
OPERAÇÃO PESQUISA DE CAMPO – OS 091/2011-CGO	Viabilizar a implantação de um sistema de registro de acidentes de trânsito que venha a otimizar a quantidade de efetivo mediante a demanda das atribuições da PRF
OPERAÇÃO UMA LUZ PARA A VIDA - OM 012/2011/SPF	Comando educativo para conscientização dos usuários das estradas e rodovias dos riscos de acidentes decorrentes do aumento do fluxo de veículos durante o feriado Corpus Christi
OPERAÇÃO INTEGRADA RODOVIDA – OS 111/2011/CGO	Aumentar a presença e disponibilidade da Polícia Rodoviária Federal e demais Órgãos Públicos nos períodos, locais e horários com maior concentração de registros de acidentes, nas estradas e rodovias, através de integração e ações conjuntas, a fim de reduzir a violência no trânsito; realizar operações integradas e simultâneas com outras agências de fiscalização, integrando ações de segurança de trânsito no modal rodoviário federal, estadual e municipal; compartilhar diretrizes e iniciativas em nível nacional, voltadas à prevenção e redução de acidentes de trânsito.
OPERAÇÃO VERÃO 2011-2012 – OS 017/2011/SPF	Implementar ações de policiamento e de fiscalização de trânsito nas rodovias federais, no sentido de educar, prevenir, manter a normalidade do fluxo de veículos e pessoas, reduzir o número de acidentes e vítimas no trânsito e incrementar fiscalizações ao transporte de passageiros e cargas, bem como intensificar as atividades de prevenção e repressão à criminalidade.

TABELA 6C – OPERAÇÕES REGIONAIS TEMÁTICAS/ESPECIAIS

Operações Regionais Temáticas/Especiais	Descrição da Ação
OPERAÇÃO DUAS RODAS – OS 006/2011/SPF	Fiscalização nas rodovias federais do Estado de Minas Gerais, buscando fiscalizar veículos de duas rodas que trafegam no Estado, com vistas a reduzir o número de crimes onde são utilizadas motocicletas, aumentando assim a percepção de segurança dos cidadãos que trafegam pelas rodovias.
OPERAÇÃO ESCOLTA DE CARGA EXCEDENTE – OS 007/2011/SPF	Implementar reforço de policiamento para a realização do transporte e escolta de 12 (doze) vigas destinadas à construção da ponte definitiva sobre o Rio das Velhas – Sabará / MG
OPERAÇÃO SEMANA NACIONAL DO TRÂNSITO – OS 009/2011/SPF	Reduzir os índices de acidentes e de mortalidades nas rodovias federais através de ações de conscientização e educação para o trânsito; aumentar a fiscalização e a visibilidade da Polícia Rodoviária Federal sob o paradigma de polícia cidadã.
OPERAÇÃO 7 DE SETEMBRO – OS 010/2011/SPF	Regular a participação no desfile cívico-militar comemorativo ao 189º aniversário da independência do Brasil, na capital mineira.
OPERAÇÃO 12 DE OUTUBRO – OS 011/2011/SPF	Proporcionar maior segurança e manter a incolumidade dos usuários em trânsito nas rodovias federais sob a circunscrição da 4ª SRPRF/DPRF/MJ/MG, reduzindo o número de acidentes e combatendo a criminalidade, como exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas.
OPERAÇÃO DAIMLER – OS 014/2011/SPF	Intensificar fiscalizações a motocicletas, visando aumentar a “sensação de segurança e fiscalização”, tendo em vista a quantidade de acidentes com vítimas graves e fatais envolvendo esse tipo de veículo, bem como a utilização dos mesmos para o cometimento de diversos crimes.
OPERAÇÃO ESCOLTA DE CARGAS SUPERDIMENSIONADAS – OM 013/2011/SPF	Implementar reforço de policiamento para a realização de escolta de onze (11) conjuntos veiculares transportadores de carga superdimensionadas, da cidade de João Pinheiro/MG até a transposição da divisa com o Estado de Goiás.
OPERAÇÃO SORTEIO COPA 2014 – OM 014/211/SPF	Apoiar as ações de segurança durante a realização do sorteio de qualificação para a Copa 2014.
OPERAÇÃO ESCOLTA PROVAS ENEM – OM 017a/2011/SPF	Realizar escolta de veículos de carga transportando cadernos de provas do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM 2011 da cidade de São Paulo/SP a cidade de Três Corações/MG, Belo Horizonte/MG e Montes Claros.
OPERAÇÃO MORFEUS – OM 036/2011/SPF	Operação de repressão ao comércio ilícito de anfetaminas na circunscrição das rodovias federais
OPERAÇÃO ESCOLTA DE CARGAS SUPERDIMENSIONADAS – OM 030/2011/SPF	Implementar reforço de policiamento para a realização de escolta de 03 (três) conjuntos veiculares transportadores de carga superdimensionada/indivisível, do km 259 da BR 365 até a fronteira com o Estado da Bahia
OPERAÇÃO ESCOLTA DE ATLETAS – OM 009/2011/SPF e 034/2011/SPF	Realizar a escolta policial da Delegação de futebol do Cruzeiro Esporte Clube

OPERAÇÃO E.R.A. - OM 024/2011/SPF	Realizar o policiamento ostensivo visando a avaliação das condições de trafegabilidade e identificação das causas prováveis dos acidentes, mediante o atendimento das ocorrências detectadas e entrevistas com os agentes envolvidos; reduzir o tempo de resposta no atendimento das ocorrências de acidentes
OPERAÇÃO PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS – OM 023/2011/SPF	Apoio a Subsecretaria de Direitos Humanos e Coordenadoria Especial da Política Pró-criança e Adolescente durante o evento “blitz educativa” no Posto de Sabará da Delegacia 4/01
OPERAÇÃO EGIDE – OM 025/2011/SPF	Prestar apoio à Superintendência da Receita Federal em Minas Gerais, nas ações desencadeadas pelo órgão em estabelecimentos comerciais sediados nas margens de rodovias federais especificadas
OPERAÇÃO OTEVEIC – OS 093/2011/CGO – OM 031/2011/SPF	Coibir a circulação e saída de veículos furtados e roubados ou com indícios de adulteração dos elementos identificadores nas rodovias federais da circunscrição da 4ª SRPRF/MG, coibir comercialização de veículos e agregados ilícitos em estabelecimentos às margens das rodovias federais e coibir o tráfico de drogas ilícitas, formando uma “rede” de ações de combate ao crime em rotas de ilícitos

TABELA 6D – OPERAÇÕES CALENDÁRIO REGIONAL-DELEGACIAS

Operações Calendário Regional Delegacias	Delegacia	Descrição da Ação
OPERAÇÃO PEDRAS PRECIOSAS – OS 008/2011/SPF	DEL. 04/12	Implementar reforço de policiamento e fiscalização visando assegurar que não haja cometimento de crimes em razão da Feira Internacional de Pedras Preciosas, principalmente os crimes contra a pessoa e patrimônio, na região da cidade de Teófilo Otoni
OPERAÇÃO FENAMILHO – OM 008/2011/SPF	DEL 04/11	Aumentar a sensação de segurança dos usuários das rodovias federais sob responsabilidade da 4ª SRPRF/MG no entorno do município de Patos de Minas, promovendo policiamento ostensivo e aumento da fiscalização, coibindo o cometimento de infrações de trânsito e prevenindo a prática de outros ilícitos

TABELA 6E – OPERAÇÕES DIVERSAS

Operações Diversas
OPERAÇÃO GUARDIÃES DO TRIÂNGULO – OM 001/2011/SPF
OPERAÇÃO APOIO MPT – OM 003/2011/SPF
OPERAÇÃO ADVERSUS CRIMINIS – OM 003/2011/SPF
OPERAÇÃO HALLEL – OM 011/2011/SPF
OPERAÇÃO INTEGRADA DER MG – OM 015 e 015a/2011/SPF
OPERAÇÃO ÁGUIAS DE CRISTO – OM 028/2011/SPF

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS EXECUTADAS – MENSURÁVEIS

- Emissão de 29 (vinte e nove) pareceres técnicos sobre normas e procedimentos de fiscalização;
- Emissão de 117 (cento e dezessete) despachos em processos diversos;
- Abertura, instrução e análise de 20 (vinte) processos de retificação de boletins de ocorrências policiais (a contar de Maio/2011);
- Cadastramento e movimentação de 3963 (três mil, novecentos e sessenta e três) documentos de recolhimento de CRLV/CRV – RRC;
- Cadastramento e movimentação de 151 (cento e cinquenta e um) documentos de recolhimento de CNH – DNRC;
- Cadastramento e movimentação de 264 (duzentos e sessenta e quatro) documentos diversos recolhidos – RRDD;
- Cadastramento de 6101 (seis mil, cento e um) boletins de ocorrências policiais (até novembro/2011).

ATIVIDADES DA COMISSÃO REGIONAL DE ESCOLTAS

- 18 (dezoito) provas teóricas aplicadas a 270 (duzentos e setenta) candidatos a motoristas de veículos de escolta privada, com aprovação de 240 (duzentos e quarenta);
- 196 (cento e noventa e seis) veículos vistoriados;
- 196 (cento e noventa e seis) credenciais de veículos emitidas;
- 193 (cento e noventa e três) credenciais de motoristas emitidas;
- 107 (cento e sete) ofícios emitidos e movimentados;
- 65 (sessenta e cinco) memorandos emitidos e movimentados;
- 94 (noventa e quatro) despachos emitidos em processos;
- Abertura de 94 (noventa e quatro) novos processos de credenciamento de empresas de escolta privada;
- 126 (cento e vinte e seis) atendimentos por telefone;
- 107 (cento e sete) atendimentos presenciais.

RESULTADOS OPERACIONAIS DA REGIONAL

- 2778 CNHs recolhidas;
- 13213 documentos (CRLV/CRV/AET etc) recolhidos;
- 7800 veículos retidos;
- 544567 veículos fiscalizados;
- 212 animais recolhidos;
- 3862 escoltas a veículos transportadores de cargas indivisíveis;
- 7644 pessoas fiscalizadas;
- 11354 testes de alcoolemia;
- 137 pessoas presas pelo crime de embriagues;
- 91 ocorrências envolvendo crianças e adolescentes;
- 81 pessoas detidas por crime contra crianças e adolescentes;
- 2207 pessoas detidas por crimes diversos;
- 5979 ocorrências diversas atendidas;

- 55 armas apreendidas;
- 326 munições apreendidas;
- 999 unidades de de anfetaminas/barbitúricos apreendidas;
- 1295 quilos e 67 gramas de drogas (maconha, cocaína, crack) apreendidos;
- 377982 pacotes de cigarros apreendidos;
- 1750 litros de combustíveis apreendidos;
- 3279 medicamentos apreendidos;
- 25257 equipamentos de informática, eletrônicos e mídias apreendidos;
- 7572 auxílios a usuários registrados.

(*) Dados ROD

METAS PARA 2012

- Gestão para aumento do efetivo da Seção e alocação da equipe em ambiente físico que proporcione melhores condições de trabalho, recepção e atendimento do público interno e externo;
- Atuação, em parceria com o NURAM e direcionado à Unidades Operacionais e público externo, em atividades de educação para o trânsito e medicina rodoviária, dentre outras que visem a redução de acidentes;
- Atuação, em parceria com o NMP, em trabalhos e atividades direcionadas aos policiais lotados na Regional, que visem a atualização das normas e procedimentos de fiscalização, visando a redução de cancelamento de autos de infração, bem como a eficiência das atividades fiscalizatórias;
- Atuação, em parceria com o NOE, em atividades que visem a prevenção e repreensão de crimes nas rodovias e estradas federais;
- Criação do Grupo Multidisciplinar de Fiscalização, para atuação operacional na Regional e suporte técnico às Delegacias nas diversas áreas de atuação da PRF;
- Atuação, juntamente com o NUCAP, na capacitação, aprimoramento, qualificação e treinamento dos policiais, inclusive os lotados na Sede Administrativa, nas áreas, dentre outras, de fiscalização, atendimento a acidentes, identificação veicular, e combate ao crime;

PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Implementação de ações de policiamento e de fiscalização de trânsito nas rodovias federais sob a circunscrição e atribuição da 4ª SRPRF/MG, no sentido de educar, prevenir, autuar, manter a normalidade do fluxo de veículos e pessoas, reduzir o número de acidentes e vítimas no trânsito,

aumentar a percepção de segurança, bem como intensificar as atividades de prevenção e repressão à criminalidade.

TABELA 7 A - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES NACIONAIS

OPERAÇÃO NACIONAL	PERÍODO		HORÁRIO	
	INÍCIO	TÉRMINO	DAS 00h00	AS 23h59
CARNAVAL	17/02/12	22/02/12	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	05/04/12	08/04/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
DIA DO TRABALHO	27/04/12	01/05/12	SEXTA-FEIRA À TERÇA	
CORPUS CHRISTI	06/06/12	10/06/12	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
INDEPENDÊNCIA	06/09/12	09/09/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/12	14/10/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
FINADOS	01/11/12	04/11/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
PROCLAMAÇÃO REPÚBLICA	14/11/12	18/11/12	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
FIM DE ANO	21/12/12	02/01/13	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	

Obs.: O Feriado de Tiradentes será no sábado, assim não haverá feriado prolongado e operação nacional.

TABELA 7B - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES REGIONAIS/ESPECIAIS

OPERAÇÃO REGIONAL/ESPECIAL	LOCAL	PERÍODO	
		Mês	Dias
(*)OCC I	Del 4/01 - Metropolitana	Janeiro	23 a 30
Metropolitana I	Del 4/01 - Metropolitana	Fevereiro	05 a 15
OCC II	Del 4/12 - Teófilo Otoni	Fevereiro	06 a 13
OCC III	Del 4/9 - Caxambu	Março	05 a 12
OCC IV	Del 4/5 - Juiz de Fora	Março	19 a 26
OCC V	Del 4/8 - Araxá	Abril	09 a 16

<i>Triângulo I</i>	<i>Del 4/15 - Uberaba</i>	<i>Abril</i>	<i>19 a 25</i>
<i>OCC VI</i>	<i>Del 4/3 - João Monlevade</i>	<i>Maio</i>	<i>07 a 14</i>
<i>Triângulo II</i>	<i>Del 4/17 - Uberlândia</i>	<i>Maio</i>	<i>10 a 18</i>
<i>OCC VII</i>	<i>Del 4/11 - Patos de Minas</i>	<i>Maio</i>	<i>21 a 28</i>
<i>Triângulo III</i>	<i>Del 4/18 - Frutal</i>	<i>Maio/ Junho</i>	<i>28 a 04</i>
<i>OCC VIII</i>	<i>Del 4/17 - Uberlândia</i>	<i>Junho</i>	<i>11 a 18</i>
<i>OCC IX</i>	<i>Del 4/15 - Uberaba</i>	<i>Junho/Julho</i>	<i>25 a 02/07</i>
<i>Infância Perdida</i>	<i>4ª SRPRF</i>	<i>Julho</i>	<i>06 a 08</i>
<i>OCC X</i>	<i>Del 4/10 - Pouso Alegre</i>	<i>Julho</i>	<i>16 a 23</i>
<i>OCC XI</i>	<i>Del 4/4 - Oliveira</i>	<i>Agosto</i>	<i>06 a 13</i>
<i>OCC XII</i>	<i>Del 4/6 - Caratinga</i>	<i>Agosto</i>	<i>20 a 27</i>
<i>OCC XIII</i>	<i>Del 4/2 - Sete Lagoas</i>	<i>Setembro</i>	<i>10 a 17</i>
<i>OCC XIV</i>	<i>Del 4/13 - Poços de Caldas</i>	<i>Setembro/Outubro</i>	<i>24 a 01/10</i>
<i>OCC XV</i>	<i>Del 4/16 - Paracatu</i>	<i>Outubro</i>	<i>15 a 22</i>
<i>OCC XVI</i>	<i>Del 4/18 - Frutal</i>	<i>Novembro</i>	<i>05 a 12</i>
<i>OCC XVII</i>	<i>Del 4/14 - Montes Claros</i>	<i>Novembro</i>	<i>19 a 26</i>
<i>OCC XVIII</i>	<i>Del 4/7 - Leopoldina</i>	<i>Dezembro</i>	<i>03 a 10</i>

(*) OCC: Operação de Combate ao Crime

TABELA 7C - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES LOCAIS

OPERAÇÃO LOCAL	DEL.	LOCAL	PERÍODO	
			Mês	Dias
<i>Duas Rodas</i>	<i>Del 4/1</i>	<i>Contagem</i>	<i>Outubro</i>	<i>08 a 11</i>
<i>Grau Zero</i>	<i>Del 4/1</i>	<i>Região Metropolitana</i>	<i>Junho</i>	<i>15 a 17</i>
<i>Abre Campo</i>	<i>Del 4/3</i>	<i>João Monlevade</i>	<i>Junho</i>	<i>10</i>
<i>Cavalgada Rio Casca</i>	<i>Del 4/3</i>	<i>Rio Casca</i>	<i>Julho</i>	<i>19 a 22</i>
<i>Cavalgada João Monlevade</i>	<i>Del 4/3</i>	<i>João Monlevade</i>	<i>Agosto</i>	<i>19 a 22</i>
<i>Boa Viagem</i>	<i>Del 4/4</i>	<i>Oliveira</i>	<i>Maio</i>	<i>16 a 19</i>
<i>Boa Viagem</i>	<i>Del 4/8</i>	<i>Araxá</i>	<i>Agosto</i>	<i>15 a 18</i>
<i>Carnaval Antecipado</i>	<i>Del 4/9</i>	<i>Caxambu</i>	<i>Fevereiro</i>	<i>9 a 12</i>
<i>Fenamilho</i>	<i>Del 4/11</i>	<i>Patos de Minas</i>	<i>Junho</i>	<i>1 a 10</i>
<i>Boa Viagem</i>	<i>Del 4/11</i>	<i>Patos de Minas</i>	<i>Julho</i>	<i>11 a 14</i>
<i>Carga Pesada</i>	<i>Del 4/12</i>	<i>Teófilo Otoni</i>	<i>Abril</i>	<i>17 a 20</i>
<i>Padroeira Itambacuri</i>	<i>Del 4/12</i>	<i>Itambacuri</i>	<i>Julho/Agosto</i>	<i>30 a 03/08</i>
<i>22ª FIPP</i>	<i>Del 4/12</i>	<i>Teófilo Otoni</i>	<i>Agosto</i>	<i>27 a 31</i>
<i>Produtos Perigosos</i>	<i>Del 4/12</i>	<i>Teófilo Otoni</i>	<i>Setembro</i>	<i>19 a 23</i>
<i>Festa da Manga</i>	<i>Del 4/12</i>	<i>Itaobim</i>	<i>Novembro</i>	<i>9 a 11</i>
<i>Boa Viagem</i>	<i>Del 4/12</i>	<i>Teófilo Otoni</i>	<i>Dezembro</i>	<i>14 a 21</i>
<i>Boa Viagem</i>	<i>Del 4/14</i>	<i>Montes Claros</i>	<i>Março</i>	<i>14 a 17</i>
<i>Expomontes</i>	<i>Del 4/14</i>	<i>Montes Claros</i>	<i>Junho/Julho</i>	<i>29 a 08/07</i>
<i>Churrascando Country</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Paracatu</i>	<i>Janeiro</i>	<i>15</i>
<i>Semana do Cooperado</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Paracatu</i>	<i>Abril</i>	<i>21 a 29</i>
<i>Hallel</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Paracatu</i>	<i>Junho</i>	<i>17</i>
<i>Churrascando</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Paracatu</i>	<i>Julho</i>	<i>22</i>

<i>Expoagro</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Paracatu</i>	<i>Agosto</i>	<i>1 a 5</i>
<i>Micareta</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Três Marias</i>	<i>Setembro</i>	<i>8 a 10</i>
<i>Romaria Coenge</i>	<i>Del 4/16</i>	<i>Paracatu</i>	<i>Outubro</i>	<i>12</i>
<i>Uberlândia Segura I</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Janeiro</i>	<i>11 a 20</i>
<i>Pente Fino I</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Janeiro</i>	<i>21 a 30</i>
<i>Uberlândia Segura II</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Março</i>	<i>1 a 10</i>
<i>Uberlândia Segura III</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Maio</i>	<i>21 a 30</i>
<i>Carga pesada</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Junho</i>	<i>21</i>
<i>Pente Fino II</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Julho</i>	<i>21 a 30</i>
<i>Uberlândia Segura IV</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Setembro</i>	<i>1 a 10</i>
<i>Uberlândia Segura V</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Outubro</i>	<i>1 a 10</i>
<i>Uberlândia Segura VI</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Novembro</i>	<i>1 a 10</i>
<i>Pente Fino III</i>	<i>Del 4/17</i>	<i>Uberlândia</i>	<i>Dezembro</i>	<i>11 a 20</i>

CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES:

Em detrimento do planejamento operacional, onde vislumbra-se a eventualidade de convocações de policiais de outras delegacias/regionais para o desenvolvimento satisfatório dos trabalhos, estima-se o custo aproximado na ordem de R\$ 1.127.313,00 (UM MILHÃO, CENTO E VINTE E SETE MIL E TREZENTOS E TREZE REAIS) em diárias operacionais. Nessa previsão orçamentária, não estão incluídas as eventuais passagens aéreas, no caso de convocações de policiais de outras regionais, bem como a aquisição e manutenção de equipamentos e viaturas necessárias.

GESTÃO DE PROCESSAMENTO DE AUTOS DE INFRAÇÃO CONVÊNIO DPRF X ANTT

O processamento dos autos de infração lavrados em decorrência do transporte interestadual e internacional de passageiros, do transporte de carga (RNTRC) e pedágio – Convênio DPRF x ANTT, é realizado por um servidor e por um estagiário de nível médio.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- * Digitação de 848 (oitocentos e quarenta e oito) autos;
- * Saneamento de 2466 (dois mil, quatrocentos e sessenta e seis) processos;
- * Abertura de 1020 (hum mil e vinte) novos processos;
- * Emissão de 1689 (hum mil, seiscentos e oitenta e nove) notificações de autuação;
- * Julgamento de 1011 (hum mil e onze) defesas prévias.

GESTÃO DE PROCESSAMENTO DE AUTOS DE INFRAÇÃO – DECRETO 96.044/88

O processamento dos autos de infração lavrados em decorrência do transporte rodoviário de produtos perigosos – Decreto 96.044/88, é realizado pela mesma equipe do processamento de autos de infração ANTT, compartilhando tempo e logística.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Digitação, em planilha própria, de 848 (oitocentos e quarenta e oito) autos;
- Emissão e envio de 1469 (hum mil quatrocentos e sessenta e nove) notificações de autuações;
- Emissão e envio de 312 (trezentas e doze) guias de recolhimento (GRU) com as notificações de penalidade;
- Abertura de 45 (quarenta e cinco) novos processos;
- Cadastramento, em planilha específica, de 283 (duzentos e oitenta e três) processos;
- Encaminhamento de 126 (cento e vinte e seis) processos para análise da defesa.

2.3.1.3.1.1 - Núcleo de Operações Especiais- NOE

O Núcleo de Operações Especiais tem como missão precípua o combate a criminalidade, de modo a garantir aos usuários das rodovias e estradas federais, a segurança no direito de ir e vir.

Valorizando a transparência nas ações institucionais, com ênfase na ética e no espírito de equipe, e valorizando o treinamento físico, a capacitação e o aprimoramento profissional e pessoal; o Núcleo busca ser um referencial de excelência no combate à criminalidade, primando pela legalidade e ética no tratamento ao cidadão.

CAPACITAÇÕES REALIZADAS**TABELA 8 A- CAPACITAÇÕES REALIZADAS NO NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS-NOE/4**

Treinamento	Motivo	Tipo	Policiais treinados	Instituição
Tiro	Aperfeiçoamento técnico		10	Interno – PRF
Segurança e Proteção de Autoridades	Trabalhos de escolta de autoridades realizados pelo NOE	Proteção de autoridades	2	Externo - EB
GL108E e DCE	Capacitação regional	Uso de TTMPO	3	Interno - PRF

OPERAÇÕES REALIZADAS

O Núcleo de Operações Especiais, desenvolveu ou participou de 58 (cinquenta e oito) operações especiais de combate ao crime, atuando isoladamente ou em conjunto com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais, onde destacamos:

- *Participação em 33 (trinta e três) operações de combate ao trabalho degradante ou análogo a escravo em conjunto com o MTE e MPT, promovendo a segurança dos auditores e procuradores durante as fiscalizações;*
- *Participação em 06 (seis) operações SENTINELA, com o objetivo de reforçar a segurança nas fronteiras do Brasil com Argentina, Bolívia e Paraguai;*
- *Operação Triângulo (OM 01/2011 NOE/MG) - estabelecida pela SPF/MG, atuação em conjunto com a DCC e outras regionais, com o objetivo de prover segurança a*

autoridades e ao então chefe da Delegacia PRF em Uberaba/MG, devido a supostos ataques do PCC na região do triângulo mineiro;

- Participação na “Operação Tsunami” desencadeada na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de reforçar o policiamento;
- Participação na “Operação Carta Marcada” desencadeada na cidade de São Paulo, com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão, e prisão de pessoas envolvidas em falsificação de CNH;
- Participação em operação durante os Jogos Militares na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de reforçar o policiamento na região durante o evento;
- Participação na “Operação Corcel Negro” desencadeada em alguns Estados, inclusive MG, com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão e mandados de prisão. O NOE coordenou a operação em 04 (quatro) pontos do estado;
- Participação na “Operação Retomada” desencadeada na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de participar do cumprimento de mandados de busca e apreensão, prisão de pessoas, inibir a invasão da “Comunidade da Rocinha”, e reforçar o policiamento nos rodovias federais da cidade;
- Participação na “Operação Cruzeiro Do Sul” desencadeada no sul da Bahia com o objetivo de cumprir mandados de prisão e busca e apreensão;
- Participação na “Operação Morfeus” desencadeada em diversos Estados com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão de medicamentos vendidos de forma irregular, em conjunto com a ANVISA.

O Núcleo também apoiou o desenvolvimento de atividades de capacitação na regional cedendo instrutores e multiplicadores para o NUCAP/MG, principalmente no segundo semestre, quando 02 (dois) integrantes ficaram disponíveis, quase integralmente, na capacitação do efetivo para o uso do GL108E e DCE.

TABELA 8B - RESULTADOS OPERACIONAIS DAS AÇÕES DO NÚCLEO DE OP. ESPECIAIS/4

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO / OCORRÊNCIAS		
<i>Autuações CTB / Produtos Perigosos</i>	<i>Unidade</i>	<i>1040</i>
<i>Veículos Retidos</i>	<i>Unidade</i>	<i>102</i>
<i>Escolta/Batedor</i>	<i>Unidade</i>	<i>1</i>
<i>Total de acidentes</i>	<i>Unidade</i>	<i>31</i>
<i>CNH Retidas</i>	<i>Unidade</i>	<i>36</i>
<i>Outros documentos retidos</i>	<i>Unidade</i>	<i>75</i>
<i>Veículos Fiscalizados</i>	<i>Unidade</i>	<i>1519</i>
<i>Pessoas Fiscalizadas</i>	<i>Unidade</i>	<i>1220</i>
<i>Auxílio a Usuário</i>	<i>Unidade</i>	<i>46</i>
<i>Ocorrências envolvendo Drogas</i>	<i>Unidade</i>	<i>7</i>
<i>Ocorrências envolvendo Descaminho</i>	<i>Unidade</i>	<i>6</i>
<i>Ocorrências envolvendo Armas</i>	<i>Unidade</i>	<i>5</i>
<i>Ocorrências envolvendo Meio Ambiente</i>	<i>Unidade</i>	<i>16</i>
<i>Ocorrência de Crimes Diversos</i>	<i>Unidade</i>	<i>56</i>

TABELA 8C – AÇÕES DE COMBATE AO CRIME

Drogas	Unidade	Quantidade
<i>Medicamentos</i>	<i>Unidade</i>	<i>1807</i>
<i>Cocaína</i>	<i>Gramas</i>	<i>7810</i>
<i>Maconha</i>	<i>Gramas</i>	<i>44100</i>
Contrabando	Unidade	Quantidade
<i>CD/VHS/DVD</i>	<i>Unidade</i>	<i>6692</i>
<i>Equipamentos de Informática</i>	<i>Unidade</i>	<i>1391</i>
<i>Eletrônicos</i>	<i>Unidade</i>	<i>1090</i>
<i>Diversos</i>	<i>Unidade</i>	<i>15810</i>
<i>Tênis Falsificado</i>	<i>Unidade</i>	<i>5784</i>
Armas	Unidade	Quantidade
<i>Revolver</i>	<i>Unidade</i>	<i>1</i>
<i>Pistola</i>	<i>Unidade</i>	<i>4</i>

<i>Munições</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Calibre 7.65</i>	<i>Unidade</i>	<i>11</i>
<i>Calibre 38</i>	<i>Unidade</i>	<i>5</i>
<i>Calibre 380</i>	<i>Unidade</i>	<i>38</i>
<i>Meio Ambiente</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Carvão</i>	<i>m3</i>	<i>775</i>
<i>Detenções</i>	<i>Unidade</i>	<i>73</i>
<i>Trabalhadores Libertados</i>	<i>Unidade</i>	<i>36</i>

2.3.1.3.1.2 - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM

(Vide [#66](#) página66)

2.3.1.3.1.3 - Núcleo de Multas e Penalidades-NMP/MG

(Vide [#82](#) página 82)

2.3.1.3.1.4 – Corpo de Motociclista Regional CMR/4

O Corpo de Motociclistas Regional está integrado à Seção de Policiamento e Fiscalização, e foi regulamentado, em âmbito Regional, através da Instrução de Serviço nº 08 de 14 de Dezembro de 2001, do Superintendente Regional.

Tendo como atividade precípua o policiamento, fiscalização, serviços de escolta e batedor, o CMR conta com 10 (dez) policiais, 32 (trinta e duas) motocicletas para utilização em policiamento, escolta e cursos específicos, e ainda 02 (duas) viaturas quatro rodas.

Desde a sua regulamentação, o CMR desenvolveu:

- atendimento a 30 (trinta) acidentes;
- 16 (dezesesseis) testes de alcoolemia;
- 704 (setecentas e quatro) autuações;
- retenção de 14 (quatorze) documentos;

- retenção de 06 (seis) veículos;
- atendimento a 06 (seis) ocorrências diversas;
- escolta a 05 (cinco) autoridades, 07 (sete) comboios e 03 (três) conjuntos transportadores de cargas indivisíveis.

META PARA 2012

TABELA 9 – METAS DO CORPO DE MOTOCICLISMO PARA 2012

Operação	Qde	Objetivos
Fiscalização de Peso	10	Coibir e reprimir excesso de peso no transporte de cargas no estado de Minas Gerais.
Fiscalização de Motociclistas	8	Coibir e reprimir o trânsito de motos, visando a segurança dos motociclistas, nas regiões em que se apresentam grandes densidades deste tipo de veículo trafegando nas rodovias.
Escortas de autoridades	8	Promover a segurança de autoridades em deslocamentos no estado de Minas Gerais.
Escolta de comboios em geral	8	Promover a segurança dos usuários da via durante deslocamentos por rodovias federais no estado de MG.
Apoio às delegacias	5	Apoiar, em eventos ou operações definidas em que se faça necessário o uso de motocicletas, as delegacias de MG.
Operações conjuntas com NOE	15	Apoiar o NOE-MG em operações específicas em que se faça necessário o uso de Motociclistas PRF.
Treinamento de motociclistas batedores PRF	3	Reunir e treinar os motociclistas batedores do estado de MG para operar em diversas missões de escolta e policiamento.

NECESSIDADES

- contrato de manutenção de motocicletas, pois o que temos atualmente é insuficiente em virtude da verba que não atende. Todos os nossos veículos estão necessitando de manutenção;
- aumento do efetivo para pelo menos 20 (vinte) policiais;
- aumento na quantidade de equipamentos, em condição de funcionamento, tais como EDA's, impressoras, computadores;
- sistema de comunicação eficiente: rádio, telefone fixo, telefones celulares, internet;
- ampliação e reforma da estrutura física, que hoje é insuficiente e insalubre.

2.3.1.3.1.5 – Central de Informações Operacionais- CIOP/MG

A Central de Informações Operacionais – CIOP, sob coordenação da Seção de Policiamento e Fiscalização, presta serviços de informações e auxílio aos usuários, inclusive imprensa, e policiais, monitorando e registrando as ocorrências, notadamente acidentes de trânsito, e atividades desenvolvidas pelas Unidades Operacionais.

O efetivo é composto por 14 (quatorze) policiais que trabalham por equipes e em escala de revezamento 24h de trabalho por 72h de descanso, e ainda um servidor administrativo na atividade de telefonista.

O aumento do efetivo, a capacitação dos servidores, a renovação tecnológica e a reestruturação logística é exigência natural para a prestação de um serviço de excelência.

ATIVIDADES REALIZADAS

- *Atendimento de 215.521 ligações originadas do canal 191;*
- *Atendimento de 23.922 ligações originadas dos ramais 5385, 5386 e 5387;*
- *Recebimento, compilação e movimentação de Relatórios Operacionais Diários;*
- *Atendimento diário à imprensa;*
- *Publicação de informações no Twitter da PRF/MG, a cada hora do dia, durante 24h, todos os dias da semana;*
- *Recebimento de informações, compilação e movimentação de planilhas com dados referentes à operações operacionais especiais;*
- *Participação de alguns policiais, em comissões de trabalho da 4ª SRPRF.*

2.3.1.4 - Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

<i>Tipo</i>	<i>Atividade</i>
<i>Finalidade</i>	<i>Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.</i>
<i>Descrição</i>	<i>Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.</i>

2.3.1.4.1 – Núcleo de Inteligência- NUINT/4

O NUINT, Núcleo de Inteligência da 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, passou por profunda reformulação no ano de 2011: até o mês de julho contava com quatro policiais, sendo três responsáveis pelas operações e um pela análise e chefia. A partir do mês de agosto, foi designado um novo chefe para o Núcleo, que já havia feito parte da equipe entre abril de 2008 e agosto de 2010, e houve a renovação de toda a equipe. Esta nova equipe é composta por cinco policiais, sendo um responsável pela análise e chefia; um pela Segurança Orgânica da Superintendência Regional e três pelas operações.

Para o exercício de suas operações, o NUINT utilizou como logística uma sala com 46 metros quadrados, dois telefones celulares funcionais e três viaturas operacionais, sendo uma delas de duas rodas.

Durante o exercício de 2011, o Núcleo atuou em busca de maior produtividade, sempre voltado para o aprimoramento de suas atividades. Visando a integração com instituições congêneres se manteve em constante contato com órgãos de inteligência das demais entidades públicas estaduais e federais.

Teve representatividade em todos os eventos e reuniões da comunidade de inteligência para os quais fora convidado. É importante ressaltar também que o Núcleo assessorou a Seção de Policiamento e Fiscalização e o Núcleo de Operações Especiais com dados estatísticos e informes de natureza operacional.

Manteve o Sr. Superintendente e à Coordenação de Inteligência informada sobre os índices de criminalidade e de acidentes nas Rodovias Federais localizadas no Estado; e sobre a situação da Segurança Pública, de modo geral, em todo Estado de Minas Gerais.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacamos:

1. Participação no Grupo de combate a Pirataria – (GCP) coordenado pelo Ministério Público Estadual, com participação da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Receita Federal, Receita Estadual e Prefeitura de Belo Horizonte;
2. Realização de operações de inteligência nas rodovias federais. Nas operações desencadeadas, dados relativos aos criminosos foram apurados culminando com a prisão de várias quadrilhas que atuavam nas rodovias federais em Minas Gerais. Também atuou em conjunto com a ANTT, Receita Estadual e Federal no combate a sonegação fiscal, transporte clandestino e contrabando e descaminho. Dentre as operações realizadas, destacam-se o mapeamento dos movimentos sociais (com monitoramento constante); as operações de combate ao comércio de substâncias psicotrópicas (Hypnus e Morpheus); contra a máfia da CNH falsificada (Operação Cartas Marcadas) e de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (Operação Isis / Anjos do Sol). Como resultado dessas operações, diversas pessoas foram presas e milhares de comprimidos de anfetaminas foram apreendidos, além de outras substâncias, armas e outros materiais.
3. Foram produzidos 53 Informes, 32 Relinfos e 15 Planos de Operação. Além disso, foram recebidos 05 Informes, 01 Relinfo; 02 Ordens de Busca; 22 Ordens de Missão; 12 Pedidos de Busca e 02 Ordens de Serviço, todos devidamente atendidos;
4. Alimentação de banco de dados com os registros de ocorrências criminosas sem autoria (OSA) nas rodovias federais. Neste banco, mais de 2.700 ocorrências registradas pela 4ª SRPRF em 2011 foram analisadas, destacando o local, hora, município, km, tipo de crime, dados das vítimas, modos operacionais utilizados pelas quadrilhas, armamentos, veículos utilizados e "bio-tipo" dos meliantes, sendo possível à geração de relatórios específicos por modalidade criminosa;

5. Alimentação de banco de dados com os registros de ocorrências criminosas com autoria (OCA) nas rodovias federais. Neste banco, mais de 3.400 ocorrências com apreensões e detenções de pessoas foram registradas pela 4ª SRPRF em 2011. Todas foram minuciosamente analisadas, e registrados os dados de interesses do Núcleo de Inteligência para ações de combate a criminalidade;
6. Participação em reuniões com outros Órgãos de Inteligência;
7. Criação do BPI, Boletim Periódico de Inteligência (ainda em fase de implantação), boletim diário com um resumo das principais ocorrências da PRF no estado ou que tenham influência sobre ela, informações de inteligência (como possibilidades de interdição de rodovia e outros) e um resumo das principais notícias que possam trazer impacto para a PRF;
8. Antecipação de ações populares com indicação de fechamento de rodovias. Nestes casos foram produzidos informes ao Superintendente da possível interrupção no fluxo da rodovia;
9. Elaboração de estatísticas relativas à criminalidade registradas nas rodovias federais de Minas Gerais com a criação de banco de dados com lançamentos de todos os boletins registrados de 2003 a 2011. Com estes dados é possível, de forma rápida e objetiva, realizar pesquisas direcionadas com a criação de relatórios de todos os dados dos diversos crimes registrados;
10. Manutenção do banco de fotos de marginais que atuam em Minas Gerais e outros estados;
11. Supervisão da segurança orgânica da 4ª Superintendência;

DIFICULDADES VIVENCIADAS

Um importante fator complicador foi a renovação completa da equipe do Nuint no mês de agosto, quando todos os integrantes da antiga equipe deixaram o Núcleo, passando a atuar apenas como colaboradores. O novo chefe do Núcleo assumiu e antes mesmo que pudesse iniciar a formação de uma nova equipe foi chamado a atender à demanda da Operação Isis, realizada com apoio de servidores da área operacional.

Com apoio imprescindível do Superintendente Regional e da COINT, uma nova equipe foi treinada e formada, contando hoje com cinco membros, sendo que um deles realizou o CBPI (Curso Básico de Procedimentos de Inteligência), um realizou o TEPI-AF (Treinamento Específico de Procedimentos de Inteligência voltado para Áreas de Fronteira), dois realizaram o CBIP (Curso Básico de Inteligência Policial) e apenas um não possui treinamento.

Os resultados apresentados pelo Núcleo poderiam ter sido melhores, se houvesse agentes de inteligência em outras regiões do estado, minimizando as distâncias e cobrindo de maneira mais eficaz regiões de grande importância estratégica. Isto significaria uma melhoria no volume e qualidade das informações; as quais, após análise, trariam subsídios ao desenvolvimento operacional da Seção de Policiamento e Fiscalização, e aos Núcleos de Policiamentos das Delegacias PRF.

Outro fator complicador foi a mudança no método de envio das ocorrências geradas pela Delegacia para o Núcleo, o que acabou gerando subnotificação. Assim, estão sendo feitos levantamentos das ocorrências registradas a partir de setembro de 2011 (mês em que houve a mudança da metodologia) para detectar e corrigir as irregularidades.

ANÁLISE DE DESEMPENHO

Apesar das dificuldades vivenciadas, o Núcleo conseguiu identificar praticamente todas as manifestações com fechamento de pista que ocorreram no Estado de Minas Gerais informando-as, em tempo hábil, aos setores responsáveis. O mapeamento de assaltantes de ônibus na região do Triângulo Mineiro; O roubo a coletivo e roubo de veículos de cargas também foi mapeado e com isso possibilitou o planejamento de operações de combate à criminalidade no estado.

Em 2011 o NUINT/4 empenhou e executou R\$ 79.611,03 (setenta e nove mil, seiscentos e onze reais e três centavos) em recursos para provimento de diárias operacionais e R\$ 4.578,74 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos) em recursos para provimento de passagens.

Dos trabalhos realizados podemos destacar:

- Identificação e acompanhamento dos movimentos sociais ao longo das rodovias sob circunscrição da 4ª SRPRF/MG;
- Acompanhamento de movimentos grevistas que tenham potencial para afetar as rodovias, como a greve dos professores municipais de Betim (manifestação com fechamento da rodovia BR 381);
- Levantamentos e demais procedimentos visando garantir a segurança da Diretora Geral, durante visitas à Superintendência Regional;
- Acompanhamento e monitoração do estado de ânimo do efetivo PRF, diante das mudanças na Direção Geral e na Superintendência Regional;

- Realização da Operação Cartas Marcadas, de combate à máfia da CNH falsificada. Duas pessoas foram presas em flagrante por porte ilegal de arma, foram apreendidas duas armas e 35 munições. Todos os presos e materiais apreendidos foram conduzidos para a Corregedoria do Detran do Estado de São Paulo.;
- Realização das Operações Hipnos II e Morpheus, com foco na venda de anfetaminas e drogas a caminhoneiros nas rodovias federais. Foram cumpridos vários mandados de busca e apreensões, que culminaram com prisões de envolvidos e apreensão de dezenas de milhares de comprimidos de anfetaminas e outros medicamentos vendidos irregularmente.
- Mapeamento dos pontos de ocorrência ou suspeita de ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) nas rodovias federais. Este levantamento possibilitou a realização da Operação Anjos do Sol, com ação repressiva a este tipo de crime.
- Operação de repressão ao contrabando/descaminho, em conjunto com a Receita Federal. Como resultado foram apreendidos mais de 600 (seiscentos) tablets no fundo falso de um ônibus de turismo. Duas pessoas foram presas.
- Colaboração no estudo para implantação do Posto PRF de Salinas, na rodovia BR 251, com análise dos locais propícios e relatório referente a aspectos da segurança orgânica do novo posto.

PLANEJAMENTO PARA 2012

Os principais desafios do Núcleo para o ano de 2012 são a consolidação da equipe (há necessidade imediata de se recrutar ao menos mais um servidor, de preferência do sexo feminino), a implantação das Bases Descentralizadas de Inteligência (os preparativos para implantação estão em estágio avançado em duas Delegacias: 04/14-Montes Claros e 04/17-Uberlândia) e a efetiva implantação do Projeto de Segurança Orgânica (que está sendo readequado e será encaminhado para apreciação da Coint no início de março).

O Núcleo hoje tem plenas condições de fazer frente às demandas previstas pela Coint, conforme seu planejamento anual, além de atender às demandas da Superintendência. Neste sentido, está sendo planejada a criação de um grupo de trabalho que irá realizar o planejamento anual conjunto das atividades do Nuint e do NOE, minimizando as dificuldades de compatibilização de agendas enfrentadas em 2011.

Independentemente desse planejamento conjunto, algumas ações já foram acordadas com o Superintendente Regional, dentre as quais se destaca a visita a todas as Delegacias, para debater com as respectivas equipes a segurança orgânica, bem como reforçar a aproximação com a área operacional.

A necessidade de aprimoramento é constante, motivo pelo qual a equipe do Nuint demanda com urgência cursos e treinamentos avançados, tanto em técnicas operacionais quanto em análise. Outra necessidade do Núcleo para o ano de 2012 é a aquisição de novos equipamentos e substituição (modernização) de parte dos existentes. Até o final de março será encaminhado à Coint relação dos equipamentos à disposição do Núcleo, bem como daqueles que entendemos serem de mais urgente aquisição.

Além disso, há necessidade de:

1. Implementação de melhorias na Segurança orgânica da 4ª SRPRF;
2. Fazer com que o Projeto de Segurança Orgânica seja implementado em 2012, haja vista que a espera pela implantação vem desde 2010;
3. Maior aproximação com as equipes operacionais das Delegacias e com o Núcleo de Operações Especiais, com objetivo de melhorar os resultados obtidos;
4. Assessorar a Seção de Policiamento e Fiscalização, no sentido de reduzir o quadro de acidentes registrados em Minas Gerais, com relatórios de inteligência, voltados à atividade de trânsito, especificando os locais, motivos, horários e tipos de fiscalização necessária para os pontos críticos. Também serão enviados relatórios sistemáticos com os devidos indicativos de ocorrências criminosas registrados nas rodovias sob circunscrição da 4ª SRPRF-MG;
5. Maior aproximação com demais órgãos de Inteligência, permitindo com isto, maior troca de experiência e de informações;
6. Promover cursos na área de Inteligência para policiais;

7. Implementação de um planejamento estratégico, visando o combate a determinadas modalidades de crimes, estabelecendo como prioridade às de maior incidência no estado.
8. Fomentar a criação de uma reunião periódica entre o nosso núcleo e os núcleos dos estados vizinhos para planejamento de ações conjuntas e troca de informações.
9. Dar suporte a Seção de Policiamento e Fiscalização (principalmente através do NOE) e à Delegacia Metropolitana para planejamento e execução de pequenas operações na região metropolitana; operações que demande baixa logística e retorno satisfatório.
10. Aumento do efetivo do núcleo com o objetivo de criar duas equipes de buscas.

2.3.1.5 - Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

<i>Tipo</i>	<i>Atividade</i>
<i>Finalidade</i>	<i>Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.</i>
<i>Descrição</i>	<i>Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.</i>

Com o apoio de todas as Seções da 4ª Superintendência e cumprindo a competência elencada no inciso VII do Artigo 82 do Regimento Interno do DPRF, o Núcleo não só colaborou com a educação de trânsito em escolas e empresas, mas trabalhou o tema efetivamente, em todas as Delegacias do Estado. O aumento da demanda de ações neste âmbito é constante, mas, infelizmente não podemos atender a todas, devido ao reduzido efetivo.

Não obstante circunscrevermos a maior malha viária e com o maior número de acidentes do país, e apesar de todas as dificuldades, o NURAM alcançou a maioria das metas propostas para 2011. Seguem as atividades desenvolvidas pelo núcleo nesse ano:

1. Incentivo e disponibilização aos usuários do módulo de Impressão do Boletim de Acidente de Trânsito (BAT) pela Internet para os envolvidos no evento;

2. Contínuo aprimoramento dos controles para verificação de atraso na confecção dos BATs, segundo o MPO 010 e 015, ambos de 2009;
3. Verificação do tempo decorrido para encerramento de processos de solicitação de retificação de BATs registrados no Sistema BR Brasil, bem como BATs antigos, confeccionados de forma manuscrita, aplicando-se o prazo estipulado na Lei. 9.507/97, que regula o procedimento do Habeas Data;
4. Participação no Projeto de Controle Estatístico ministrado pelo NUEST, com ênfase no SIGER e planilha dinâmica, em que se deu o treinamento de um (01) servidor de cada uma das 18 (dezoito) Delegacias da Regional, e alguns servidores da Sede;
5. Participação no Grupo de Estudos de Acidentes, criado através da Portaria 513/2011, de 31 de agosto de 2011 - Processo 08.656.014.552/2011-63;
6. Participação da pesquisa de campo para a formatação do novo modelo de atendimento a acidentes e simplificação do sistema BR-Brasil;
7. A Comissão Regional de Educação de Trânsito (CRET) realizou, em conjunto com as 18 (dezoito) Delegacias, ações preventivas e sensibilização de mais de 12.000 (doze mil) usuários. Dentre as ações, destaca-se a participação no projeto Caravana Siga Bem – maior evento itinerante de ação social da América Latina; a realização do projeto Anel Vivo, em parceria com o SEST/SENAT, direcionado aos condutores de veículos de carga que trafegam no anel rodoviário de Belo Horizonte; a participação no Dia do Mackenzie Voluntário e a participação no Batatais Moto Fest no Estado de São Paulo;
8. Participação da Semana Nacional de Trânsito (18 a 25 de setembro) que contou com a integração dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito de Minas Gerais, e realização de diversas atividades por parte de todas as Delegacias no âmbito da 4ª SRPRF;
9. O projeto Comando de Saúde nas Rodovias, evento nacional em parceria com o SEST/SENAT foi realizado nas Delegacias de Juiz de Fora, Patos de Minas e Uberlândia, atendendo a 333 motoristas profissionais;
10. Envio de todos os resultados dos processos de Retificação de Boletim de Acidente de Trânsito ao usuário via Correios (Certidão ou Ofício de Indeferimento).

A meta para atingir um prazo máximo de 11 dias para conclusão de processos relativos a solicitação de retificação de BATs esta não foi alcançada. O Núcleo foi responsável pela abertura de 631 (seiscentos e trinta e um) processos com média de 16,68 (dezesesseis vírgula sessenta e oito) dias para a conclusão de cada processo. Observando os dados, aferimos que o gargalo continua sendo no recebimento, análise e despacho do processo para o NURAM pela Delegacia.

DADOS RELATIVOS A ACIDENTES ENTRE 2007 E 2011

Visando comparar as grandezas correspondentes, foram construídas as Tabelas 1, 2, 3 e 4, demonstradas a seguir, que geram os seguintes índices: Acidentes por Km; Feridos por Km, Mortos por Km e Número de Veículos no estado de Minas Gerais. A partir das Tabelas 1, 2 e 3, foi gerado o Gráfico 1 para melhor visualização do desempenho dos mesmos. Nessas Tabelas são apresentados os dados referentes aos anos de 2007 a 2011.

Verifica-se que no ano de 2011 houve aumento de 26 (vinte e seis) acidentes em números absolutos. Porém, houve um aumento da área de circunscrição em 220,5 km (duzentos e vinte quilômetros mais quinhentos metros), resultando assim, em um decréscimo de 3,46% (três vírgula quarenta e seis por cento) dos acidentes, 4,73% (quatro vírgula setenta e três por cento) dos feridos e 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) dos mortos por km, comparados com o ano de 2010.

A redução destes índices é bastante significativa, tendo em vista o aumento de 9,47% (nove vírgula quarenta e sete por cento) na frota de veículos registrados no Estado de Minas Gerais.

Tabela 10A - Nº DE ACIDENTES

Nº DE ACIDENTES				
Ano	Nº de KMs	Acidentes	Acidentes por Km	Variação por Km %
2007	5.996,9	20.719	3,45	-
2008	5.996,9	20.722	3,46	0,01
2009	5.996,9	25.077	4,18	21,02
2010	5.991,3	27.373	4,57	9,26
2011	6.211,8	27.399	4,41	-3,46

Fonte: SIGER

Tabela 10B - Nº DE FERIDOS

Nº DE FERIDOS				
Ano	Nº de KMs	Nº de FERIDOS	Feridos por Km	Variação por Km %
2007	5.996,9	14.636	2,44	-
2008	5.996,9	15.331	2,56	4,75
2009	5.996,9	16.515	2,75	7,72
2010	5.991,3	16.711	2,79	1,28
2011	6.211,8	16.506	2,66	-4,73

Fonte: SIGER

Tabela 10C - Nº DE MORTOS

Nº DE MORTOS				
Ano	Nº de KMs	Nº de MORTOS	Mortos por Km	Variação por km %
2007	5.996,9	1.076	0,18	-
2008	5.996,9	1.145	0,19	6,41
2009	5.996,9	1.214	0,2	6,03
2010	5.991,3	1.344	0,22	10,81
2011	6.211,8	1.303	0,21	-6,49

Fonte: SIGER

Tabela 10D - Nº DE VEÍCULOS EM MG

Nº DE VEÍCULOS EM MG		
Ano	Frota em MG	Variação %
2007	5.271.000	-
2008	5.836.035	10,72
2009	6.382.234	9,36
2010	7.005.640	9,77
2011*	7.668.730	9,47

Fonte: DENATRAN *Projeção para Dezembro/2011

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES, FERIDOS E MORTOS ENTRE 2007 E 2011

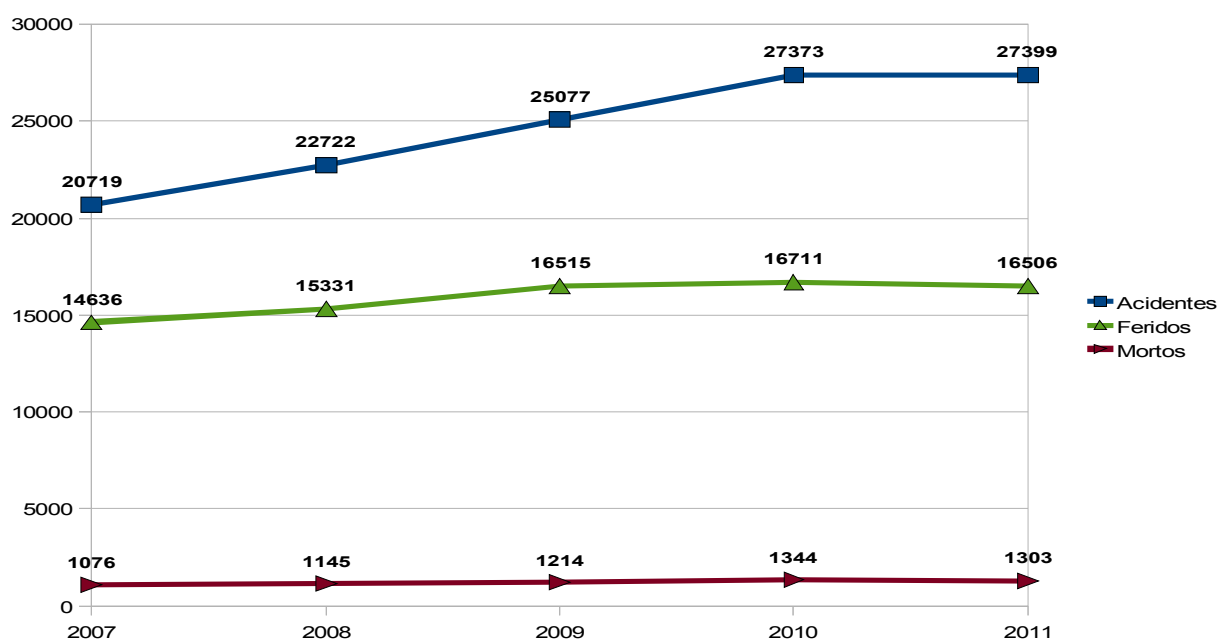


Gráfico 1

Constata-se que, entre 2008 e 2009 houve um salto vertiginoso no quantitativo de acidentes, feridos e mortos, da ordem de 21,02% (vinte e um vírgula zero dois por cento), 7,72% (sete vírgula sete por cento) e 6,03% (seis vírgula zero três por cento), respectivamente. Em 2010, observamos um comportamento atípico da curva de dados, onde o índice de acidentes e feridos por

km mantiveram um crescimento mais modesto enquanto o de mortos por km registrou a maior alta de todo o período.

A boa surpresa do ano de 2011 foi o comportamento mais homogêneo dos índices, apresentando uma queda substancial de 3,46% (três vírgula quarenta e seis por cento) dos acidentes, 4,3% (quatro vírgula três por cento) dos feridos e 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) dos mortos.

Apesar da eficácia inerente, os efeitos dos trabalhos de Educação para o Trânsito são de difícil percepção. Acreditamos em ações permanentes, visando a mudança comportamental dos usuários das rodovias que, aliada aos outros dois pilares da Segurança no Trânsito - fiscalização e engenharia - promovem, certamente, os resultados desejados, ou seja, uma constante diminuição dos índices de acidentes, feridos e mortos.

Com relação ao aumento de acidentes e redução de feridos e mortos, citamos como causas prováveis:

- A melhora e duplicação de algumas rodovias possibilita aos veículos desenvolver maiores velocidades aumentando o risco de acidentes;
- Pode-se constatar, através dos dados observados nas Tabelas 5 e 6, que em 2010 e 2011, o item **Falta de Atenção** é o segundo maior fator contribuinte na ocorrência de acidentes, o que retrata a negligência, imprudência dos condutores. Este fator vem sendo o segundo maior, sempre atrás do fator **Outros**, desde 2004, quando iniciamos seu estudo;
- O aumento da frota de veículos no Estado de Minas Gerais contribui em dois aspectos. Por um lado, incrementa o número de acidentes, já que quanto mais veículos em circulação maior a quantidade de acidentes. Por outro lado, este aumento na frota sugere um aumento no índice de veículos novos, estes cada vez mais com maior número de dispositivos de segurança, que, aliado à ações de educação, focando o uso correto do cinto de segurança, reduz o número de mortos;
- O incremento da participação da Divisão de Operações Aéreas (DOA) no Estado de Minas Gerais, além da manutenção dos convênios com SAMU e outras instituições de saúde, diminuem o tempo de resposta ao atendimento do acidentado, contribuindo para a redução na quantidade de mortos.

Tabela 10E – RELAÇÃO DE ACIDENTE POR CAUSA PRESUMÍVEL -2007

RELAÇÃO DE ACIDENTES POR CAUSA PRESUMÍVEL – 2007								
Descrição Causa Acidente	Qty Acidentes	%	Qty Ferido Leve	%	Qty Ferido Grave	%	Qty Morto	%
Outras	9035	43,61	4854	46,08	2013	49,07	602	55,95
Falta de atenção	5369	25,91	2339	22,2	860	20,97	172	15,99
Velocidade incompatível	1426	6,88	989	9,39	364	8,87	108	10,04
Defeito mecânico em veículo	953	4,6	428	4,06	128	3,12	16	1,49
Não guardar distancia de segurança	793	3,83	185	1,76	32	0,78	10	0,93
Animais na Pista	718	3,47	199	1,89	67	1,63	10	0,93
Dormindo	706	3,41	423	4,02	163	3,97	35	3,25
Defeito na via	619	2,99	329	3,12	101	2,46	16	1,49
Ultrapassagem indevida	389	1,88	245	2,33	149	3,63	76	7,06
Desobediência à sinalização	386	1,86	278	2,64	135	3,29	20	1,86
Ingestão de álcool	324	1,56	262	2,49	90	2,19	11	1,02
Não informado	1	0	3	0,03	0	0	0	0
Total	20719	100	10534	100	4102	100	1076	100

Fonte: SIGER

Tabela 10E1 – RELAÇÃO DE ACIDENTE POR CAUSA PRESUMÍVEL -2008

RELAÇÃO DE ACIDENTES POR CAUSA PRESUMÍVEL – 2008								
Descrição Causa Acidente	Qty Acidentes	%	Qty Ferido Leve	%	Qty Ferido Grave	%	Qty Morto	%
Outras	10014	44,07	4993	45,27	2062	47,94	622	54,32
Falta de atenção	5602	24,65	2333	21,15	898	20,88	165	14,41
Velocidade incompatível	2076	9,14	1325	12,01	502	11,67	139	12,14
Defeito mecânico em veículo	1008	4,44	436	3,95	138	3,21	40	3,49
Não guardar distancia de segurança	948	4,17	223	2,02	52	1,21	6	0,52
Dormindo	720	3,17	518	4,7	161	3,74	55	4,8
Animais na Pista	700	3,08	199	1,8	62	1,44	8	0,7
Defeito na via	445	1,96	219	1,99	67	1,56	14	1,22
Ingestão de álcool	422	1,86	283	2,57	114	2,65	27	2,36
Desobediência à sinalização	414	1,82	260	2,36	109	2,53	15	1,31
Ultrapassagem indevida	373	1,64	241	2,18	136	3,16	54	4,72
Total	22722	100	11030	100	4301	100	1145	100

Fonte: SIGER

Tabela 10E2 – RELAÇÃO DE ACIDENTE POR CAUSA PRESUMÍVEL -2009

RELAÇÃO DE ACIDENTES POR CAUSA PRESUMÍVEL – 2009								
Descrição Causa Acidente	Qty Acidentes	%	Qty Ferido Leve	%	Qty Ferido Grave	%	Qty Morto	%
Outras	11304	45,08	5358	44,12	2165	49,53	679	55,93
Falta de atenção	6003	23,94	2541	20,92	836	19,13	160	13,18
Velocidade incompatível	2601	10,37	1571	12,94	513	11,74	152	12,52
Não guardar distancia de segurança	1237	4,93	325	2,68	61	1,4	4	0,33
Defeito mecânico em veículo	963	3,84	454	3,74	116	2,65	30	2,47
Dormindo	770	3,07	535	4,41	151	3,45	48	3,95
Animais na Pista	534	2,13	151	1,24	47	1,08	4	0,33
Ingestão de álcool	493	1,97	379	3,12	126	2,88	21	1,73
Ultrapassagem indevida	422	1,68	348	2,87	171	3,91	89	7,33
Desobediência à sinalização	402	1,6	290	2,39	120	2,75	21	1,73
Defeito na via	348	1,39	192	1,58	65	1,49	6	0,49
Total	25077	100	12144	100	4371	100	1214	100

Tabela 10E 3– RELAÇÃO DE ACIDENTE POR CAUSA PRESUMÍVEL -2010

RELAÇÃO DE ACIDENTES POR CAUSA PRESUMÍVEL – 2010								
Descrição Causa Acidente	Qtd Acidentes	%	Qtd Ferido Leve	%	Qtd Ferido Grave	%	Qtd Morto	%
Outras	11505	42,03	5168	41,92	2020	46,09	712	52,98
Falta de atenção	6850	25,02	2617	21,23	832	18,98	191	14,21
Velocidade incompatível	3105	11,34	1823	14,79	632	14,42	188	13,99
Não guardar distancia de segurança	1556	5,68	314	2,55	77	1,76	13	0,97
Defeito mecânico em veículo	1031	3,77	451	3,66	98	2,24	23	1,71
Dormindo	907	3,31	589	4,78	165	3,76	42	3,13
Ingestão de álcool	605	2,21	418	3,39	159	3,63	28	2,08
Animais na Pista	603	2,2	220	1,78	54	1,23	14	1,04
Desobediência à sinalização	473	1,73	261	2,12	121	2,76	29	2,16
Ultrapassagem indevida	447	1,63	298	2,42	168	3,83	98	7,29
Defeito na via	291	1,06	169	1,37	57	1,3	6	0,45
Total	27373	100	12328	100	4383	100	1344	100

Fonte: SIGER

Tabela 10E 4– RELAÇÃO DE ACIDENTE POR CAUSA PRESUMÍVEL -2011

RELAÇÃO DE ACIDENTES POR CAUSA PRESUMÍVEL – 2011								
Descrição Causa Acidente	Qtd Acidentes	%	Qtd Ferido Leve	%	Qtd Ferido Grave	%	Qtd Morto	%
Outras	8512	31,07	3778	31,3	1480	33,36	492	37,76
Falta de atenção	7601	27,74	2758	22,85	985	22,2	219	16,81
Velocidade incompatível	4599	16,79	2576	21,34	921	20,76	285	21,87
Não guardar distancia de segurança	1856	6,77	417	3,46	110	2,48	13	1
Defeito mecânico em veículo	1087	3,97	382	3,17	131	2,95	26	2
Dormindo	983	3,59	640	5,3	178	4,01	56	4,3
Ingestão de álcool	705	2,57	438	3,63	210	4,73	36	2,76
Animais na Pista	626	2,28	185	1,53	56	1,26	6	0,46
Desobediência à sinalização	572	2,09	358	2,97	130	2,93	53	4,07
Ultrapassagem indevida	491	1,79	351	2,91	179	4,03	98	7,52
Defeito na via	367	1,34	186	1,54	57	1,28	19	1,46
Total	27399	100	12069	100	4437	100	1303	100

ACIDENTES MÊS A MÊS ENTRE 2007 E 2011

Tabela 10F – COMPARATIVO DE ACIDENTES MÊS A MÊS 2007

2007	MÊS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº DE ACIDENTES	1931	1527	1511	1610	1563	1506	1891	1543	1614	1814	1949	2260	20719

Fonte: SIGER

Tabela 10G– COMPARATIVO DE ACIDENTES MÊS A MÊS 2008

2008	MÊS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº DE ACIDENTES	2070	1616	1869	1759	1672	1626	1822	1794	1804	2017	2051	2622	22722

Fonte: SIGER

Tabela 10H– COMPARATIVO DE ACIDENTES MÊS A MÊS 2009

2009	MÊS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº DE ACIDENTES	2062	1796	2067	1766	1871	1967	2049	1927	2098	2452	2022	3000	25077

Fonte: SIGER

Tabela 10I– COMPARATIVO DE ACIDENTES MÊS A MÊS 2010

2010	MÊS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº DE ACIDENTES	2036	2057	2193	2101	2206	2102	2213	2037	2283	2485	2484	3176	27373

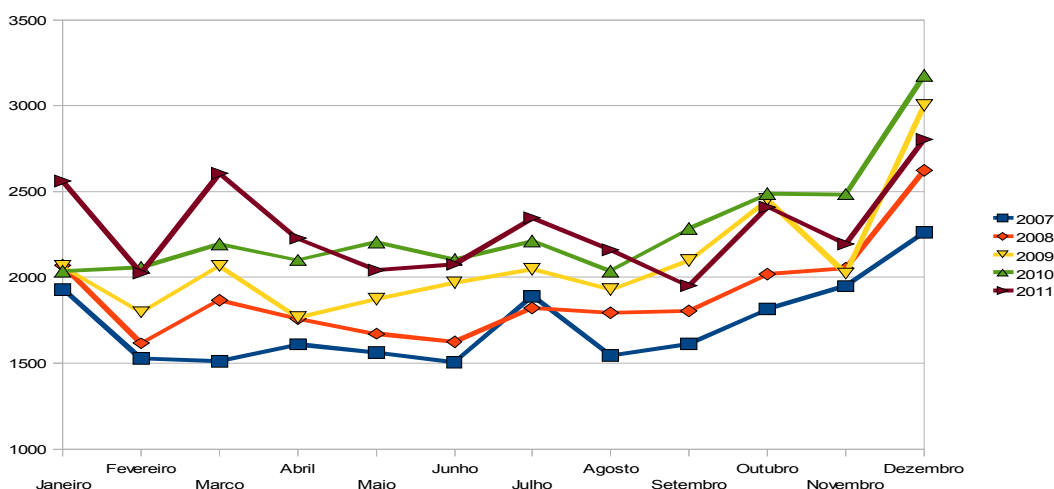
Fonte: SIGER

Tabela 10J – COMPARATIVO DE ACIDENTES MÊS A MÊS 2011

2011	MÊS (*)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº DE ACIDENTES	2560	2023	2608	2226	2043	2075	2345	2161	1950	2410	2194	2804	27399

Fonte: SIGER

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES MÊS A MÊS ENTRE 2007 E 2011



Fonte: SIGER

Diante dos dados expostos nas Tabelas 10 a 14, representados no Gráfico 2, observamos a concentração de acidentes nos meses de férias escolares e feriados nacionais prolongados.

O ano de 2011 foi marcado pelos feriados dentro do final de semana, tornando o feriado de Carnaval, o evento mais atrativo para a realização de uma viagem, o que pode ter proporcionado a discrepância do número de acidentes no mês de março com relação ao mesmo período dos anos anteriores.

Todos os anos observa-se um aumento no índice de acidentes nos meses de férias escolares, ou seja, janeiro, julho e dezembro, mas, nos meses de janeiro e dezembro, a curva nos mostra um grau de inclinação superior aos anos anteriores. Certamente, a falta de prudência dos condutores em viagens realizados nos períodos chuvosos, foi fator preponderante para estes resultados. Vale salientar que o índice pluviométrico deste período chegou a bater recordes.

Com base nos dados aferidos na Tabela 9 percebe-se que, com exceção dos fatores contribuintes Outros e Falta de atenção, estes muito subjetivos, os fatores com maior índice de mortes são Velocidade incompatível, Ultrapassagem indevida e Dormindo, respectivamente, o que evidencia a imprudência dos condutores. Esta sequência se repete desde o ano de 2007.

Ressaltamos que, apesar do incremento da ordem de 9,47% da frota veicular mineira, das condições meteorológicas, do aumento na produção nacional tanto industrial quanto agrícola e do quadro inalterado do número de servidores, a atual situação dos números de acidentes, feridos e mortos, revela uma curva praticamente estável, tendendo à queda.

Acreditamos que todos os esforços realizados por toda equipe da 4ª SRPRF tanto no âmbito da fiscalização, quanto na educação, onde incorporaram à rotina operacional, ações que mudam o comportamento das pessoas, ministrando palestras em escolas e empresas, realizando exposições em festas populares, participando de programas televisivos e festivais estudantis de teatro para o trânsito, além do fortalecimento do **Projeto Cinema Rodoviário – Transformando Atitudes para Salvar Vidas** – em todo o território nacional, foram decisivos na melhora no quadro apresentado.

- **DADOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

Tabela 10K -DADOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

2011	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Adendos BR-Brasil (1)	11	11	13	8	7	14	10	12	9	10	3	11	119
Adendos BR Brasil (2)	66	37	51	42	32	46	32	37	38	36	30	26	473
Adendos BAT anterior ao sistema BR- Brasil	4	3	5	3	4	1	2	3	7	4	0	3	39

(1) Processos abertos por solicitação do PRF

(2) Processos abertos por solicitação do Usuário

Tabela 10K1 -DADOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

2011	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Pessoas atendidas no guichê	270	165	240	210	265	180	250	190	180	143	204	135	2.432
Pessoas atendidas ao telefone	450	275	400	350	460	300	470	320	270	236	338	225	4.094
Cópias de BAT anteriores ao sistema BR-Brasil	8	7	8	6	9	3	2	2	4	2	3	2	56
Impressão BAT BR-Brasil	169	97	147	120	168	106	170	127	86	91	131	80	1.492

DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS

A maior dificuldade encontrada é o número reduzido de servidores, o que impossibilita a execução de algumas atribuições regimentais inerentes ao núcleo.

Constantes paralisações e inconsistência nos dados dos sistemas BR-Brasil e SIGER, gerando retrabalhos e impossibilitando o fornecimento de estatísticas, prejudicando os resultados do núcleo e afetando a credibilidade da PRF perante as instituições solicitantes como a Procuradoria Geral da República, DNIT, AGU dentre outras. As paralisações recorrentes à manutenção do sistema são feitas sem aviso prévio, causando prejuízos aos usuários, devido a deslocamentos desnecessários para obtenção dos Boletins de Acidente de Trânsito, indo de encontro ao princípio da eficiência que norteia a administração pública.

O NURAM, juntamente com a Comissão de Educação para o Trânsito ainda encontra resistência por parte de alguns Chefes de Delegacia para realizar atividades referentes a Educação para o Trânsito. A educação é uma peça fundamental para atingirmos nossa meta de redução de acidentes. Apesar do aumento nas ações de educação para o trânsito, urge a necessidade de apoio incessante desta Superintendência no intuito de criarmos uma política de educação para o trânsito eficiente e que atinja toda a circunscrição da 4ª SRPRF.

Mais um vez, o número reduzido de servidores prejudica também a promoção das atividades de Educação para o Trânsito. Houve a continuidade da Comissão de Educação para o Trânsito, contando com apenas 02 membros atuantes, mesmo tendo diversas outras atribuições no seu cotidiano. Além disso, a falta de uma viatura exclusiva aos trabalhos do Núcleo, um data show, um note book impedem o atendimento com eficácia a todas as demandas solicitadas pela iniciativa privada e outras delegacias nas ações de prevenção inerentes às suas atribuições.

Equipamentos obsoletos prejudicaram a rapidez nas respostas exigidas ao Núcleo por delegacias, autoridades, gestores e usuários.

Como se vê, nas atribuições originais deste núcleo, as incumbências são muitas e essenciais ao trabalho da PRF. A sociedade espera desta instituição um trabalho ágil eficiente e eficaz e não apenas o mero fornecimento de cópias de boletins aos usuários.

METAS PARA 2012

As metas abaixo elencadas foram estipuladas pressupondo um mínimo de 5 servidores (4 policiais e 1 administrativo) e quatro estagiários, sendo 2 (dois) por turno de serviço:

- Impulsionar ações em consonância com a Década Mundial de Ações Para a Segurança do Trânsito – 2011/2020, buscando a diminuição do índice de acidentes, bem como redução do número de feridos e mortos;
- Difundir o projeto Cinema Rodoviário – Transformando Atitudes para Salvar Vidas nas outras Superintendências e consolidá-lo no Estado;
- Promover 02 (dois) Comandos de Saúde nas Rodovias em parceria com o SEST-SENAT, adicionais aos 3 (três) eventos já programados nacionalmente;
- Coordenar de forma mais efetiva as ações de Educação de Trânsito nas Delegacias, através de encontro dos educadores da Regional;
- Unificar as ações pertinentes à Educação para o Trânsito em todas as unidades da 4ª SRPRF;
- Realizar 5 (cinco) comandos de fiscalização e educação em períodos anteriores aos de grande tráfego de veículos, como no Carnaval, Semana Santa, 12 de outubro e férias de Julho e Dezembro, além das ações específicas da Semana Nacional de Trânsito;
- Intensificar a divulgação aos usuários das rodovias federais, inclusive nas ações de educação, a possibilidade de impressão do BAT pela Internet;
- Analisar, informar e acompanhar a meta de redução de acidentes e gravidade dos acidentes ocorridos no Estado, juntamente com todos os gestores da 4ª SRPRF;
- Aumentar a amplitude dos trabalhos do Grupo de Estudos de Acidentes, alcançando pelo menos 3 pontos críticos no âmbito da Regional;
- Reiterar a importância do uso do sistema SIGER pelos gestores da 4ª SRPRF, bem como capacitá-los para seu uso correto;
- Promover o projeto Acompanhamento Gerencial de Boletim de Acidente de Trânsito (AGBAT) por toda a regional;

- Aumentar o índice de 61,80% para 100%, dos BATs confeccionados em até 72 horas, conforme MOP 015;
- Manutenção da meta para atingir um prazo máximo de 10 dias para conclusão de processos relativos a solicitação de retificação de BATs. Concentrando esforços para reduzir o tempo de recebimento, análise e despacho do processo para o NURAM pela delegacia, aplicando-se assim o prazo estipulado na Lei. 9.507/97, que regula o procedimento do Habeas Data;
- Adequação dos sistemas de controle da produção interna do NURAM, incrementando os procedimentos já automatizados para que estes nos deem ainda mais informações e dados cada vez mais consistentes e para atender as novas demandas;
- Desenvolver projeto de digitalização dos Boletins de Acidentes de Trânsito manuscritos;
- Projetar, preparar e realizar Palestras de Educação para o Trânsito já a partir do mês de janeiro, e durante o ano executar as atividades a seguir:

Tabela 10L – ATIVIDADE DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE
Palestras em escolas, empresas e comunidades	100
Visitas às Delegacias	18
Comandos Educativos	10
Comandos de Saúde	05
Seminários	01

2.3.1.1.6) Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Não foram recebidos recursos financeiros para esta Ação.

O Núcleo de Comunicação Social da 4ªSRPRF-MG executou as seguintes atividades:

- O Núcleo de Comunicação Social da 4ª SRPRF/MG executou no ano de 2011 as seguintes atividades:
- Elaborou e participou de Solenidades Oficiais, organizando, acompanhando ou representando o Superintendente Regional;

- Elaborou o Informativo Mensal, 4ª Em Pauta, que divulgou as notícias mais importantes da 4ª SR-PRF/MG;
- Divulgou, sugeriu pautas, acompanhou e orientou a coleta de informações de interesse da corporação, nos principais meios de comunicação;
- Treinou e acompanhou estagiários designados para o Núcleo de Comunicação Social;
- Participou de **287** (duzentos e oitenta e sete) entrevistas em rádios, canais de televisão e jornais impressos, divulgando positivamente o nome da corporação, em âmbito regional. No ano de 2010 foram concedidas **271** (duzentos e setenta e uma) entrevistas a rádios e canais de televisão.
- Divulgou o Departamento de Polícia Rodoviária Federal em **25** (vinte e cinco) entrevistas em Rede Nacional na TV. No ano de 2010 foram concedidas **27** (vinte e sete) entrevistas em cadeia nacional de TV;
- Trabalhou juntamente com a CIOP, para que o nome da Polícia Rodoviária Federal fosse citado **2620** (dois mil seiscentos e vinte) nos principais Jornais do Estado de MG. Em 2010 foram **1651** (mil seiscentos e cinquenta e um); obs: entrevistas retiradas via internet nos jornais que temos acesso;
- Prestou uma média de 600 atendimentos mensais, totalizando cerca de **7200** no ano de 2011, a usuários e a imprensa, pessoalmente, através da internet ou via telefone. Em 2010 foram **850** (oitocentos e cinquenta) atendimentos;
- Participou de diversos Eventos e Seminários ligados às atividades desenvolvidas pela corporação;
- Participou efetivamente de todas as Operações Especiais, do calendário nacional do DPRF/DF, desencadeadas pela área Operacional da 4ª SRPRF/MG;
- Organizou, divulgou e participou de comandos educativos;
- Confeccionou Releases das Operações Especiais realizadas pela 4ª SRPRF/MG, para divulgação na Imprensa;
- Divulgou informações importantes, dicas de trânsito e resultados estatísticos das Operações desencadeadas pela 4ª SRPRF/MG;
- Participou de Comissões de Apuração de Processos Disciplinares;
- Participou de Comissões para fiscalizar cumprimento de contratos de empresas junto a 4ª SRPRF/MG;
- Participou da Comissão para Prevenção de Acidentes;

- Elaborou 12 (doze) informativos mensais, 4ª Em Pauta, com notícias e informações sobre as atividades desencadeadas pela 4ª SRPRF/MG;
- Selecionou e publicou na intranet regional e internet nacional, informações de destaque das Delegacias subordinadas à 4ª SRPRF/MG;
- Criou arquivos digitais, com banco de dados sobre as aparições da corporação na mídia impressa;
- Participou do Encontro de Chefes de Delegacias ocorrido em novembro na Sede da 4ªSPRF;
- Participou da expedição da Instrução Normativa que regulamentou o Twitter como ferramenta de divulgação de fatos relevantes nas rodovias federais;
- Aperfeiçoou a ferramenta Twitter, com a inserção não só de condições gerais das vias e informes sobre acidentes, como também, a inclusão das ações desenvolvidas pelas Delegacias, principalmente ocorrências de combate à criminalidade e fiscalizações de infrações e crimes de trânsito.
- Orientar e assistir a Superintendência Regional nos assuntos relativos à área de comunicação social;
- Promover e executar atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Órgão, no âmbito regional;
- Providenciar, analisar e supervisionar a elaboração de material de propaganda institucional;
- Apurar, editar, redigir, e difundir matérias de interesse do Órgão, além de manter informações sobre notícias de interesse da Instituição veiculadas pela imprensa;
- Programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos de interesse da Instituição;
- Promover a articulação da Unidade Regional com outros Órgãos da administração pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

METAS 2012

- Aperfeiçoar sempre o atendimento aos usuários, sejam eles internos ou externos.
- Conseguir divulgar cada vez mais, e de forma positiva, o nome da instituição;
- Manter e fortalecer o ótimo relacionamento com os profissionais da imprensa, sempre primando pelo profissionalismo e pelo respeito mútuo;
- Continuar sempre representando a instituição, de forma positiva perante o público e as demais instituições;
- Providenciar a modernização dos equipamentos do Núcleo, novas máquinas fotográficas digitais, uma nova filmadora, uma nova televisão e aquisição também de um gravador de DVD;
- Conseguir a assinatura de revistas e jornais de grande circulação, com intuito de manter um arquivo com informações sobre a PRF;
- Criar junto ao Núcleo de Capacitação de Pessoal condições para se promover um curso de técnicas de entrevista e relacionamento com a imprensa, visando a capacitação de pelo menos de um policial por delegacia;
- Estimular as chefias a repassarem ao NUCOM o relatório das matérias veiculadas nas mídias locais, para uma contabilização mais efetiva das entrevistas no Relatório de Gestão de 2012.
- Repassar as Delegacias de forma imediata (in loco) todas as matérias publicadas nos meios de comunicação relativa as ações (Bop's, comandos, etc...) desenvolvidas.
- Aprimorar os conhecimentos na área de atuação do Núcleo, através da participação em cursos de capacitação, visando maior profissionalização, tendo em vista a natureza do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação Social.

CONCLUSÃO:

O Nucom/4ªSRPRF procurou ao longo do ano de 2011 estreitar os relacionamentos com todos os meios de comunicação, afim de que as ocorrências tanto de trânsito quanto de criminalidade, tivessem o tratamento adequado, levando a verdade dos fatos ao conhecimento público.

A preservação da vida humana, o bem estar social e o direito de ir e vir, são as diretrizes do DPRF, onde o Nucom/4ªSRPRF está inserido e se encontra alinhado.

2.3.1.1.7) Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Não foram recebidos recursos financeiros para esta Ação

NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES - NMP/MG**CENÁRIO NO INÍCIO DE 2011**

- 6.735 (seis mil, setecentos e trinta e cinco) Autos de Infração pendentes no sistema;
- 4 (quatro) processos de restituição de valores;
- 12 (doze) processos de desvinculação;
- 27 (vinte e sete) processos antigos aguardando análise pormenorizada;
- Cerca de 1.200 (hum mil e duzentos) autos de infração para serem digitalizados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Dar ciência ao policial quando houver Auto de Infração, lavrado por ele, cancelado por erro ou inobservância de norma, com o intuito de educar e diminuir a quantidade de cancelamentos de Autos da Regional a médio prazo;
- Adequar nossas rotinas internas conforme orientado pela Divisão de Multas e Penalidades do DPRF no Curso de Procedimentos Administrativos de Trânsito;
- Acompanhar o referendamento de imagens dos radares realizados no âmbito da 4ªSRPRF, afim de auxiliar os operadores e primar pela qualidade das imagens e consequentes autuações;
- Continuar a redução do número de autos pendentes no SISCOM;
- Acompanhar as atividades da PMMG, afim de reduzir as pendências e erros na emissão de autos de infração;
- 9025 análises de autos de infração pendentes;
- 14578 homologações de decisões de processos CADA/JARI;

- 6587 atendimentos e ligações telefônicas realizadas;
- 2049 atendimentos realizados via guichê/NMP;
- 74 atendimentos realizados via e-mail;
- 296 autos de infração digitados;
- 10485 correspondências autuadas;
- 3159 cadastros de documentos/processos;
- 5741 cancelamentos de autos de infração/processos;
- 26703 cadastramento de indicações de condutores infratores;
- 1042 desvinculações de multas;
- 142536 documentos digitalizados entre autos de infração e documentos diversos;
- Tratamento de 19 autos de infração em duplicidade;
- 259 notificações pessoais produzidas;
- 1459 reativações cadastro/senha Serpro;
- 7391 imagens de radar referendadas;

QUANTIDADE DE AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAIDOS PELA REGIONAL 2011⁽¹⁾**Tabela 11 - AIs EM QUALQUER STATUS (4ªSRPF x PMMG)**

TIPOS DE AUTOS	PRF	PMMG
Manual (série B)	52.152	104.266
Eletrônico (série E)	27.163	0
Radar (série R)	7.441	0
Talão eletrônico (série T)	54.418	0
Total	141.124	104.266
Total Geral (PRF + PMMG)	245.390	

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE TOTAL DE AUTOS POR ANO

PRF x PM

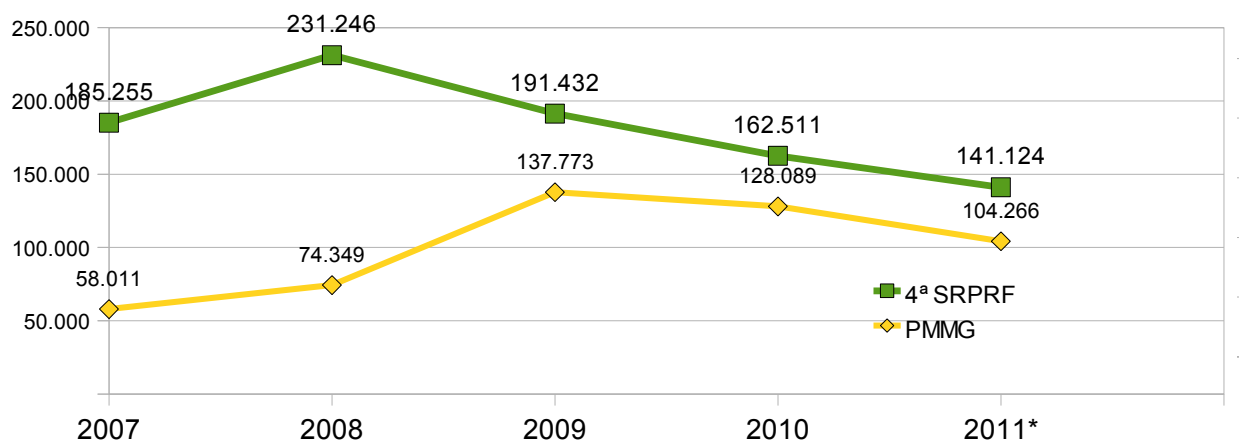
Gráfico 3 – Evolução da Quantidade total de autos por ano - PRF X PMMG

Gráfico 4 – POR TIPO DE AUTO

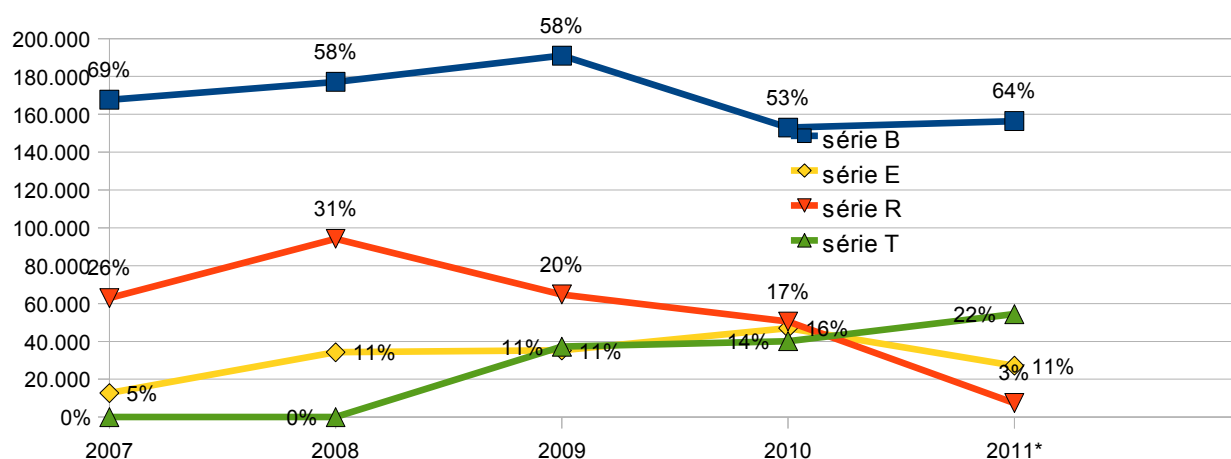


Tabela 12A - QUANTIDADE DE AUTOS VÁLIDOS x INVÁLIDOS

TIPOS DE AUTOS ⁽²⁾	AUTO VÁLIDO	AUTO NÃO VÁLIDO ⁽³⁾	PERCENTAGEM DE PERDA
Manual (série B)	141.177	15.787	11,18%
Eletrônico (série E)	27.050	274	1,01%
Talão eletrônico (série T)	51.705	3.054	5,90%

Tabela 12B - QUANTIDADE DE IMAGENS VÁLIDAS x NÃO VÁLIDAS

	IMAGENS VÁLIDAS	IMAGENS NÃO VÁLIDAS
Radar (série R)	7.033	27.532

(*) A tabela apresenta inconsistência em relação ao total de autos série R devido a inconsistência de informações no Siger.

(1) (4) Dados obtidos através do Siger.

(2) Desconsiderados os Autos de Radar (série R), pois serão analisadas a quantidade de imagens.

(3) Esta quantidade de Autos de Infração inválidos não contabiliza os cancelamentos posteriores do NMP, assim como também os indeferimentos/cancelamentos CADA e JARI. Apenas os irregulares/inconsistentes criticados pelo Sistema de Multas.

(4)

PENDÊNCIAS

- 6.735 autos de infração pendentes no SISCOM.
- 4 processos de restituição de valores;
- 12 processos de desvinculação;
- 27 processos antigos aguardando análise pormenorizada;
- Cerca de 1.200 autos de infração para serem digitalizados;
- Realizar gestão junto ao NUDOC afim de reduzir conflitos de competências e adequar a rotina diária de serviços, visando a otimização dos procedimentos, buscando implementar a ideia de “fazer mais com menos”.

METAS PARA 2012

- Lançar no Siscom as restituições efetivadas a partir de 2008;
- Consultar o pagamento de multas desvinculadas a partir de 2008 e revincular aquelas que não foram pagas;
- Reduzir o número de autos pendentes no SISCOM;
- Acompanhar as atividades da PMMG, afim de reduzir as pendências e erros na emissão de autos de infração;
- Fazer gestão visando o aumento, com qualidade, do efetivo do NMP. O acréscimo no número de servidores é indispensável para conseguirmos acompanhar a demanda operacional, alcançar as metas e prestar um serviço com excelência. Principalmente com a provável instalação de vários radares fixos programada para este ano;
- Consolidação do Atendimento Unificado da Superintendência;
- Transferir para a PMMG a incumbência de cadastramento de condutor infrator e lançamento de resultado de indeferimento de defesas prévias oriundas do convênio firmado com o DPRF;
- Realizar o 1º Encontro de Supervisores de Digitação da 4ªSRPRF;
- Solucionar o problema do arquivo morto do NMP, dando finalidade aos milhares de autos de infração numéricos e série A que lá se encontram.

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI

CENÁRIO DA UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO DAS JARI

- Cerca de 1.800 processos de recursos prescritos, aguardando despacho e cancelamento pela Autoridade de Trânsito;
- Cerca de 10.000 recursos contra imposição de penalidade aguardando julgamento;

CENÁRIO DAS JUNTAS JULGADORAS

Atualmente a 4ªSRPRF conta com 11 (onze) Juntas Julgadoras nomeadas, sendo 6 (seis) com atuação na Sede da Regional e as demais com atuação em Delegacias, conforme tabela abaixo:

Tabela 13A – Cenário das Juntas Julgadoras

JUNTAS COM ATUAÇÃO NA SEDE	JUNTAS COM ATUAÇÃO EM DELEGACIAS
1ª JARI (mandatos expirados)	2ª JARI – DEL 4/14 (mandatos vigentes)
3ª JARI (mandatos expirados)	8ª JARI – DEL 4/02 (mandatos expirados)
4ª JARI (mandatos expirados)	9ª JARI – DEL 4/15 (mandatos expirados)
5ª JARI (mandatos expirados)	10ª JARI – DEL 4/11 (mandatos expirados)
6ª JARI (mandatos expirados)	11ª JARI – DEL 4/10 (mandatos vigentes)
7ª JARI (mandatos expirados)	

Conforme disposto em seu Regimento Interno, as JARI/DPRF são formadas por 1 (um) representante do DPRF, 1 (um) representante de entidade ligada à área de trânsito ou transporte e 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito.

A grande maioria dos membros encontram-se com o prazos de seus mandatos expirados. Já foi feito contato com aqueles se encontram nessa situação e espera-se que, no máximo até o início do ano de 2012, já se tenha concluída a nova formatação das Juntas Julgadoras, para continuidade dos julgamentos.

PERSPECTIVAS

Criação de novas Juntas no interior, prioritariamente sob a presidência de servidores da PMMG, para julgamento dos recursos de infrações provenientes do convênio PRF x PMMG.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Instrução de fiscalização de alcoolemia para os membros das Juntas Julgadoras e órgãos de trânsito colaboradores com a JARI/4ªSRPRF;
- Participação no 16º e 17º Encontro Estadual de JARI;
- 34 sessões de julgamento realizadas;
- 1526 recursos julgados;
- 2216 ofícios expedidos;
- 37 memorandos expedidos;
- Realização de mutirão da PMMG, para instruir e pré-analisar recursos de multa oriundos do Convênio DPRF x PMMG. Foram analisados 6.372 processos em 44 dias de trabalho;
- Definição entre a 4ªSRPRF e DMAT/PMMG acerca da criação de JARI nas cidades de Uberlândia, Poços de Caldas, Governador Valadares e Juiz de Fora, a fim de julgar os recursos pré-analisados pelo mutirão PMMG;
- 1581 processos inventariados;
- 6510 processos relatados;
- 12122 processos cadastrados no Banco de Dados da JARI MG e no SISCOM;

METAS NÃO ALCANÇADAS

- Arquivamento de 100% dos recursos prescritos – Não foi alcançada devido à mudanças que ocorreram no NMP e na JARI, e a falta de efetivo e tempo hábil.

PENDÊNCIAS

- Cerca de 1.800 recursos prescritos aguardando cancelamento pela Autoridade de Trânsito;
- Disponibilização de local adequado para realização das sessões de julgamento, vez que a atual sala esta compartilhada com a Unidade Administrativa da JARI/4.
- Cerca de 10.000 recursos aguardando julgamento;

- Disponibilização de verba para publicação de edital em jornal regional de grande circulação, quando da nomeação de membros para as Juntas Julgadoras, em atendimento ao disposto em seu Regimento Interno.

METAS PARA 2012

- Reformulação das Juntas com a renomeação dos membros e nomeação de novos;
- Reorganização dos processos, principalmente os recursos de infrações da PMMG;
- Arquivamento de 100% dos recursos prescritos;
- Atraso máximo de 360 dias para julgamento dos recursos;
- Participação no 18º Encontro Estadual das JARI;

Para cumprirmos as metas de 2012 e melhorar a qualidade dos serviços prestados será necessário:

- Fixação de pagamento de verba indenizatória para os membros das Juntas que não atuem como representantes do órgão autuador;
- Disponibilização de 1 (um) PRF para trabalhar exclusivamente com relatoria;
- Reorganização da sala de reuniões;
- Desenvolvimento de sistema de informática integrado ao Siscom e ao Sistema de Protocolo;
- Disponibilização de numerário equivalente a, pelo menos, 40 (quarenta) diárias, para participação no 18º Encontro Estadual.

2.3.1.8 - Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

Educação Para o Trânsito

A Educação para o Trânsito ultrapassa a mera transmissão de informações; tem como foco o ser humano e trabalha a possibilidade de mudança de valores, comportamentos e atitudes. Assim, não pode se limitar a eventos esporádicos, pressupõe um processo de aprendizagem continuada, que certamente resultará em efeitos a longo prazo.



Foto 1 – Palestras



Foto 2 – Exposição de viaturas e equipamentos



Foto 3 – Palestras para motoristas



Foto 4 – Palestra para estudantes

2.3.2) Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal*Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.*

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	1386					
Denominação	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativos, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.					
Objetivos Específicos	200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária. 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação. 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.					
Gerente	Ricardo Max de Oliveira Pereira					
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
XXXX	XXXX	2819146,87	1081131,97	1738014,9	1081131,97	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice e previs to no exerc ício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/2007	63,26	68,26	XXX	68,26
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011 a reforma de unidades foi proibida por decreto presidencial, prejudicando sobremaneira o atingimento das metas deste programa, A meta final foi estipulada no início do PPA com a previsão de que os recursos seriam abundantes no final do PPA em virtude da conclusão da nova sede prevista para 2009, porém, a empresa quebrou e atrasou toda a conclusão da nova sede, prejudicando o planejamento do repasse de recursos para a execução de reforma dos postos.						

Fonte: Nupla/CGPLAM

Quadro X2 – Ações empenhadas pela 4ª SRPRF/MG no Programa 1386.

Programa	Ação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc.
1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200G CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	137.650,50			137.650,50
	8623 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	373.160,28			373.160,28
	8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.	2.308.336,09	1.081.131,97	1.081.131,97	1.227.204,12
	TOTAL	2.819.146,87	1.081.131,97	1.081.131,97	1.738.014,90

Quadro X3 – Programa: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL-1386												
CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS												
A superintendência analisou para cada posto, os itens contido nas colunas (espaço físico, aspecto externo, etc). Para o item considerado adequado o valor digitado foi "1", para o item considerado inadequado foi considerado "0".												
Considera-se adequado : 1 viatura para cada 2 PRF's de plantão e viaturas com menos de 4 anos de fabricação.												
LOCAL	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI				POSTOS C/ VIATURAS ADEQUADAS		
	ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR	SOMA PONTOS / 4	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/INTER NET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3	QUANTIDADE	IDADE	SOMA PONTOS / 2
1ª DELEGACIA												
POSTO 1/1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1,00	1	1	1
POSTO 2/1	0	0	0	0,00	0	1	1	0,00	0,67	1	1	1
POSTO 3/1	0	0	0	1	0,25	1	1	1,00	1,00	1	1	1
2ª DELEGACIA												
POSTO 1/2	1	1	1	1,00	1	1	1	1	1,00	1	0,5	0,75
3ª DELEGACIA												
POSTO 1/3	0	0	0	1,00	0,25	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/3	1	1	0	0,00	0,5	1	1	0	0,67	1	0,5	0,75
4ª DELEGACIA												
POSTO 1/4	0	0	1	1,00	0,5	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/4	0	0	1	1,00	0,5	1	1	0	0,67	1	1	1
5ª DELEGACIA												
POSTO 1/5	1	1	1	1,00	1	1	1	1	1,00	1	0,5	0,75
6ª DELEGACIA												
POSTO 1/6	0	0	1	1,00	0,5	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/6	0	0	1	1,00	0,5	1	1	0	0,67	1	0,5	0,75
POSTO 3/6	0	0	1	1,00	0,5	1	1	0	0,67	1	0,5	0,75
POSTO 4/6	1	1	0	0,00	0,5	1	1	0	0,67	1	0	0,5
7ª DELEGACIA												
POSTO 1/7	1	0	0	1,00	0,5	1	1	1	1,00	0	1	0,5
POSTO 2/7	0	0	1	1,00	0,5	1	1	0	0,67	0,5	1	0,75
POSTO 3/7	0	0	0	0,00	0	1	1	0	0,67	0,5	1	0,75
8ª DELEGACIA												
POSTO 1/8	0	0	1	0,00	0,25	1	1	1	1,00	0,5	1	0,75
POSTO 2/8	0	0	0	1,00	0,25	1	1	0	0,67	0,5	0,5	0,5
POSTO 3/8	0	0	0	1,00	0,25	1	1	0	0,67	0,5	1	0,75
9ª DELEGACIA												
POSTO 1/9	1	0	1	1,00	0,75	1	0	1	0,67	0,5	1	0,75
10ª DELEGACIA												
POSTO 1/10	1	1	1	1,00	1	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/10	0	0	1	0,00	0,25	1	1	0	0,67	1	0	0,5
POSTO 3/10	0	0	0	1,00	0,25	1	1	0	0,67	1	1	1
11ª DELEGACIA												
POSTO 1/11	1	1	1	1,00	1	1	1	1	1,00	0,5	1	0,75
12ª DELEGACIA												
POSTO 1/12	0	0	0	1,00	0,25	1	1	1	1,00	1	0,5	0,75
POSTO 2/12	1	0	0	0,00	0,25	1	1	0	0,67	1	1	1
13ª DELEGACIA												
POSTO 1/13	1	1	1	1,00	1	1	1	0	0,67	1	1	1
14ª DELEGACIA												
POSTO 1/14	1	1	0	1,00	0,75	1	1	1	1,00	1	0,5	0,75
POSTO 2/14	1	0	0	1,00	0,5	1	1	0	0,67	0	1	0,5
15ª DELEGACIA												
POSTO 1/15	0	1	1	1,00	0,75	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/15	0	0	0	1,00	0,25	1	1	0	0,67	1	1	1
16ª DELEGACIA												
POSTO 1/16	0	0	1	1,00	0,5	1	1	0	0,67	1	1	1
POSTO 2/16	0	1	0	0,00	0,25	1	1	0	0,67	1	1	1
POSTO 3/16	0	0	0	0,00	0	1	1	0	0,67	1	0,5	0,75
17ª DELEGACIA												
POSTO 1/17	1	0	1	1,00	0,75	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/17	0	0	0	1,00	0,25	1	1	0	0,67	1	1	1
18ª DELEGACIA												
POSTO 1/18	1	1	1	1,00	1	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 3/18	0	1	1	1,00	0,75	1	1	0	0,67	1	1	1
40 POSTOS												
TOTAL DO SUB-INDICADOR	37,50%	32,50%	50,00%	72,50%	48,13%	95%	93%	42,50%	76,67%	81,25%	78,75%	80,00%

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	68,26%
--	--------

Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

<i>Tipo</i>	<i>Atividade</i>
<i>Finalidade</i>	<i>Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.</i>
<i>Descrição</i>	<i>Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.</i>

CONTRATOS PARA OBRAS, REFORMAS E PROJETOS 2011				
Nº	INÍCIO	OBJETO	EMPRESA	VALOR
9	06/06/11	Reforma Monte Alegre de Minas	Triangulo Eng.	R\$ 20.624,00
18	12/11/11	Projetos Capivari/JM/Sede	Pórtico	R\$ 305.619,00
20	30/12/11	Reforma de Governador Valadares	Construcapa	R\$ 93.711,28
29	30/12/11	Projetos para Reforma(Registro de Preços)	Pórtico	R\$ 417.099,50

Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

<i>Tipo</i>	<i>Atividade</i>
-------------	------------------

Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	<p>Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas.</p> <p>Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.</p> <p>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</p>

QUADRO X4 – SERVIÇOS CONTINUADOS

Serviços Continuados					
Número Processo	Assunto	Modalidade e Número	Nº Contrato	Empresa	Valor original Anual
08.656.017.138/2008-19	Rede de Dados	Carona Pregão TST Pregão 67/06	10/2008	Embratel	R\$ 906.141,36
08.656.003.841/2010-37	EDA	Carona	07/2011	Claro Americel	R\$ 86.328,00
08.656.017.966/2009-20	Telefonia Móvel	03/10	05/10	Consórcio PRF/MG SMP/LDN	R\$ 42.820,08
			06/10	TNL PCS	R\$ 36.307,80
08.656.008.891/2010-20	Telefonia Fixa LDN/LDI	17/10-8ªSRPRF-SC	02/11	Embratel	R\$ 69.760,31
	Telefonia Fixa para Sede				R\$ 14.741,34
08.656.010.203/2011-72	Telefonia Fixa Comutada Minas	Inexigibilidade 118/2011	10/2011	OI-Telemar	R\$ 165.000,00
08.656.018.023/2010-58	Telefonia Fixa para Triângulo Mineiro	Inexigibilidade 100/10	25/10	CTBC	R\$ 23.807,74
08.656.015.194/2010-25	Serviço de Reprografia	12/10	03/11	Copysul	R\$ 100.589,00
08.656.008.470/2008-84	Manutenção de rádio comunicação	05/09	10/09	TWS	R\$ 88.394,77
TOTAL					R\$ 1.533.890,40

CONTRATOS 2011				
Nº	INÍCIO	OBJETO	EMPRESA	VALOR
2	31/01/11	Telefonia Fixa Comutada	Embratel	R\$ 84.501,76
3	02/02/11	Reprografia	Copysul	R\$ 100.589,00
7	27/05/11	Chip EDA	Claro Americel	R\$ 86.328,00
10	22/08/11	Telefonia Fixa Comutada	Telemar	165,500,00
15	21/10/11	88 Computadores	Positivo	R\$ 87.956,00
19	05/12/11	7 Torres de Comunicação	Flexipar	R\$ 210.000,00
22	28/12/11	88 Computadores	Positivo	R\$ 87.956,00
23	27/12/11	134 Monitores	Houter	R\$ 38.659,00
27	28/12/11	176 aparelhos VOIP	CIBX	R\$ 50.529,60
28	30/12/11	51 Switchs	Ação Informática	R\$ 137.355,00

CARTAS CONTRATO 2011				
Nº	INÍCIO	OBJETO	EMPRESA	VALOR
26	30/12/11	01 rack 42u	Safesystem	R\$ 11.898,00
27	30/12/11	33 switch	Campotel	R\$ 12.936,00
13	25/10/11	Storage	Cimcorp Internac.	R\$ 72.893,00

2.3.2.3.1 - Núcleo de Telemática – NUTEL/MG

1. Objetivo

O objetivo deste relatório de gestão é analisar e apoiar as ações executadas pelo núcleo nas atividades de gestão de infraestrutura de informática e telecomunicações da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, e de prospecção e homologação de novas tecnologias e soluções na área da informação, aplicáveis à Polícia Rodoviária Federal.

O relatório descreve as atividades do núcleo, resultados de análises de atendimento, as ações propostas para a implantação de novas soluções e outras providências executadas.

2. O Núcleo de Telemática

O Núcleo de Telemática – NUTEL – é responsável por toda as ações que se referem a especificação, testes, configuração, validação e homologação de qualquer equipamento ou tecnologia necessária ao bom funcionamento dos serviços nas áreas de informática telefonia e radiocomunicações.

Respondemos pelo suporte técnico aos usuário de informática e telecomunicações (telefonia e radiocomunicação), cuidando das manutenções corretivas dos equipamentos e

auxiliando na instalação e utilização dos programas e sistemas. Para tanto vem buscando a contratação de empresas especializadas na manutenção de bancada dos equipamentos utilizados na 4ª SRPRF.

Devido à carga de atribuições e considerando o tamanho do estado de Minas Gerais, precisamos melhorar, a cada dia, o gerenciamento do parque tecnológico da regional, o que implica manter uma equipe técnica sempre capaz de superar os desafios impostos.

O NUTEL desenvolve estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação, além de emitir pareceres sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica (informática e telefonia) e de radiocomunicação.

2.1. A equipe

A regional possuía em seu quadro de profissionais contratados um eletricitista e um auxiliar de serviços gerais, subordinados ao Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG, que realizavam a execução das tarefas básicas de reparo da infraestrutura de rede elétrica e cabeamento, porém devido a corte orçamentário, estes profissionais foram dispensados o que gerou uma demanda para o qual o NUTEL, na medida da sua capacidade, busca suprir para manter o parque tecnológico em funcionamento.

Em 2011, a composição da equipe do NUTEL foi a seguinte : 3 policiais e 2 estagiários atuando na área de Informática e 2 policiais atuando na área de Telecomunicações, sendo que 2 policiais permaneceram cerca de 4 meses fora (contando férias e apoio a outras regionais) o que acabou reduzindo o efetivo disponível quando comparado a 2010.

Disponibilidade de profissionais no NUTEL ao longo dos anos.

Para o ano de 2012, foi acertada a recomposição da equipe do NUTEL quanto à quantidade de estagiários de nível médio retornando a 06 e permanecendo a vaga de nível superior que no ano de 2011 não foi preenchida por falta de disponibilidade orçamentária.

Membros da equipe são sistematicamente convocados para apoiar demandas de outras regionais ou da própria sede da PRF. Para os próximos anos a tendência é a perda de componentes para atuação nos projetos de implantação e melhorias do sistema de radiocomunicação e informática visando os grandes eventos previstos.

Portanto há a necessidade de foco na busca de profissionais com competência técnica para recompor o quadro do NUTEL tanto na área de informática quanto na área de telecomunicações.

3. Ações na área de Informática

No Ano de 2011 foram executadas várias atividades no âmbito da regional e também fora dela, tais como:

- Participação do na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação para biênio 2012/13 ;
- Substituição de peças, reinstalação e configuração de estações de trabalho e servidores, reinstalação e configuração de sistema operacional e demais aplicativos de trabalho;
- Suporte aos usuários da rede interna (sede) e delegacias (interior do estado) com abertura de 1.792 atendimentos registrados, através do Sistema de Atendimento ao Usuário – SAU, com 1791 concluídos (excetuam-se os atendimentos telefônicos) com tempo máximo de resposta de 15 dias;
- Gerenciamento de circuitos da Rede de Dados contratada junto a EMBRATEL;
- Manutenção do parque computacional das Delegacias e postos PRF;
- Atuação nos Jogos Olímpicos Militares, com apoio técnico-operacional em radiocomunicação;
- Atuação na Câmara Temática de Radiocomunicação em:
 - especificação técnica para elaboração de termos de referências e projetos executivos;
 - elaboração de projetos de modernização e expansão de radiocomunicação para todo o território nacional (incluindo as 18 Delegacias da 4ª SRPRF, sendo com cobertura de radio digital para a Delegacia Metropolitana e para a Delegacia de Juiz de Fora);
 - apoio nas licitações realizadas;
- Migração do Servidor de Domínio;
- Desfazimento de bens de informática;
- Configuração e distribuição de novos computadores para a Sede e Delegacias;
- Fiscalização de contratos;

- Apoio logístico a DOA, com implantação de radio banda alta para comunicação entre o CIOP e a viatura.
- Apoio à Comissão de Obras para a inspeção, visando a aceitação, das obras de reformas e de novos postos e Delegacias PRF (Cenibra, Realeza, Tres Marias, Sete Lagoas) com ênfase na adequação da infraestrutura de rede de dados e de radiocomunicação.
- Participação como presidente da Comissão Inventariante.

3.1. Atividades de Suporte

O Sistema de Atendimento ao usuário, implantado pelo núcleo, passou a controlar todas as demandas de usuários relacionadas à área de tecnologia, que é de nossa responsabilidade.

O suporte de primeiro nível é realizado pelos estagiários do NUTEL. Os policiais lotados no NUTEL atuam no suporte de segundo nível, para problemas mais específicos. Vários casos de solicitação de suporte, realizadas por telefone e com pronto atendimento, não são registrados no sistema, o que aumentaria o número de atendimentos realizados.

Estatísticas de Atendimento	
De: 01-01-2011	
Até: 31-12-2011	
Atendimentos em aberto	0
Atendimentos em andamento	1
Atendimentos pendentes	0
Encerradas	1791
Total de Atendimentos:	1792
Tempo máximo de atendimento:	15Dia(s)
Porcentagem de atendimentos em aberto:	1.0%
Porcentagem de atendimentos fechados:	99.0%

Fonte : Sistema de Atendimento ao Usuário – NUTEL

3.3. Atividades de Gerência

Em 2010 efetuamos a implantação de uma nova central de atendimento, integrando a mesma ao nosso PABX digital, passando a ter um controle muito maior sobre o volume de ligações na sede da regional.

Em 2011 pudemos ter um comparativo mais preciso, e comparando com os dados de 2010 do mesmo período, já é possível perceber o aumento significativo da demanda no atendimento de emergência da regional, através do número de emergência 191 (de 118.475 para 200.521 registros).



Imagem 5A - Sistema de controle do volume de ligações recebidas



Foto 5B - Sistema de Controle do volume de ligações

Fonte : Sistema de Registro de Chamadas – NUTEL

Tal demanda nos levou a implementar uma outra interface onde podemos acompanhar a fila de atendimento de forma mais eficaz.

Com os dados apurados no novo software de bilhetagem pudemos observar um volume razoável na quantidade de ligações recebidas e realizadas pela regional, com um pico de ligações entrantes em alguns horários do dia, como no exemplo do dia 29 de dezembro.

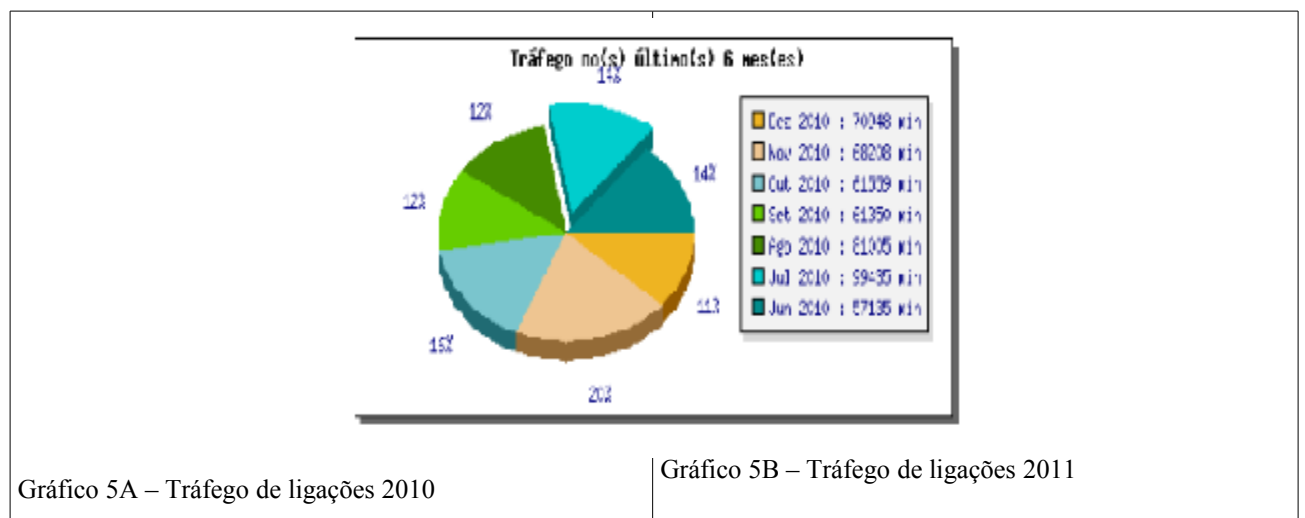


Gráfico 5D - Controle de volume de ligações por faixa de horários

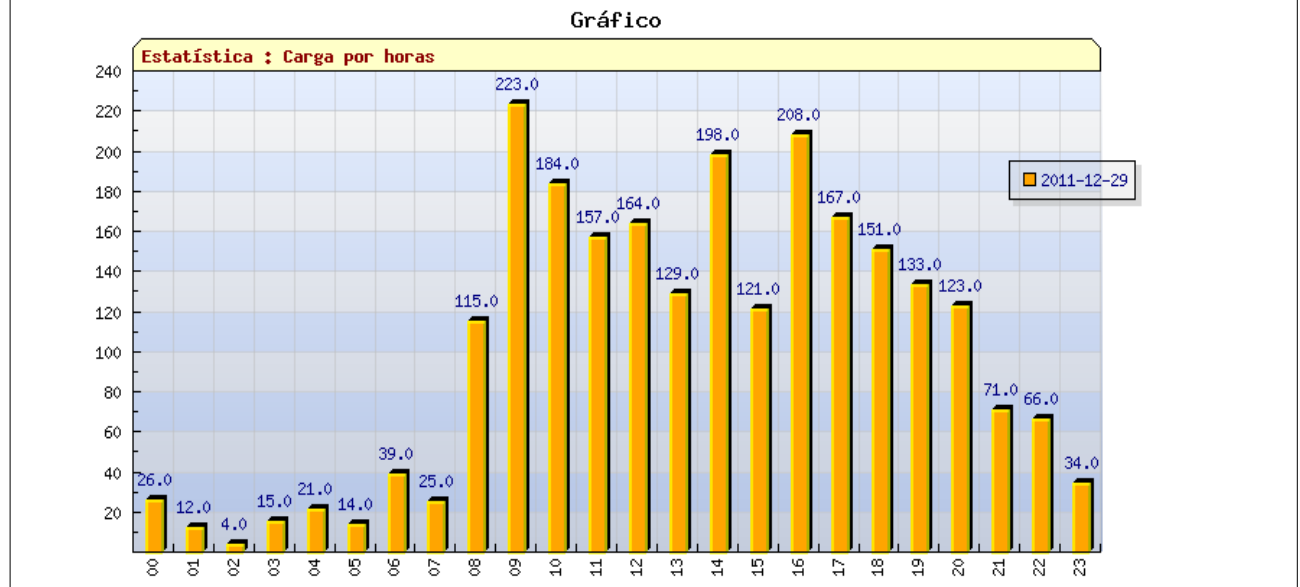
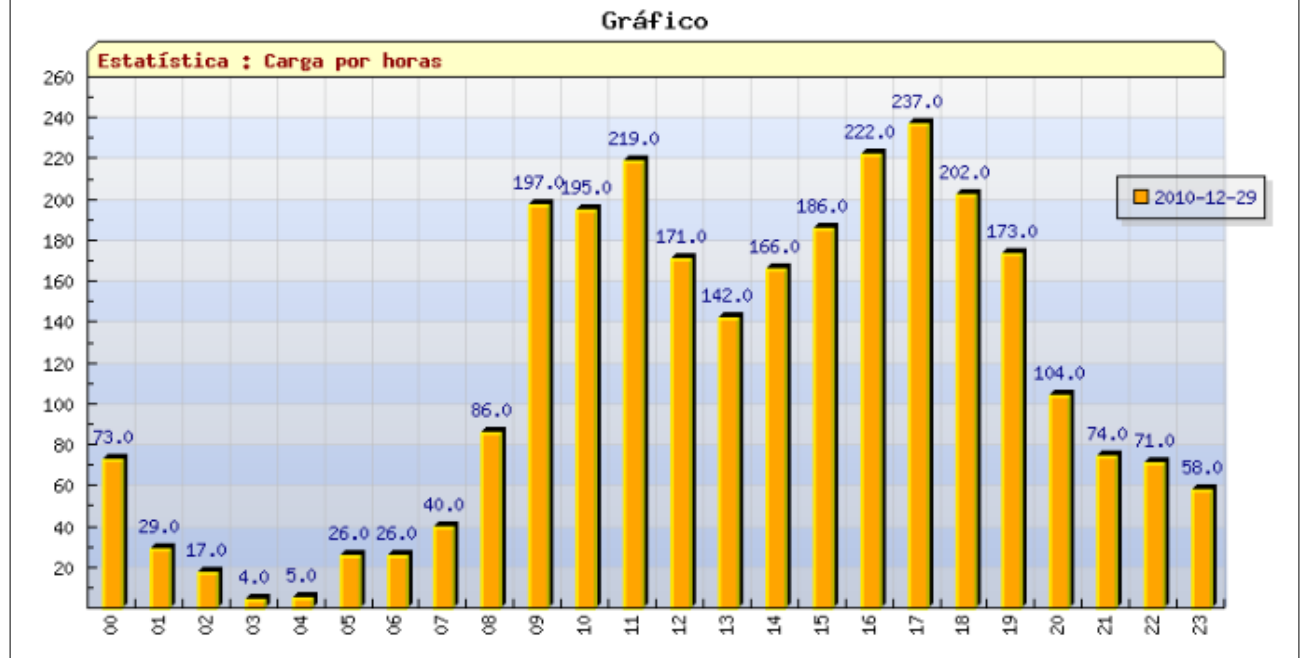


Gráfico 5D - Controle de volume de ligação por faixa de horários



Rede de dados - MPLS

Permanecemos no ano de 2011 com o contrato de rede de dados firmado com a Embratel, utilizando os programas de monitoramento de redes implementados, e realizando as ações pró-ativas, abrindo chamados de reparos antes mesmo que os usuários dos serviços percebessem que os circuitos estivessem fora do ar e reduzindo o tempo de indisponibilidade dos links de dados.

A disponibilidade, nos Postos e Delegacias, está assim dividida: rede MPLS com 96,717% e rede MPLS satélite com 96,666%.

É importante salientar que o percentual apresentado para a rede MPLS foi obtido após a exclusão dos percentuais dos links dos postos de João Pinheiro e Uberaba, pela desativação dos mesmos, mas ainda permanecendo na base de dados da Embratel.

A disponibilidade total dos serviços em 2011 foi de 99,610 %. Considerado a correção do gráfico abaixo que apresenta o hostt SMGPDC02 no cálculo por continuar a ser monitorado porém os serviços foram descontinuados devido a mudança de configuração da função.

Disponibilidade de hosts (links e servidores) : 95,900 %

Disponibilidade de serviços (providos pelos servidores da 4ª SRPRFMG)

4. Ações na área de Telecomunicações

As atividades realizadas na área de telecomunicações estão relacionadas a seguir. Algumas das atividades relacionadas abaixo não têm uma ligação direta com as atribuições do núcleo (manutenção elétrica de viaturas), mas foram necessárias para garantir o bom funcionamento da estrutura administrativa.

- Reparos no sistema de sirene e parte elétrica de viatura;
- Reparos nos ramais telefônicos e equipamentos de radiocomunicação,
- Teste e configuração dos rádios de comunicação e de som, conferência do sistema elétrico, sirene e intermitentes de viaturas novas;
- Montagem e programação de rádios e repetidoras;
- Projeto e contratação de manutenção nos equipamentos de radiocomunicação, eletro-eletrônicos, telefonia, medidores e refrigeração;
- Preparação de viaturas para leilão;

- Especificação para aquisição de suprimentos para manutenção da infraestrutura existente.

5. Considerações Finais

Para 2012, o NUTEL tem por objetivos:

- Implantação de novas 07 torres, já adquiridas em 2011, garantindo e melhorando a cobertura do sistema de radiocomunicação.
- Disponibilizar novas ferramentas de gerências e o disseminar o uso mais eficaz das ferramentas de monitoração, para que se possa reduzir o tempo de parada dos pontos remotos.
- Atualizar o parque de computadores da regional de acordo com as aquisições feitas no final de 2011 e que estão sendo distribuídos em 2012;
- Dar continuidade ao processo de migração do Servidor de Domínio;
- Completar as adequações necessárias na planta de telefonia com a implantação de controles de acesso para a execução de ligações telefônicas da Sede;
- Migração para novo contrato de telefonia móvel, com disponibilização de aparelhos para as viaturas das Delegacias que apresentem dificuldades de comunicação via rádio;
- Contratação de links de internet por posto PRF, garantindo a acessibilidade digital;
- Realizar procedimentos para contratações de novos serviços com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento da infraestrutura de telecomunicações através de manutenções preventivas nos equipamentos instalados no estado para garantir a continuidade dos serviços.

Ação 8623 - Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

RELATÓRIO DE AÇÕES CUSTEADAS COM ORÇAMENTO DO DPRF

Os recursos originários foram quase 100% executados. Em dezembro foram concedidos 3 milhões de reais como crédito suplementar na ação. Contudo, não houve a transferência de limite de execução e empenho respectivo, sendo assim, o crédito permaneceu contingenciado, impossibilitando a sua execução.

As 4ª SPRF/MG recebeu do DPRF/MG em 2011 29 viaturas operacionais, conforme quadro abaixo:

VIATURAS RECEBIDAS EM 2011	
GM/BLAZER	7
NISSAN/FRONTIER	4
NISSAN/SENTRA	1
GM/ASTRA	5
NISSAN/TIIDA	2
FIAT/DUCATO	2
YAMAHA/XT 660R	1
FIAT/WEEKEND LOCKER	2
GM/VECTRA SD	4
MMC/PAJERO	1
TOTAL	29

2.3.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0750				
Denominação	Apoio Administrativo				
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos Específicos	<p>Ação 2000 – Administração da Unidade</p> <p>Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes</p> <p>Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</p> <p>Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</p> <p>Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</p> <p>Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</p> <p>Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos</p>				
Gerente	Não existe				
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
XXXX	XXXX	3724858,16	3341532,4	383325,76	3341532,4
Análise do Resultado Alcançado					
<p>Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.</p> <p>De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.</p>					

Fonte: Nupla/CGPLAM.

Quadro X4 – Ações empenhadas pela 4ª SPRF/MG no Programa 0750

Programa		Ação		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0750	Apoio Administrativo	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.724.858,16	3.341.532,40	3.341.532,40	383.325,76

2.3.3.1 - Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

2.3.3.1.1 - SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA- SAF/MG

O exercício 2011 foi marcado, entre outros fatos importantes, pela intensificação do planejamento estratégico, com grande ênfase no intercâmbio entre as Unidades Jurisdicionadas do DPRF/MJ. O Planejamento executado pela Seção Administrativa e Financeira tem como objetivos básicos, além de planejar o futuro da Regional, garantir sua continuidade administrativa independentemente das alternâncias do comando; estabelecer perspectivas de curto, médio e longo prazo, e fixar um processo de melhoria contínua de desempenho através revisão de alguns processos e avaliação institucional.

No decorrer do exercício, fez-se o acompanhamento de projetos e a realização de reuniões e oficinas de planejamento para a discussão e a consolidação de propostas para a apresentação do calendário anual de Planejamento Estratégico da Seção. Desse modo a SAF/4 deixou de ter um caráter meramente formal de cumprimento de regulações internas e externas e passou a desempenhar, nos últimos anos, papel preponderante na definição do futuro da 4a SRPRF-MG.

Entre os resultados obtidos, ressaltam-se a implantação dos planos de ações, oriundos do plano estratégico, com a participação efetiva de todo os servidores da Seção, além da formação de equipes multifuncionais de desenvolvimento de atividades, como e o caso da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e da Comissão de Gestão de Contratos e Convênios.

No contexto da atualização de suas atividades, a SAF/4 traçou linhas de ação segundo seus objetivos no período: reestruturação das reuniões periódicas, estreitamento dos canais de comunicação com instituições como a Policia Militar de Minas Gerais, Ministério da Fazenda, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Advocacia Geral da União, entre outros, focando, sobretudo, as boas práticas de gestão, melhoria e controle dos processos, mapeamento dos processos em andamento.

Observa-se na tabela acima que a quantidade de veículos leiloados vem reduzindo nos últimos anos, ao passo que o valor médio arrematado por unidade vem aumentando. Isso se deve ao fato que com a programação de leilões anuais os veículos inservíveis não sofrem degradação com a ação do tempo, o que valoriza a alienação. Cumpre salientar que o valor arrecadado nos leilões reverte-se para a aquisição de novas viaturas.

Considerando a administração pública como o conjunto de entidades e de órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa com o desiderato de satisfazer as necessidades coletivas, a Seção Administrativa vem trabalhando conjuntamente com seus núcleos subordinados, abaixo relacionados, sempre com foco nos princípios que regem a administração pública:

- 1 - Núcleo de Orçamentos e Finanças - NUOFI
- 2 - Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG
- 3 - Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT
- 4 - Núcleo de Documentação – NUDOC
- 5 - Núcleo de Informática e Telecomunicações - TELEMATICA
- 6 - Comissão Permanente de Licitação – CPL

A SAF tem como missão a melhoria das condições de trabalho dos servidores, propiciando a logística necessária para o fiel cumprimento da missão da Policia Rodoviária Federal de Minas Gerais, implementando uma gestão publica de excelência voltada para o cidadão.

No decorrer do exercício 2011, observa-se no que diz respeito à eficiência na execução orçamentária a Regional procurou estabelecer a estrita conformidade procedimental com o que foi estabelecido nas leis do Plano Plurianual, Lei de diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e demais Decretos. O exemplo prático da maximização na busca da eficiência dos gastos da atividade finalística assenta-se no contato e parceria permanente entre a PRF com a Justiça Federal, com redirecionamento através de decisão judicial de valores das multas de peso aplicadas às empresas, retornando parte dessa penalidade a Polícia Rodoviária Federal para o reaparelhamento das Delegacias beneficiadas com tal parceria, visto que o implemento na logística da delegacia propicia o incremento na fiscalização.

É mister ressaltar as dificuldades enfrentadas pela 4a SRPRF-MG, não só no exercício 2011, como ao longo dos últimos anos, com a queda não somente dos valores orçamentários descentralizados, mas também da forma de gestão utilizada pelo Departamento que não estabelece um percentual orçamentário de investimento e custeio as Unidades Regionais, o que impacta um planejamento coerente da Superintendência. Entre os objetivos propostos no exercício anterior destaca-se a melhoria do coeficiente de adequação das instalações físicas, considerando principalmente o aumento de viaturas operacionais em alguns postos.

Indicadores

Coeficiente de adequação de instalações físicas:

Exercício de Análise	Percentual
2006	53,61%
2007	65,83%
2008	64,10%
2009	68,13%
2010	63,26%
2011	68,26%

OBS: O método de aferição foi registrado no Programa 1386.

Comissão Permanente de Licitação

Desde a criação da Comissão Permanente de Licitação, os processos financeiros do NUSEG passaram a ser focados em dispensas e inexigibilidades. A preponderância da contratação de serviços condiz com a maior disponibilização financeira para tal classe de aquisição e a contenção especialmente para aquisição de material permanente.

Tabela 14 – Resumo dos trabalhos da CPL em 2011

RESUMO DOS TRABALHOS DA CPL EM 2011			
	Nº Processo	Objeto	Forma de aquisição
1	08.656.020.991/2010-29	Baterias estacionária Nutel	Carona MPF-DF
2	08.656.002.696/2011-77	Baterias para etilômetro qtde=280	Part. 12ªES – Preg 13/2010
3	08.656.018.159/2010-68	Formulários operacionais	Participante 10ªBA
4	08.656.002.697/2011-11	Botas (coturno)	Carona DEPEN – não empenhado
5	08.656.019.300/2010-40	Passagens aéreas	Carona UFCG
6	08.656.003.221/2011-06	Treinamento para encontro SAF	Inexigibilidade
7	08.656.003.841/2011-37	150 modems 3G USB (Chip EDA Claro)	Carona PGR
8	08.656.004.564/2011-80	Eqptos informática	Participante 7ªPR
9	08.656.005.772/2011-04	Fitas reagentes	Participante DPRF
10	08.656.014.053/2010-95	Projetos de Reforma (1º processo)	Pregão
11	08.656.008.442/2011-62	material educação do trânsito	Participante 2ª-MT
12	08.656.008.982/2011-46	Cadeiras	Participante 1ª-GO
13	08.656.009.214/2011-18	Papel A4	Participante 19ª-PA
14	08.656.003.722/2011-84	Material de expediente	Participante 14ª-PB
15	08.656.009.380/2011-19	1700 Cones	Participante 9ª- RS
16	08.656.009.847/2011-18	Uniformes, eqptos para motociclistas	Carona 9ªRS
17	08.656.010.203/2011-72	Telefonia Fixa Comutada – OI/Telemar	Inexigibilidade
18	08.656.016.429/2010-04	Água mineral para 5 postos	Dispensa
19	08.656.007.522/2011-09	Manut. Predial as unidades da 4ªSRPRF/MG.	Pregão 04
20	08.656.003.229/2011-64	manutenção de viaturas	Pregão 02
21	08.656.002.698/2011-66	material de expediente	Pregão 01
22	08.656.000.383/2011-84	Manutenção predial de Gov. Valadares	Pregão 08
23	08.656.005.811/2011-65	Manutenção de motos + vtr (2º pregão)	Pregão
24	08.656.019.397/2010-91	Pneu	Participante 1ª-GO
25	08.656.011.155/2011-30	Coletes	Participante DPRF
26	08.656.008.504/2011-36	Óleo lubrificante (1º pregão)	Pregão 03/2011
27	08.656.012.331/2011-51	Fitas reagentes / lancetas	Participante 8ª-SC
28	08.656.012.992/2011-86	Óleo lubrificante (2º pregão)	Pregão 05
29	08.656.013.680/2011-90	Água Mineral p/ sede + Del 4/01	Carona do Minist. Saúde
30	08.656.015.767/2011-00	7 Torres de comunicação (36 m)	Participante da 5ª RJ
31	08.656.015.640/2011-82	Estações de trabalho (computador)	Participante da 14ª PB
32	08.656.013.712/2011-57	Baterias e pilhas	Adesão
33	08.656.011.806/2011-91	Extintor de incêndio	Dispensa
34	08.656.014.879/2011-33	Manutenção Predial (2º Pregão)	Pregão 06 (SRP)
35	08.656.013.887/2011-64	Manutenção VTR (2º Pregão)	Pregão 07
36	08.656.013.109/2011-75	Projetos – Reforma Sede e Deleg.(2ºproc.)	Pregão SRP
37	08.656.019.078/2011-66	Eqptos de Saúde	Participante 15ª RN
38	08.656.017.456/2011-77	Café e Açúcar	Carona
39	08.656.017.792/2011-10	Fontes para computador	Carona – não empenhado
40	08.656.019.169/2011-00	Uniformes Operacionais	Órgão participante do DPRF
41	08.656.019.330/2011-37	Botas táticas	Órgão participante do DPRF
42	08.656.019.333/2011-71	Autos de Infração	Órgão participante da 10ª-BA
43	08.656.008.982/2011-46	Mobiliário (cadeiras)	Órgão participante da 1ª-GO
44			

2.3.3.1.1 – Execução Física das Ações Realizadas pelo DPRF

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Não se aplica

2.3.3.2 - Ação 2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Não foi disponibilizado recurso financeiro para esta ação

2.3.3.3 – Ação 2010 – Asssitência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Não foi disponibilizado recurso financeiro para esta ação

2.3.3.4 – Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados.

Não foi disponibilizado recursos financeiro para esta ação

2.3.4.5 - Ação 2012 – Auxílio alimentação aos servidores e empregados.

Não foi disponibilizado recurso financeiro para esta ação

2.3.3.6 – Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Não foi disponibilizado recurso financeiro para esta ação

2.3.3.7 – Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Não foi disponibilizado recurso financeiro para esta ação

2.4) Desempenho orçamentário e financeiro

2.4.1) Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</i>	<i>30107</i>	<i>200109</i>

Obs.: A Programação Orçamentária da Despesa é realizada apenas para o DPRF, sendo que este descentraliza créditos à 4ªSRPRF-MG. A 4ªSRPRF-MG não possui crédito orçamentário recebido ou repassado de unidade gerenciadora não associada à UJ.

2.4.2) Programa de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes

Não se aplica

2.4.3 - Programação de Despesa de Capital

Quadro A.2.5 – Programação de Despesa de Capital

Não se aplica

2.4.3.1 - Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contigência

Não se aplica

2.4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não se aplica

Análise crítica - Não foi recebido ou concedido créditos de UG não associada a esta UJ.

2.4.3.3 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de contratação dos créditos originários da UJ

Não se aplica

2.4.3.4 - Execução Orçamentária de Créditos originários

Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Não se aplica

2.4.3.5 – Despesas de Capital por Grupo e Elementos de Despesas

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Não se aplica

Análise crítica : Esta UJ não origina créditos

2.4.3.6 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	8.233.451,90	8.051.635,96	8.233.451,90	8.051.635,96
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	442.345,53	0,00	442.345,53
Pregão	8.233.451,90	7.609.290,43	8.233.451,90	7.609.290,43
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.777.589,40	1.558.915,61	1.777.589,40	1.558.915,61
Dispensa	1.484.230,54	1.310.090,38	1.484.230,54	1.310.090,38
Inexigibilidade	293.358,86	248.825,23	293.358,86	248.825,23
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	905.596,55	1.027.010,02	905.596,55	1.027.010,02
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	905.596,55	1.027.010,02	905.596,55	1.027.010,02
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: NUOFI-MG

2.4.3.7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e elementos de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	208062817,56	187414452,04	208062817,56	187414452,04	0,00	0,00	64.566,72	83.240,02
90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.566,72	83.240,02
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	10.593.842,05	7.695.687,36	7.942.864,01	0,00	2.650.978,04	3.487.508,13	8.849.926,87	8.129.307,08
90	10.546.858,51	7.654.435,27	7.901.507,58		2.645.350,93	1.696.054,82	8.803.984,65	8.091.904,60
91	29.914,72	17.252,09	24.287,61		5.627,11	7.170,72	28.719,42	15.274,64
50	17.068,82	24.000,00	17.068,82		0,00	15.040,58	17.222,80	22.127,84

Fonte: NUOFI-MG

2.4.3.8 - Despesa de Capital por Grupo e elemento de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e elementos de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	1.149.938,68	3.102.996,96	152.961,60	0,00	996.977,08	1.769.242,01	2.684.182,92	1.893.129,00
90	1.149.938,68	3.102.996,96	152.961,60		996.977,08	1.769.242,01	2.684.182,92	1.893.129,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: NUOFI-MG

Análise crítica

Os créditos orçamentários recebidos por destaque contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgãos integrantes da Administração Pública Federal, em especial os do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando otimizar seus resultados operacionais.

Com as restrições orçamentárias impostas ao DPRF, os destaques tornaram-se fontes importantes de recursos para a realização das atividades da PRF. Embora sejam destinados a atividades específicas, os destaques possibilitam a aquisição/manutenção de equipamentos, bem como a realização de um maior número de operações, aumentando a presença da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais.

Durante o exercício de 2011, a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

Devido à insuficiência de dotação inicial, o DPRF/MJ depende da concessão de créditos adicionais para cobrir as despesas de garantia de funcionamento, principalmente para processar e arrecadar as multas de trânsito.

No entanto, os citados créditos são bloqueados no momento da concessão, prejudicando o atendimento pleno dessas despesas e os resultados operacionais, em especial a arrecadação.

Os créditos orçamentários recebidos por destaque contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgão integrantes do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando otimizar seus resultados operacionais.

Com as restrições orçamentárias impostas ao DPRF, os destaques tornaram-se fontes importantes de recursos para a realização das atividades da PRF. Embora sejam destinados a atividades específicas, os destaques possibilitam a aquisição/manutenção de equipamentos, bem como a realização de um maior número de operações, aumentando a presença da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais.

2.4.4 - Indicadores Institucionais

2.4.4.1 - Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais					
Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Observações
2010	Física 1	26	26,78	97%	
	Física 2	1,4	1,61	85,00%	
	Financeira	R\$ 4.683.604,12	R\$ 4.683.604,12	100,00%	

Meta Física 1:

Indicador: Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos.

Meta Física 2:

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Nº de mortes em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo a 10.000 veículos.

2.4.4.2 - Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal					
Exercício	Meta	Previsão	Execução	(%)	Observações
2011	Física	100,00%	68,26%	68,26 %	Considerando a execução orçamentária realizada
	Financeira	R\$ 2.819.146,87	R\$ 1.081.131,97	38,35 %	

2.4.4.3 - - Programa 0750

Não há indicador.

3) RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não se aplica

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Crédito-

Não se aplica

4) PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTO A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Não se aplica

Quadro A.4.1 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	959.994,58	0,00	959.994,58	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	1,50	0,00	0,00	1,50
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	3.037.062,76	169.858,35	2.478.115,80	389.088,61
2009	159.515,51	159.341,51	174,00	0,00
2008	250.960,74	250.960,74	0,00	0,00
2007	39.969,12	39.969,12	0,00	0,00
Observações:				

4.2) Análise Crítica

Os restos a pagar são referentes as notas fiscais de fim de ano dos contratos continuados, empenhos de fim de ano que não foram liquidados, faturas contestadas pela 4ª SRPRF/MG e as empresas que não emitiram a nota fiscal.

DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1- ATRIBUIÇÕES DA SRH

As atribuições da Seção de Recursos Humanos-SRH estão definidas no art. 89 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), aprovado pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2007.

O quadro de pessoal da 4ª SRPRF/MG atualmente é composto por servidores ocupantes do Cargo de Policial Rodoviário Federal e por servidores estatutários, ocupantes de cargos diversos, redistribuídos de outros órgãos federais, por funcionários terceirizados e estagiários.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Seção de Recursos Humanos, merecem destaque:

- O atendimento ao público interno e externo (servidores ativos, aposentados, pensionistas, beneficiários de pensão alimentícia e familiares destes);
- o assessoramento do Superintendente Regional em assuntos da área de Recursos Humanos;
- a expedição de diversos atos dirigidos ao público interno e externo;
- o controle de afastamentos de servidores ativos por problemas de saúde diversos, a marcação de perícias médicas e o contato com unidades do Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor-SIASS e do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;
- a confecção de documentos para a alteração de chefias no âmbito desta Superintendência Regional e o controle de tais alterações;
- o gerenciamento e o controle dos exames periódicos realizados pelos servidores ativos;
- o gerenciamento do processo de avaliação e concessão de progressão funcional dos servidores ativos;
- o controle do procedimento de recadastramento anual dos servidores inativos e dos pensionistas;
- a elaboração de minutas de portarias relacionadas à área de Recursos Humanos;
- o gerenciamento e o controle do requerimento, da entrega e do recolhimento das identidades funcionais e de documentos de porte de arma expedidos pelo DPRF;
- os atendimentos pessoais, por meio de mensagens eletrônicas e de telefonemas ao público interno e externo;
- o fomento e o suporte à formalização de acordos de cooperação técnica com Unidades do SIASS e com outros órgãos públicos da área de saúde;
- o acompanhamento das atividades realizadas pelos Núcleos de Administração de Pessoal-NUAP e de Capacitação e Legislação de Pessoal-NUCAP;
- o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável – PROSSERV, dentre outras atividades e atribuições.

No âmbito de sua competência regimental, cumpre sua missão em sintonia com as normas legais vigentes.

1.2. QUADRO DE SERVIDORES

A Seção de Recursos Humanos contou, em grande parte do ano de 2011, com apenas três servidores, incluindo o chefe da Seção.

Como contrapartida prevista no Acordo de Cooperação Técnica com a Unidade SIASS-CEFET/MG, os dois profissionais da área de saúde lotados na SRH (uma psicóloga e 1 médico) foram autorizados a desenvolver atividades na referida Unidade SIASS.

1.3. METAS

1.3.1. Metas alcançadas em 2011:

Realização de diversas atividades de promoção do bem-estar dos servidores, destacando-se as relacionadas aos Projetos Recomeço e Patrulha da Saúde pelo PROSSERV.

1.3.2. Metas para 2012:

1.3.2.1. realocação da Seção de Recursos Humanos da 4ª SRPRF/MG para local que disponha espaço e estrutura adequados para o desenvolvimento das atividades da referida Seção;

1.3.2.2. disponibilização de sala para a instalação das comissões que tratam de assuntos relacionados à área de Recursos Humanos, onde os servidores que têm atribuições concernentes às comissões de concurso, estágio probatório, recadastramento de aposentados e pensionistas, progressão funcional, recadastramento de planos de saúde, recadastramento de servidores ativos e outros assuntos ligados à área de RH possam desempenhar as suas atividades;

1.3.2.3. realização de diversas atividades e ações visando ao bem-estar e ao melhor aproveitamento dos servidores;

1.3.2.4. fomentar e dar suporte à Administração da Superintendência Regional na firmação de acordos de cooperação técnica para a realização de perícias médicas e odontológicas e a homologação de atestados médicos e odontológicos;

1.3.2.5. realização do I Treinamento Regional de Procedimentos de Recursos Humanos aplicados à Polícia Rodoviária Federal para os servidores responsáveis pela execução das tarefas administrativas relacionadas à área de recursos humanos nas delegacias, núcleos e seções, com a intenção de difundir, facilitar e padronizar as diversas rotinas inerentes à referida área;

1.3.2.6. realização de estudos e levantamentos visando à implantação do controle de frequência por meio eletrônico dos servidores;

1.3.3. Atividades que se destacaram em 2011

Dentre as diversas atividades executadas pela Seção de Recursos Humanos no ano de 2011 podem ser destacadas as seguintes:

1.3.3.1. suporte à Administração da Superintendência Regional para a celebração de Acordos de Cooperação Técnica com três Unidades do SIASS, quais sejam UFTM, UFU e CEFET/MG;

1.3.3.2. suporte à Administração da Superintendência Regional para a implantação do Programa de Incentivo à Prática de Atividade Física e a criação de Comissão de Atividade Física no âmbito da Superintendência Regional;

1.3.3.3. realização de reuniões com os servidores dos Núcleos de Administração de Pessoal e de Legislação e Capacitação de Pessoal para a discussão das tarefas de competência de cada um deles e para a busca de soluções para as situações apresentadas;

1.3.3.4. realização de gestões junto aos Chefes de Delegacia para a busca de órgãos públicos de saúde interessados em firmar Acordos de Cooperação Técnica para a realização de perícias médicas e odontológicas e a homologação de atestados médicos e odontológicos para que todos os servidores da 4ª SRPRF/MG possam ser periciados e tenham os seus atestados analisados e homologados no próprio local em que têm exercício.

1.4. ATIVIDADES EXECUTADAS PELO PROSSERV:

Nos termos da IN 20- DPRF/MJ, de 20 de agosto de 2003, o PROSSERV desenvolveu várias atividades voltadas ao bem estar do servidor. Podem ser destacadas algumas ações que foram concretizadas com resultados positivos para toda a corporação. Dentre elas podem ser destacadas:

- Acompanhamento de dependências químicas e psíquicas;
- Acompanhamento de processos pensão vitalícia/auxílio funeral;
- Acompanhamento de instabilidades e doenças emocionais;
- Acompanhamento de problemas referentes a relacionamento profissional;
- Acompanhamento de processos de desvio de conduta;
- Acompanhamento de servidor em internações para tratamentos;
- Contatos e apoio familiar e institucional no caso de óbito de servidores e de familiares;
- Orientação e encaminhamento para Grupos de Apoio/Profissionais especializados;
- Visitas hospitalares e domiciliares a servidores acometidos de doenças físicas e psicológicas;
- Participação em reuniões de Delegacias levando palestras motivacionais e dinâmicas de grupo para maior interação entre os colegas;
- Atendimentos individuais de ativos e aposentados para orientações sociais e funcionais diversas;
- Projeto Patrulha da Saúde contemplou a realização de exames de pressão, glicose, colesterol, triglicérides, IMC e acuidade visual e auditiva para os policiais, que foram realizados na Sede e em 16 Delegacias, atingindo aproximadamente 350 servidores. A Patrulha serviu como alerta para muitos servidores, que perceberam a necessidade de maiores cuidados com a saúde;
- Projeto Recomeço (PPA): iniciado em 2008, o projeto de preparação dos servidores para a aposentadoria, convocou em 2011, por motivo de falta de recurso financeiro, apenas 30 servidores com idade próxima aos 65 anos e/ou tempo de serviço completo, priorizando aqueles que estavam mais próximos da aposentadoria, englobando dez delegacias, além da Sede. As unidades da PRF estão situadas em Contagem, Belo Horizonte, Sete Lagoas, João Monlevade, Juiz de Fora, Caratinga, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Oliveira e Uberaba. Foram abordados os seguintes temas: a questão financeira, social, psicológica e familiar, além de assuntos relacionados à saúde e disponibilização de informações referentes a regras para aposentadoria e questões inerentes à PRF, atividades e palestras que proporcionassem uma reflexão sobre como investir o tempo disponível após a aposentadoria e incentivar o

envolvimento com novos projetos e retomada de antigos sonhos que, devido à vida funcional e a rotina acelerada, ficaram em segundo plano.

1.5. CARÊNCIAS DE RECURSOS VIVENCIADAS PELA SRH:

1.5.1. quantidade insuficiente de servidores para manter a qualidade e rapidez na execução das atividades de competência da SRH;

1.5.2. precariedade da sala ocupada pelos servidores da Seção, especialmente da sua rede elétrica, colocando em risco a segurança da documentação e equipamentos nela alocados;

1.5.3. sala de dimensões insuficientes para abrigar os servidores, móveis e equipamentos;

1.5.4. desenvolvimento de atividades em ambiente insalubre devido ao excesso de ruídos e poeira provenientes das indústrias e da grande quantidade de veículos que transitam na região próxima à Superintendência;

1.5.5. falta de treinamento e atualização na área de Recursos Humanos;

1.5.6. necessidade de aumento do suporte ao PROSSERV para a ampliação do atendimento aos servidores.

2. NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

2.1. ATRIBUIÇÕES

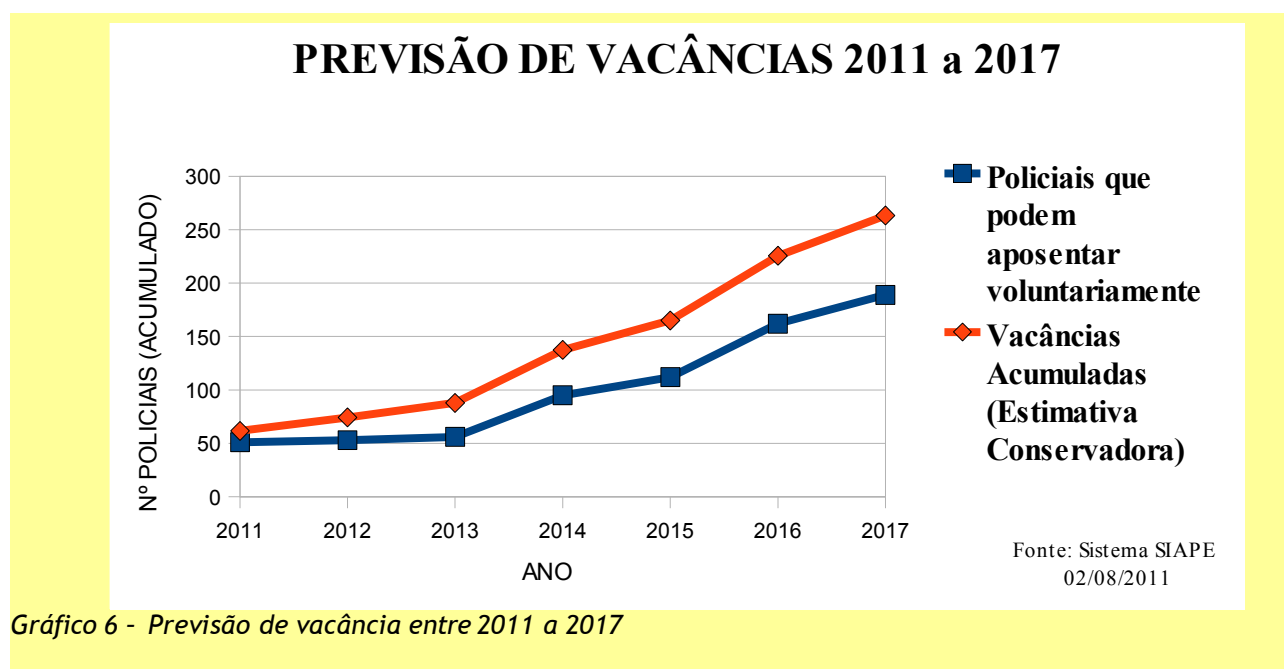
Nossas atribuições estão definidas no art. 91, do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), aprovado pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2007.

2.2. CENÁRIO E TRABALHOS REALIZADOS EM 2011

2.2.1. A 4ª SRPRF-MG encerrou o ano de 2011 com um total de 846 servidores ativos permanentes, dentre os quais 801 policiais rodoviários federais e 45 servidores administrativos, representando uma diminuição de 20 servidores em relação a 2010.

2.2.2. Em relação aos servidores aposentados, o ano de 2011 findou com o total de 518. Em 2011, houve a concessão de 17 aposentadorias.

2.2.3. O quadro administrativo e o quadro dos policiais continuou sem nomeações por concursos. O Núcleo de Administração de Pessoal, realizou pesquisa das previsões de futuros egressos dos policiais rodoviários federais até 2017. O estudo mostra que em 2017 189 policiais poderão aposentar-se voluntariamente. Esta previsão é conservadora pois considerou apenas os tempos anteriores já averbados no sistema SIAPE. A previsão de egressos totais (aposentadorias voluntárias e por invalidez, pedidos de vacância, exonerações e demissões) em 2017 será de 263,2 policiais, conforme quadro abaixo. Gráfico I



2.2.4. Em relação aos beneficiários de pensão, a Regional encerrou o ano com 241 beneficiários. Em 2011, foram incluídos 7 beneficiários de pensão.

2.2.5. Houve a disponibilização de servidores do Núcleo para a atividade-fim em operações especiais (Carnaval e Semana Santa) e a participação deles em comissões diversas.

2.2.8. O Chefe do Núcleo foi convocado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos-CGRH juntamente com outro servidor da 18ª Superintendência Regional para compor grupo que fez o levantamento de reposições ao erário que se referem à Reclamação Trabalhista que determinou desincorporação dos vencimentos dos percentuais dos planos econômicos 26,06%, 26,05%, 16,19%, e 84,32%. Os valores de reposições totalizaram R\$21.646.720,41 para restituição aos cofres públicos.

2.2.9. As pastas e arquivos digitais do Núcleo foram classificados utilizando a sistemática do programa “5S” tornando a consulta mais rápida.

2.2.10. O relatório RAIS e a DIRF foram enviados pelo NUAP.

2.2.11. Os servidores foram incentivados a utilizar o e-mail funcional como ferramenta de comunicação e formulação de requerimentos. O objetivo foi reduzir o tempo de resposta e os custos com movimentação e impressão de papéis. A utilização do sistema SIAPENT também foi incentivada garantindo o acesso rápido aos contracheques, informações cadastrais, e consulta à prévia do contracheque.

2.2.12. As férias do exercício 2012 de 866 servidores foram lançadas no sistema SIAPE em tempo recorde (menos de 2 horas). O NUAP criou planilhas, onde o chefe imediato lançou as férias e os pedidos de adiantamento de gratificação natalina e adiantamento de férias. As planilhas foram enviadas por e-mail e os lançamentos foram feitos por meio de uma macro desenvolvida pelo NUAP, na linguagem de programação Visual Basic. Os erros de digitação no cadastro das férias pelos servidores no NUAP foi eliminado.

2.3. DIFICULDADES ENFRENTADAS

2.3.1. Quantidade de servidores insuficiente para manter a qualidade e rapidez dos serviços, principalmente com o aumento dos processos que envolvem pagamento de exercícios anteriores e benefícios aos servidores.

2.3.2. Condições precárias das janelas das salas do Núcleo, que não travam, colocando em risco a segurança da documentação e equipamentos;

2.3.3. Falta de manutenção do mobiliário, principalmente dos arquivos de pastas suspensas, com algumas gavetas em péssimas condições;

2.3.4. Falta de treinamento constante na área de pessoal;

2.3.5. Ambiente insalubre devido aos ruídos, poeira e o mau cheiro proveniente de indústria próxima à Superintendência;

2.3.6. Parte elétrica das salas do Núcleo em condições precárias.

2.4. METAS E REALIZAÇÕES ALCANÇADAS EM 2011

2.4.1. Melhoria na organização das pastas funcionais.

2.4.2. Realização de reuniões para avaliação das metas e objetivos;

2.4.3. Criação e utilização de indicadores de desempenho no Núcleo para se poder avaliar o serviço prestado;

2.4.4. Implementação de um controle do tempo de resposta do atendimento dos processos e documentos enviados para o NUAP;

2.4.5. Reorganização da sala nº 22 para permitir maior conforto para o atendimento aos pensionistas e aposentados.

2.5. PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

2.5.1. Criação do projeto Desafio com o objetivo de incentivar os servidores do Núcleo a apresentarem projetos, planos, rotinas que otimizarão os serviços do Núcleo. Serão realizadas reuniões semanais de 30 minutos para avaliação dos projetos e acompanhamento dos resultados.

2.5.2. Promoção de treinamento e capacitação para os atuais servidores do Núcleo, assim como aos que chegarem posteriormente;

2.5.3. Conseguir a lotação de pelo menos mais 1 servidor no Núcleo, a fim de permitir o desenvolvimento das atribuições do Núcleo de forma satisfatória;

2.5.4. Desenvolver o planejamento estratégico do Núcleo;

2.5.5. Diminuir o tempo de resposta dos requerimentos e instruções processuais em 50%.

2.5.6. Dar continuidade à correção do cadastro de provimento de cargos e códigos de aposentadorias dos servidores aposentados.

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

3.3.2. Legislação de pessoal

Em 2011, os servidores deste Núcleo analisaram e despacharam 360 processos administrativos relacionados com a área de pessoal. Esse elevado número de processos retrata uma demanda contínua gerada pelos servidores da Instituição, que carece de uma análise técnica para subsidiar as decisões do superintendente regional, a fim de se resguardar a legalidade na concessão de direitos aos interessados.

Restaram no Núcleo apenas 15 processos administrativos que versam sobre a capacitação dos servidores, processos esses que deverão permanecer até a conclusão dos eventos e dos procedimentos administrativos de registro e emissão de certificados. Não há passivo de processos que versam sobre direito dos servidores.

A tabela 14 apresenta mês a mês a quantidade de processos administrativos que foram encaminhados ao Núcleo para análise, bem como a quantidade de processos que foram analisados.

Tabela 15 - Processos administrativos analisados e despachados pelos servidores do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, no período de janeiro a dezembro de 2011.

Mês	Processos analisados e despachados
<i>Janeiro</i>	16
<i>Fevereiro</i>	17
<i>Março</i>	28
<i>Abril</i>	23
<i>Mai</i>	45
<i>Junho</i>	33
<i>Julho</i>	40
<i>Agosto</i>	27
<i>Setembro</i>	42
<i>Outubro</i>	30
<i>Novembro</i>	29
<i>Dezembro</i>	30
TOTAL	360

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais

3.3. Documentos produzidos

Com relação aos documentos produzidos pelo Núcleo, além dos despachos e das informações de fato e de direito prestadas em ações judiciais em matéria relativa à área de pessoal, os servidores deste Núcleo elaboraram 163 memorandos e 64 ofícios.

3.4. Execução de atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação de estágio probatório, concessão de progressão funcional e GDATA

Estas atribuições estão sendo desenvolvidas por comissão designada pelo superintendente regional.

A Comissão Regional de Estágio Probatório da 4ªSRPRF-MG é responsável pela gestão dos processos de avaliação de estágio probatório da regional. Em 2011, 2 servidores completaram os 3 anos de estágio e se tornaram estáveis, tendo passado no processo de avaliação. Ainda há 3 servidores na regional em processo de avaliação.

3.5. DESENVOLVIMENTO DE ATRIBUIÇÕES ALHEIAS AO NÚCLEO

Além das atribuições constantes no art. 90 da Portaria nº 1.375/2007, que instituiu o Regimento Interno do DPRF, os servidores do NUCAP desenvolvem outras atividades, quais sejam:

- a) na área correicional, eventualmente promovem defesas dativas de policiais rodoviários federais e integram comissões de processo administrativo disciplinar;
- b) na área operacional, eventualmente participam de operações policiais;
- c) na área de capacitação, atuam como tutores dos cursos da SENASP e da Uned/DPRF;
- d) no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), atuam na coordenação e como voluntários do Núcleo Estadual do programa em Minas Gerais, tendo as seguintes ações em 2011:

As Cartas de Serviços Publicadas:

- 1) Editora de Universidade Federal de Viçosa, disponível em:

<http://www.editoraufv.com.br/arquivos/file/Carta%20de%20Servi%C3%A7os%20da%20Editora%20UFV.pdf>;

- 2) Tribunal Regional Eleitoral - Minas Gerais, disponível em:

http://www.tre-mg.jus.br/portal/website/servicos_eleitor/carta_servicos.html;

Cursos:

1) Curso de Autoavaliação da Gestão Pública na Delegacia de Pouso Alegre da Polícia Rodoviária Federal;

2) Curso sobre o Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação - IPPS no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Autoavaliação:

O Crea-MG está realizando sua 2ª autoavaliação da gestão.

Palestras sobre o GesPública:

1) II Semana de Engenharia de Produção do Centro Acadêmico de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Itajubá;

2) Seminário do Curso de Gestão em Finanças Públicas da Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Participações de servidor como juiz de banca examinadora:

1) Prêmio Mineiro da Qualidade 2011 (IQM/PMQP);

2) Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal 2011 (UBQ).

3.6. PLANEJAMENTO PARA 2012

Para 2012 planeja-se:

a) analisar e despachar todos os processos administrativos que forem encaminhados ao Núcleo, procurando proporcionar o suporte necessário às decisões do superintendente regional, bem como o respeito aos princípios que regem a Administração Pública;

b) prestar informações de fato e de direito necessárias à defesa da União em todas as ações judiciais que eventualmente forem propostas pelos servidores, respeitando o prazo legal estabelecido;

c) atender a todas as convocações da COEN para a participação de servidores em eventos de capacitação;

d) orientar, controlar e executar os eventos de capacitação planejados pela COEN, em especial, dar continuidade aos cursos de Espargidor de Pimenta e de Dispositivo de Condução de Energia, com previsão para término em abril;

e) disponibilizar curso de Condução de Emergência, por meio do Sest Senat e promover a atualização em Uso Seletivo da Força, Armamento e Tiro para o efetivo da Regional;

f) promover os eventos de capacitação de interesse das unidades operacionais e administrativas desta 4ª SRPRF/MG, considerando as prioridades e o montante de recursos que forem disponibilizados.

5.- INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. – Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	0	0	0	0
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	0	0	0	0
<i>1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</i>	846	846	2	20
<i>1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	846	846	2	20
<i>1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	0	0	0	0
<i>1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório</i>	0	0	0	0
<i>1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</i>	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	846	846	2	20

Fonte: Sistema SLAPE.

5.1.2 – Situação que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**Quadro A.5.2- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12/2011**

<i>Tipologias dos afastamentos</i>	<i>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</i>
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	12
4.1. Doença em pessoa da família	11
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	14

Fonte: Sistema SIAPE.

5.1.3 -Detalhamento estrutura de cargos em comissões e funções gratificadas da UJ

Quadro A.5.3- Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro/2011)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	54	52	0	2
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	54	52	0	2
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	55	53	0	2

Fonte: Sistema SIAPE.

5.1.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Quadro A.5.4- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária- Situação apurada em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	35	256	342	121	39
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	35	256	342	121	39
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	5	24	20	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	5	24	19	4	0
3. Totais (1+2)	40	280	362	125	39

Fonte: Sistema SIAPE.

5.1.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade

Quadro A.5.5- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade- Situação apurada em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	8	16	378	359	30	3	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	8	16	378	359	30	3	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	1	0	13	35	2	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	0	13	34	2	1	0
3. Totais (1+2)	0	0	9	16	391	394	32	4	0

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema SIAPE.

5.2 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 – Classificação do quadro de Servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6- Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	494	14
1.1 Voluntária	460	14
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	34	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	24	3
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	9	0
2.3 Invalidez Permanente	14	3
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	518	17

Fonte: Sistema SIAPE.

5.2.2 – Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ

Quadro A.5.7- Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/11

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	127	7
1.1. Integral	124	7
1.2. Proporcional	4	0
2. Em Atividade	114	0
3. Total (1+2)	241	7

Fonte: Sistema SIAPE.

5.3 – Composição do Quadro de Estagiários

5.3.1 – Composição do quadro

Quadro A.5.8- Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	6	5	R\$ 39.204,00
1.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	8	8	6	5	R\$ 39.204,00
2. Nível Médio	71	78	52	51	R\$ 244.188,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	71	78	52	51	R\$ 244.188,00
3. Total (1+2)	79	86	58	56	R\$ 283.392,00

Fonte: Gestão dos contratos de estágio da 4ª SRPRF/MG.

5.4 – Demonstração do Custo de Pessoal da UJ

5.4.1 – Custo de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratifi-cações	Adicionais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercí- os	2011	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2010	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2009	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercí- os	2011	R\$ 172.196.340,53	R\$ 38.725,88	R\$ 17.616.642,08	R\$ 2.771.182,54	R\$ 3.360.559,98	R\$ 3.409.636,62		R\$ 423.816,31	R\$ 199.816.903,94
	2010	R\$ 162.318.521,93	R\$ 44.175,94	R\$ 16.773.350,80	R\$ 2.485.446,24	R\$ 3.250.430,16	R\$ 1.391.963,86	R\$ 2.158,00	R\$ 960.966,73	R\$ 187.224.855,66
	2009	R\$ 145.458.601,49	R\$ 88.314,96	R\$ 15.241.487,62	R\$ 2.857.796,58	R\$ 1.728.815,67	R\$ 1.778.839,16		R\$ 3.345.475,28	R\$ 170.499.330,76
Servidores com Contratos Temporários										
Exercí- os	2011									
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercí- os	2011	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2010	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2009	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercí- os	2011	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2010	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2009	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercí- os	2011	R\$ 214.149,40		R\$ 61.210,63	R\$ 7.780,66	R\$ 7.133,00	R\$ 9.079,19		R\$ 744,85	R\$ 300.097,73
	2010	R\$ 123.880,62		R\$ 42.072,13	R\$ 4.323,12	R\$ 4.716,00	R\$ 14.233,50		R\$ 371,46	R\$ 189.596,38
	2009	R\$ 111.078,96		R\$ 41.189,11	R\$ 8.175,10	R\$ 3.062,88	R\$ 1.079,51		R\$ 17,24	R\$ 164.602,80
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercí- os	2011	R\$ 6.556.449,12		R\$ 747.675,03	R\$ 181.466,45	R\$ 222.685,16	R\$ 204.077,37		R\$ 33.462,76	R\$ 7.945.815,89
	2010	R\$ 6.025.763,38		R\$ 725.511,23	R\$ 155.572,63	R\$ 212.002,11	R\$ 87.590,45	R\$ 116,40	R\$ 23.081,65	R\$ 7.229.521,45
	2009	R\$ 5.107.834,76		R\$ 648.874,85	R\$ 257.785,87	R\$ 103.121,05	R\$ 85.641,23		R\$ 38.532,64	R\$ 6.241.790,40

Fonte: Sistema SIAPE.

5.5 – Terceirização de mão de obra empregada pela UJ

5.5.1 – Informação sobre a terceirização de cargos e atividades no plano de cargos do Órgão

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso ou provimento adicional autorizados

Não se aplica

5.5.2 – Autorização expedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de tereceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados,

Não se aplica

5.5.3 – Informações sobre contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ

Quadro A.5.12 – Contrato de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

5.5.4 – Informações sobre alocação de mão de obra para atividades não abrangidas pelos planos de cargos do órgão

Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - MG													
UG/Gestão: 200115				CNPJ: 00.394.494/0110-90									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	16/2010	PERPHIL	15/09/11	15/09/12	65	57					P
2010	V	O	19/2010	TOTAL FORTE	11/10/11	11/10/12			24	16			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante										
Nome: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - MG										
CNPJ: 00.394.494/0110-90										
Informações sobre os contratos										
	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
				F		M		S		
		Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
	Resolve 11.871.623/0001-56	09/09/11	06/09/12	7	7					
	Resolve 11.871.623/0001-56	09/09/11	06/09/12			2	2			
	Conceito 09.196.147/0001-73	09/09/10	01/06/11			2	0			
Observações: A - Área 14 refere-se à contratação de secretárias. B - O contrato com a empresa Conceito foi rescindido.										
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>										

5.6 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.6.1 - Absenteísmo

Em 2011, foram licenciados para tratamento de saúde 458 servidores, ou seja, 54,45% da atual força de trabalho da 4ªSRPRF-MG apresentou algum tipo de enfermidade que resultou em afastamento do trabalho.

No referido ano foram apresentados 1.055 atestados, que resultaram num total de 14.652 dias de afastamento, numa média de quase 14 dias por atestado e de quase 32 dias por servidor afastado. Considerando o número total atual de servidores ativos vinculados à 4ª SRPRF/MG, é como se cada um deles tivesse apresentado um atestado médico de 17 dias no ano de 2011.

A tabela abaixo apresenta os números absolutos de afastamentos registrados em 2011, discriminados por tipo de doença, por quantidade de atestados médicos e por quantidade de dias de afastamento:

AFASTAMENTOS REGISTRADOS EM 2011 DISCRIMINADOS POR TIPO DE DOENÇA

CID	DESCRIÇÃO	Nº	% ATEST	Nº DIAS	% DIAS	MÉDIA DIA/ATEST
A – B	Doenças Infecciosas e Parasitárias	57	5,40%	178	1,37%	6,7
C – D	Neoplasias e Tumores	20	1,80%	292	2,25%	29,2
E	Doenças do Sangue e Imunológicas	16	1,05%	91	0,70%	5,7
F	Doenças Mentais e Comportamentais	130	12,30%	4040	31,23%	31,1
G	Doenças do Sistema Nervoso	17	1,60%	402	3,10%	23,6
H	Doenças do Olho e do Ouvido	65	6,20%	490	3,78%	7,5
I	Doenças do Aparelho Circulatório	71	6,70%	818	6,32%	11,5
J	Doenças do Aparelho Respiratório	137	13,00%	620	4,79%	4,5
K	Doenças da Boca e do Aparelho Digestivo	65	6,20%	501	3,87%	7,7
L	Doenças da Pele	23	2,20%	116	0,89%	5
M	Doenças do Sistema Osteomuscular	199	18,90%	2607	20,15%	13,1
N	Doenças do Aparelho Geniturinário	59	5,60%	390	3,01%	6,6
O - P	Gravidez, Parto e Período Perinatal	8	0,80%	75	0,58%	9,4
Q	Malformações Congênitas	1	0,10%	1	0,01%	1
R	Sintomas Não Classificados em Outra Parte	51	4,80%	173	1,33%	3,4
S – T	Lesões de Causas Externas	88	8,40%	1932	14,93%	27,4
U	Novas Doenças e Propósitos Especiais	0	0,00%	0	0,00%	0
V – Y	Causas Externas de Morbidade	0	0,00%	0	0,00%	0
Z	Contatos com os Serviços de Saúde	48	4,50%	210	1,62%	4,4

A tabela acima revela que as doenças que mais acometem os servidores da 4ªSRPRF/MG, em número de atestados médicos apresentados, são as doenças do sistema osteomuscular (CID “M”), seguidas pelas do aparelho respiratório (CID “J”), pelas psiquiátricas (CID “F”), pelas lesões

de causas externas (CID “S” e “T”) e pelas do aparelho respiratório (CID “I”), representando respectivamente 18,9%, 13%, 12,3%, 8,4% e 6,7% do total de atestados apresentados pelos servidores.

Entretanto, se analisarmos o número de dias de afastamento, as doenças psiquiátricas (CID “F”) são as mais significativas, representando quase 1/3 (um terço) da soma dos afastamentos indicados na tabela acima (31,23%), o que demonstra que os tratamentos psiquiátricos são mais prolongados que os demais, com média superior a 31 dias por atestado.

Em seguida, aparecem as doenças do sistema osteomuscular (CID “M”) e as lesões de causas externas (CID “S” e “T”), respondendo respectivamente por 20,15% e 14,93% do total de dias de afastamento. As doenças do aparelho circulatório (CID “I”), apesar dos poucos atestados médicos registrados, indicam que demandam longo tempo de recuperação, e vêm logo em seguida, representando 6,32% dos dias de afastamento.

É importante salientar que a soma dos afastamentos indicados na tabela acima discrepa do tempo total de afastamento informado no 2º parágrafo do presente texto, uma vez que os dados inseridos na tabela não consideram os afastamentos concedidos pelos próprios médicos peritos e juntas médicas oficiais.

5.6.2 - Acidentes de Trabalho

Em 2011, foi registrado o afastamento de 06 policiais em virtude de acidentes em serviço, que geraram um total de 211 dias de afastamento, perfazendo uma média de 35 dias de afastamento para cada servidor acidentado. Observa-se, desse modo, que, em relação ao ano de 2010, houve significativa redução do número de acidentes em serviço, já em 2010 foram registradas 14 ocorrências. Apesar disso, houve significativo aumento do tempo de afastamento dos servidores, já que em 2010 os acidentes em serviços resultaram num total de 208 dias de afastamento e numa média de 15 dias de afastamento para cada servidor.

5.6.3 - Rotatividade da força de trabalho (turnover)

Desde o concurso para o provimento de cargos de Policial Rodoviário Federal ocorrido em 2004, quando mais de 2000 novos policiais ingressaram em todo o país, parcela destes em Minas Gerais, não houve mais ingressos consideráveis de servidores na 4ªSRPRF/MG.

No ano de 2007 foi aberto concurso para o provimento inicial de 340 cargos de PRF, que contemplou apenas os Estados do Pará e do Mato Grosso.

Desse modo, a 4ª SRPRF/MG tem aumentado seu déficit do quadro de servidores ano a ano, de modo que em dezembro de 2011 o efetivo de policiais do estado era de 803,

considerando os policiais em serviços administrativos e em gozo de férias e de licenças diversas. Em dezembro de 2009, o efetivo era de 829. Em dezembro de 2008 era de 852 e em dezembro de 2007 era de 869. Atualmente, o efetivo é de 801 policiais e de 40 servidores administrativos, insuficientes para atender as crescentes demandas da sociedade e o forte aumento da quantidade de veículos transitando nas rodovias e estradas do Brasil.

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), o país já contava, em janeiro de 2012, com quase 71 milhões de veículos, o que significa que, nos últimos dez anos, a frota nacional mais que dobrou. Além disso, também deve ser considerado o crescimento do número de condutores, passageiros e pedestres em trânsito, o aumento da circulação de riquezas pelas rodovias e estradas federais e, conseqüentemente, do número de ocorrências que exigem a intervenção da Polícia Rodoviária Federal.

Como se pode perceber, o quadro de servidores da 4ª SRPRF/MG seguiu tendência inversa à da demanda por seus serviços.

No ano de 2011, além de 2 servidores em gozo de licença não remunerada, foi contabilizada a saída de 20 servidores de carreira. Além disso, nesse mesmo ano foram iniciados 17 processos de aposentadoria.

Em 2011 houve o ingresso de apenas 2 servidores de carreira.

Atualmente há um concurso da Polícia Rodoviária Federal em curso, com a previsão de ingresso 40 Policiais Rodoviários Federais em Minas Gerais.

Em relação ao quadro de estagiários, no primeiro trimestre de 2011 a 4ª SRPRF/MG contava com um total de 79 e no quarto com 56 estagiários, o que representou um decréscimo de 23 estagiários.

5.6.4 - Educação Continuada

Ver item 2.3.1.1.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5.6.5 – Satisfação e motivação

Não houve pesquisas em 2011

5.6.6 – Disciplina

I- Dos aspectos gerais

1.1- Do regime disciplinar

Cuida-se de disciplina de natureza preventiva, repressiva, corretiva e expulsiva que se dirige ao servidor público, no exercício de suas funções, segundo a delimitação da responsabilidade administrativa constante na Lei 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, para reger, dentre outros assuntos, os deveres, as proibições, as responsabilidades, a imposição de penalidades e os procedimentos aplicáveis aos servidores públicos federais.

5.6.7 – Desempenho funcional

Não houve indicativos

5.6.8 – Níveis salariais

Não houve indicativos

5.6.9 – Demandas trabalhistas

Não houve

DAS CORREGEDORIAS DO DPRF

As Corregedorias Regionais integram a estrutura das Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com a Portaria 1.375/07, do Sr. Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do DPRF, e contam com um núcleo denominado Núcleo de Assuntos Internos.

II- GESTÃO EM 2011

2.1- PROCESSUAL

O vigente princípio constitucional do devido processo legal- due process of law- embora não necessitasse de assento expresso em tal Carta Maior, uma vez que sua imponência emana como colorário inorgânico do próprio Estado de direito, trouxe, sem dúvida, o inquestionável estabelecimento de que o poder de punir servidores públicos não toma por sustentáculo apenas a alegativa do cometimento de transgressão, e sim exige que seja instaurado o

respectivo procedimento apuratório, o qual, recepcionando os princípios do contraditório e da ampla defesa, deverá fornecer a base comprobatória idônea da real existência da falta funcional imputada, única alternativa capaz de legitimar a inflição da correspondente punição.

Como margens de atuação, a Corregedora Regional utiliza as leis 8112/90 e 9.784/99 e vários outros diplomas legais, dentre eles a Portaria nº 1.534/02, que instituiu o Regulamento Disciplinar do DPRF/MJe a Instrução Normativa 01/2010, da Corregedoria Geral do DPRF.

No ano de 2011, constam os seguintes dados no sistema cartorial da Corregedoria da 4ª SRPRF/MG:

TABELA 15 – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ANALISADOS

<i>Denúncias anônimas</i>	<i>31</i>
<i>Entrada de processos (denúncias autuadas, denúncias recebidas de outras unidades e processos desarquivados por fatos novos)</i>	<i>179</i>
<i>Processos encerrados sem instauração</i>	<i>59</i>
<i>Processos encerrados com instauração</i>	<i>82</i>
<i>Processos aguardando julgamento</i>	<i>5</i>
<i>Processos em andamento</i>	<i>59</i>
<i>Aplicação penalidade de advertência</i>	<i>1</i>
<i>Aplicação penalidade de suspensão</i>	<i>25</i>
<i>Servidores demitidos</i>	<i>3</i>
<i>Processos encaminhados ao Ministério Público contendo indícios de prática de crime</i>	<i>215</i>

Todos os processos foram incluídos no sistema CGU- PAD, conforme exigido pela Corregedoria-Geral.

Os procedimentos considerados em fase de instrução, são direcionados ao NUIAI para a realização de diligências preliminares, no intuito de dar celeridade aos trabalhos de apuração das comissões processantes. Após a realização de tais instruções, os procedimentos são analisados e organizados de acordo com os prazos prescricionais e com a urgência de instauração de cada caso.

2.2- INSPEÇÕES E OPERAÇÕES CORREICIONAIS

Em 2011 foram lavrados 24 relatórios de visitas correicionais, realizadas em vários postos pertencentes à 4ª SRPRF/MG.

Além disso, foram realizadas 5 operações correicionais em distintas Delegacias da 4ª SRPRF/MG, desencadeadas a partir de denúncias preexistentes, das quais resultaram a prisão de 7 Policiais Rodoviários Federais.

2.3- ESTRUTURA FÍSICA E PESSOAL

A Corregedoria, no ano de 2011, dispôs de duas salas, uma disponibilizada para o NUIAI e outra para análise processual, também de 10 servidores e 3 estagiários.

III- ESTRUTURA FINANCEIRA

Em conformidade com as despesas e a disponibilidade financeira empreendidas no ano de 2011, a Corregedoria Geral disponibilizou os valores financeiros necessários para pagamento da diárias referentes às operações correicionais, às instruções processuais e à investigações veladas realizadas pelo NUIAI.

Utilização	Valor
Diárias para Comissões Processantes e Sindicantes	R\$ 84.070,97
Passagens aéreas	R\$ 5.059,16
TOTAL	R\$ 127.066,25

IV- VOLUME DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS

A título de conhecimento, segue abaixo tabela de alguns documentos produzidos pela Corregedoria e pelo NUIAI em 2010:

Descrição	Quantidade
Termos de autuações	113
Memorandos	241

Ofícios	211
Informações	118
Portarias expedidas	441
Despachos	434

V- METAS PARA 2011

5.1- PROCESSUAL

- Promover instaurações de processos disciplinares, de forma regular, de acordo com a prescrição e urgência.
- Manter três servidores, lotados na Corregedoria, disponibilizados, essencialmente, para participarem de comissões de processos e sindicâncias administrativas disciplinares.
- Encaminhar para o Ministério Público Federal cópia de todas os processos que constem indícios de prática de crime.

5.2- INSPEÇÕES CORREICIONAIS

- As inspeções correicionais possuem caráter preventivo, por isso a necessidade de se consolidar práticas que busquem corrigir condutas funcionais irregulares, visando o bom funcionamento do serviço público.
- O Núcleo de Assuntos Internos promoverá inspeções veladas (com veículos descaracterizados e equipamento de observação à distância).
- A Corregedoria, em 2011, juntamente com SPF, realizará ações preventivas para os policiais das delegacias, esclarecendo pontos críticos e dúvidas dos policiais, ensejadores de processos administrativos disciplinares, evitando desta forma, processos vindouros.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfunctório conhecimento ou a simples notícia a respeito do cometimento da falta disciplinar não são o bastante para que, com legitimidade, se imponha a sanção regulamentar correspondente. Para que tal ocorra, é necessário a instauração do devido procedimento apuratório (due process of law) ou a realização de diligências investigativas, observando as normas e os princípios pertinentes da Administração Pública.

Desta forma, agregue-se que, para o devido cumprimento do exposto, é indiscutível a necessidade do aumento do efetivo de servidores, o qual, atualmente, não supre as necessidades da Corregedoria da 4ª SRPRF.

6) TRANSFERÊNCIAS**6.1) Transferências Efetuadas do Exercício****6.1.1) Relação dos instrumentos de transferências****Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - MG									
UG/Gestão: 200115			CNPJ: 00.394.494/0110-90						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	03_2007	CIEE	R\$ 18.685,00	---	R\$ 17.068,62	R\$ 17.068,62	30/04/11	30/04/12	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

6.1.2) Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos últimos 3 exercícios

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
<i>Nome:</i>	4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
<i>CNPJ:</i>	00.394.494/0110-90					
<i>UG/GESTÃO:</i>	200115					
<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</i>			<i>Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)</i>		
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>
<i>Convênio</i>	1	1	1	R\$ 17.068,62	R\$ 22.127,84	R\$ 35.129,52
<i>Contrato de Repasse</i>	--	--	--	--	--	--
<i>Termo de Cooperação</i>	--	--	--	--	--	--
<i>Termo de Compromisso</i>	--	--	--	--	--	--
<i>Totais</i>	--	--	--	--	--	--

A redução gradativa dos valores se deve ao fato que, antes o pagamento da bolsa auxílio era realizado juntamente com o valor do CIEE. Atualmente, a bolsa-auxílio é paga através da folha de pagamento e somente o valor destinado ao CIEE é pago pelo NUOFI.

6.1.3 - Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes:

Quadro A.6.3- Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
CNPJ: 00.394.494/0110-90			UG/GESTÃO: 200115		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	R\$ 17.068,62	R\$ 17.068,62	R\$ 17.068,62	
Contrato de Repasse	---	---	---	---	---
Termo de Cooperação	---	---	---	---	---
Termo de Compromisso	---	---	---	---	---
Totais	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI

6.2 - Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

Quadro A.6.4- Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
CNPJ: 00.394.494/0110-90		UG/GESTÃO: 200115/00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1	---	---
		Montante Repassado	17.068,62	---	---
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	---	---	---
		Montante Repassado	---	---	---
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	---	---
		Montante Repassado	22127,84	---	---
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	---	---	---
		Montante Repassado	---	---	---
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	---	---
		Montante Repassado	35129,52	---	---
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	---	---	---
		Montante Repassado	---	---	---
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	---	---	---
		Montante Repassado	---	---	---

Fonte: SIAFI

6.2.1 - Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.**Quadro A.6.5- Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse**

Valores em R\$ 1,00

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>					
Nome: 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
CNPJ: 00.394.494/0110-90			UG/GESTÃO: 200115/00001		
<i>Exercício da prestação o das contas</i>	<i>Quantitativos e montantes repassados</i>			<i>Instrumentos</i>	
				<i>Convênios</i>	<i>Contratos de Repasse</i>
2011	<i>Quantidade de contas prestadas</i>			1	---
	<i>Com prazo de análise ainda não vencido</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Contas analisadas</i>	1	---
			<i>Contas Não analisadas</i>	---	---
		<i>Montante repassado (R\$)</i>		R\$ 17.068,62	---
	<i>Com prazo de análise vencido</i>	<i>Contas analisadas</i>	<i>Quantidade Aprovada</i>	---	---
			<i>Quantidade Reprovada</i>	---	---
			<i>Quantidade de TCE</i>	---	---
<i>Contas NÃO analisadas</i>		<i>Quantidade</i>	---	---	
		<i>Montante repassado (R\$)</i>	---	---	
2010	<i>Quantidade de contas prestadas</i>			1	---
	<i>Contas analisadas</i>	<i>Quantidade Aprovada</i>		---	---
		<i>Quantidade Reprovada</i>		---	---
		<i>Quantidade de TCE</i>		---	---
	<i>Contas NÃO analisadas</i>	<i>Quantidade</i>		---	---
<i>Montante repassado (R\$)</i>		---	---		
2009	<i>Quantidade de contas prestadas</i>			1	---
	<i>Contas analisadas</i>	<i>Quantidade Aprovada</i>		---	---
		<i>Quantidade Reprovada</i>		---	---
		<i>Quantidade de TCE</i>		---	---
	<i>Contas NÃO analisadas</i>	<i>Quantidade</i>		---	---
<i>Montante repassado</i>		---	---		
Exercícios anteriores a 2009	<i>Contas NÃO analisadas</i>	<i>Quantidade</i>		---	---
		<i>Montante repassado</i>		---	---

Fonte: SIAFI

6.3 - Análise Crítica

O único convênio desta Regional refere-se ao Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE que visa a contratação de 104 estagiários, sendo 94 de nível médio e 13 de nível superior. Em 2010 foram repassados ao CIEE o montante de R\$ 17.068,62 referente à 10% do valor total das bolsas de estágio.

Para 2012 a previsão é que seja repassado o mesmo valor de 2011, visto que o convênio, a princípio, será renovado.

Para gerir as transferências de recursos e realizar a gestão desse convênio esta Regional dispõe de uma comissão específica para essa finalidade.

Devido à natureza do objeto, o convênio entre a 4ªSRPRF-MG e O CIEE transcorreu normalmente, não sendo registrada nenhuma anomalia.

7) SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.7.1 – Declaração de Inserção e atualização de dados no SIASG

ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, Davi Stanley Bomfim Dias, CPF nº 594.960.706-63, **Superintendente Regional** da **4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Contagem, 27 de Março de 2012.

DAVI STANLEY BOMFIM DIAS
CPF -594.960.706-63
Superintendente Regional

8 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**8.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8730/93**

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por autoridade e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

<i>Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR</i>	<i>Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93</i>	<i>Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</i>		
		<i>Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo</i>	<i>Final do exercício da Função ou Cargo</i>	<i>Final do exercício financeiro</i>
Autoridades <i>(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)</i>	<i>Obrigados a entregar a DBR</i>	---	---	---
	<i>Entregaram a DBR</i>	---	---	---
	<i>Não cumpriram a obrigação</i>	---	---	---
Cargos Eletivos	<i>Obrigados a entregar a DBR</i>	---	---	---
	<i>Entregaram a DBR</i>	---	---	---
	<i>Não cumpriram a obrigação</i>	---	---	---
Funções Comissionadas <i>(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)</i>	<i>Obrigados a entregar a DBR</i>	55	55	55
	<i>Entregaram a DBR</i>	55	55	55
	<i>Não cumpriram a obrigação</i>	0	0	0

Fonte: SRH

8.2 – Análise Crítica

Conforme determinação da Lei 8730/93 todos os Servidores com função comissionada entregaram a DBR.

9 – INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE DA UJ

9.1 – Estrutura de controles internos

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações gerais: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada. Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
 OBS: Não existe na UJ um Setor específico de Controle Interno. As informações foram preenchidas conforme os controles de cada área.					

10 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis****Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Aplicação de acordo com a legislação vigente					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Aquisição de veículos em conformidade com Proconve.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Através de conscientização dos servidores.</p>				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	X				
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	MINAS GERAIS	Σ	Σ
	Congonhas	1	1
	Sabará	1	1
	Nova Lima (Mutuca)	1	1
	Betim	1	1
	Bom Despacho	1	1
	Sete Lagoas	1	1
	João Monlevade	2	2
	Rio Casca	1	1
	Jaguaraçu	1	1
	Manhuaçu (Realeza)	1	1
	Perdões	1	1
	Oliveira	1	1
	Itatiaiuçu	1	1
	Juiz de Fora	2	2
	Barbacena	1	1
	Caratinga	2	2
	Belo Oriente	1	1
	Governador Valadares	2	2
	Leopoldina	2	2
	Muriaé	1	1
	Fervedouro	1	1
	Araxá	1	1
Corrego Danta (Campos Altos)	1	1	
Caxambú	1	1	
Pouso Alto(capivari)	1	1	

São Lourenço (portal)	1	1
Pouso Alegre	2	2
Três Corações	1	1
Itapeva (não está no Spiunet)	1	1
Teófilo Otoni	2	2
Padre Paraíso	1	1
Itaobim	1	1
Poços de Caldas	1	1
Montes Claros	1	1
Pirapora (Não está no Spiunet)	1	1
Uberaba	2	2
Paracatu	1	1
João Pinheiro	2	2
Três Marias	1	1
Patos de Minas	1	1
Uberlândia	2	2
Araguari	1	1
Frutal	1	1
Prata	1	1
Monte Alegre de Minas	1	1
Contagem	1	1
Total Minas Gerais- Fonte Sistema Spiunet – Fev 2011	56	56

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

Não há indicativos

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200115	2683.00001-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 47.624,86	24/05/2001	x		
200115	4069.00007-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 53.130,76	24/05/01	x		
200115	4079.00011-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 63.354,16	24/05/01	x		
200115	4111.00028-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 4.393,44	24/05/01	x		
200115	4115.00004-500-0	Em Regularização	Bom	R\$ 37.443,72	24/05/01	x	R\$ 222.239,08	
200115	4125.00001-500-1	Em Regularização	Bom	R\$ 21.620,90	24/05/01	x	R\$ 308.569,41	
200115	4133.00012-500-2	Em Regularização	Regular	R\$ 172.787,80	24/05/01	x		
200115	4147.00010-500-1	Em Regularização	Regular	R\$ 19.404,34	24/05/01	x		
200115	4267.00049-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 245.401,77	24/05/01	x		
200115	4309.00006-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 144.582,00	24/05/01	x		
200115	4359.00003-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 36.198,59	24/05/01	x		
200115	4395.00001-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 15.812,45	24/05/01	x		
200115	4541.00009-500-2	Em Regularização	Regular	R\$ 34.331,04	24/05/01	x		
200115	4553.00083-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 1.174.541,37	24/05/01	x		
200115	4553.00084-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 14.191,74	24/05/01	x	Ficou fora da primeira lista	
200115	4665.00002-500-8	Em Regularização	Regular	R\$ 38.473,60	24/05/01	x		

200115	467.300001-500-3	Em Regularização	Regular	R\$ 66.110,40	24/05/01	x		
200115	4699.00001-500-7	Em Regularização	Regular	R\$ 12.532,20	24/05/01	x		
200115	4723.00002-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 80.571,80	24/05/01	x		
200115	4725.00001-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 11.144,59	24/05/01	x		
200115	472500002-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 6.662,16	24/05/01	x		
200115	4733.00043-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 189.957,50	24/05/01	x		
200115	4733.00044-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 1.083,59	24/05/01	x		
200115	4767.00018-500-8	Em Regularização	Regular	R\$ 37.372,70	24/05/01	x		
200115	4767.00033-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 37.602,22	24/05/01	x		
200115	4787.00035-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 37.770,98	24/05/01	x		
200115	4855.00003-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 19.785,25	24/05/01	x		
200115	4865.00020-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 88.529,79	24/05/01	x		
200115	4877.00006-500-6	Em Regularização	Regular	R\$ 45.106,00	24/05/01	x		
200115	4911.00005-500-4	Em Regularização	Regular	R\$ 42.671,04	24/05/01	x		
200115	4939.00003-500-3	Em Regularização	Regular	R\$ 29.032,42	24/05/01	x		
200115	4959.00007-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 68.552,40	24/05/01	x		
200115	4997.00003-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 22.335,51	24/05/01	x		
200115	5035.00006-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 88.024,88	24/05/01	x		
200115	5049.00017.500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 40.246,42	24/05/01	x		
200115	5049.00053-500-1	Em Regularização	Regular	R\$ 131.669,78	24/05/01	x		
200115	5051.00002-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 26.105,60	24/05/01	x		

200115	5055.00015-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 42.220,32	24/05/01	x			
200115	5097.00022-500-2	Em Regularização	Regular	R\$ 34.910,40	24/05/01	x			
200115	5133.00003-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 13.541,90	24/05/01	x			
200115	5273.00004-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 68.633,60	24/05/01	x			
200115	5343.00012-500-8	Em Regularização	Regular	R\$ 83.339,20	24/05/01	x			
200115	5371.00004-500-0	Em Regularização	Bom	R\$ 64.219,00	24/05/01	x	R\$ 190.916,77		
200115	5371.00005-500-5	Em Regularização	Regular	R\$ 29.133,78	24/05/01	x			
200115	5385.00015-500-0	Em Regularização	Regular	R\$ 69.292,35	24/05/01	x			
200115	5401.00018-500-1	Em Regularização	Regular	R\$ 52.461,08	24/05/01	x			
200115	5401.00035-500-4	Em Regularização	Regular	R\$ 99.710,72	24/05/01	x			
200115	5403.00019-500-3	Em Regularização	Regular	R\$ 27.604,41	24/05/01	x			
200115	5403.00020-500-9	Em Regularização	Regular	R\$ 58.530,86	24/05/01	x			
200115	4371.00010-500-7	Uso em Serviço Público	Ruim	R\$ 1.358.990,06	24/05/01	x			
Total								50	

Fonte: Spiunet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União e SIAFI

Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Considerando a gestão dos 50 imóveis sob responsabilidade desta UJ, verificamos a busca pela manutenção predial dos mesmos, com reformas e ampliações de algumas unidades, ressaltando a busca da melhoria das unidades e manutenção das mesmas. Verificamos que algumas unidades carecem ainda de regularização cartorial, fato que encontra óbice devido a situação de localização dos mesmos. Tal fato encontra-se sob análise do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que busca a resolução da regularização dos mesmos. Ademais está em adiantado estudo de viabilidade para a contratação de serviço de manutenção dos imóveis de forma permanente e contínua dos imóveis sob responsabilidade desta UJ.

12 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					05 servidores e 1 terceirizado
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					16,67%
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p>Considerações Gerais: Para quantitativo de servidores considerado 8 horas/dia Toda diretriz de trabalho é determinada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização / Divisão de Telemática, cabendo ao Núcleo a sua execução.</p>					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1 – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Não se aplica

Quadro A.13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Não se aplica

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão Corporativo (Série Histórica)

Não se aplica

14 - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

14.1 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica

14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se aplica

14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Quadro A.14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não se aplica

Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não se aplica

14.4 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas

Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas

Não se aplica

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas

Não se aplica

14.5– Programas Orçamentários com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Não se aplica

14.6– Prestação de Contas de Renúncias de Receitas

Quadro A.14.8 - Prestação de Contas de Renúncias de Receitas

Não se aplica

14.7– Comunicação à RFB

Quadro A.14.9 - Comunicação à RFB

Não se aplica

14.8– Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica

14.9 – Declaração

Não se aplica

14.10 – Fiscalizações Realizadas pela RFB

Quadro A.14.11

Não houve.

15 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.

15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercícios

Não houve

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício

15.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não houve

15.3 – Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201109077	22	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 01 - Efetuar o planejamento da utilização de passagens aéreas correspondente ao período contratual estimado, ou para cada exercício, guardando coerência com a real necessidade da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
			316
Síntese da providência adotada:			
<p>Por ocasião da contratação da empresa visando prestar o serviço de cotação, reserva e emissão de bilhete de passagem para o exercício de 2011 foi novamente realizado levantamento do volume de passagens utilizado no exercício anterior. Contudo, no decorrer do processo foi localizada ata vigente de Registro de Preços da Universidade Federal de Campina Grande/PB (UASG 158195), decorrente do pregão eletrônico nº 133/2010, cujo percentual de desconto mostrava-se vantajoso face às pesquisas de mercado realizadas. Desta forma, a ata permitiu a contratação da empresa com grande percentual de desconto e para um volume estimado superior ao que foi executado no exercício de 2010, minimizando a possibilidade de execução financeira superior à previsão contratual. Adicionalmente, os registros históricos dos anos antecedentes permitirão aferir o crescimento experimentado ao longo dos anos no volume financeiro executado com passagens aéreas para prover as necessidades da Administração, permitindo que, ao volume do ano corrente, seja acrescida a margem prevista de crescimento para o ano seguinte, visando trabalhar com adequado planejamento, baseado em critérios técnicos, evitando, assim, extrapolação dos limites legais estabelecidos.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	22	
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
Recomendação nº 02 - Cumprir as disposições contidas no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993, de forma a respeitar os limites estabelecidos para acréscimo ou supressão de valores contratuais, celebrando o respectivo termo aditivo para adequação dos valores contratuais nos termos da referida Lei.			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
			316
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
A UJ realizará controle periódico da emissão de bilhetes de passagem através de relatório automático extraído do SCDP, conforme anexo (menu "Consultas", "Gerencial", "Estatística de Passagem", conforme anexo) para controle do volume orçamentário executado e realização de eventuais termos aditivos. Pelo controle periódico de bilhetes emitidos, pode-se verificar o crescimento do consumo de passagens aéreas pelo órgão, identificar a proximidade de atingir-se o volume previsto no contrato para celebração de termos aditivos, bem como respeitar o limite do contrato ou do termo aditivo, respeitando os ditames legais.			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
Os valores estão de acordo com o contrato.			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			

--

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	25	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
<p>Recomendação nº 01 - Acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços contratados, conforme previsto no Contrato nº 016/2010, bem como exigir o fornecimento dos coletores de resíduos apropriados para cada tipo de material a ser coletado, visando auxiliar a coleta seletiva de resíduos descartados pela unidade, conforme previsto no Decreto nº 5.940/2006 e IN SLTI/MPOG nº 01/2010, que tratam da sustentabilidade ambiental.</p>			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
			316
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
<p>Foi solicitado da empresa contratada o fornecimento dos coletores de resíduos discriminados por tipo de material, os quais foram implementados.</p>			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	25	
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
Recomendação nº 02 - Fazer gestões, junto ao Órgão Central do DPRF, quanto à descentralização de recursos, visando à quitação tempestiva dos contratos vigentes na Unidade, de forma a evitar possíveis ações judiciais de cobrança por parte de seus contratados ou mesmo interferência na qualidade dos serviços prestados.			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
			316
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
<p>Foram implementadas novas práticas no Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI da UJ após a recente alteração dos servidores lotados na área. Dentre as novas práticas, destacamos o levantamento da época de vencimento das contas de serviços continuados e serviços fornecidos por concessionários públicos visando otimizar o trabalho do NUOFI através da alteração da data de vencimento para períodos próximos. Destaque também para a aglutinação solicitada às empresas para emissão de fatura consolidada nos casos que, em virtude de fornecimento do serviço em várias localidades do estado, há mais de um faturamento, para que, em conta unificada, o controle e pagamento ocorram de forma otimizada. Estas práticas visam facilitar a programação financeira mensal, controle de contas pagas ou a pagar, estatísticas, distribuição equânime do volume de trabalho ao longo do mês, etc. Outrossim, a diminuição de pagamentos em atraso (documentos em anexo, estudo demonstrativo do somatório de dias em atraso para pagamento de todas as faturas de fornecimento de serviço público de água e esgoto) comprova a melhor situação financeira da Superintendência e do DPRF neste segundo semestre pois, na mesma medida em que os recursos são consumidos de maneira mais célere através do rápido empenho e pagamento das despesas, mas recursos podem ser disponibilizados. Esta lógica decorre da necessidade de não deixar recursos públicos parados na conta à espera de empenho ou execução financeira, sendo que poderiam estar empregados em outras ações.</p>			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201109077	28	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação nº: 01 - Fazer gestões junto ao Órgão Central do DPRF, de forma permitir a implantação de política de recursos humanos mais eficiente e eficaz, capaz de satisfazer as demandas das CADA e da JARI e, conseqüentemente, mitigar os riscos de prescrição de autos de notificação e infração por decurso de prazo de julgamento.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
			316
Síntese da providência adotada:			
<p>A situação de carência de efetivo é generalizada em muitas unidades do DPRF e, da mesma forma, em Minas Gerais. Entretanto, desde muito tempo a Superintendência tem realizado ações visando sensibilizar a Administração Central do DPRF sobre o quão preocupante é a carência de pessoal frente ao serviço que a Polícia Rodoviária Federal precisa prestar à sociedade. Vide documentos em anexo, a saber: Memo 129/2009-SPF, destinado à Divisão de Fiscalização de Trânsito do DPRF, Memo 252/2010-SPF destinado ao Sr. Superintendente, Memo 186/2010-GAB, destinado ao Sr. Diretor-Geral do DPRF, estudos estatísticos realizados pela Seção de Recursos Humanos da 4ª SRPRF-MG e Memo 053/2011-Del 16/Paracatu/MG destinado à Sra. Diretora-Geral e ao Sr. Superintendente, bem como a repercussão gerada por este último documento, em que foi informado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF o conhecimento de pelo menos 108 (cento e oito) servidores interessados em serem removidos para a Superintendência em Minas Gerais. Da mesma forma, em diversas ocasiões foi levado ao conhecimento da Administração Central do órgão a situação da Superintendência com relação ao efetivo policial, inclusive apresentado em reunião de trabalho envolvendo todos os superintendentes das unidades regionais do DPRF, ocorrida em Petrópolis/RJ no período de 21/08/2011 a 28/08/2011. Não obstante a essa dificuldade de efetivo, a UJ vem trabalhando, de tempos em tempos, em regime de mutirão para dar andamento aos processos e promover o julgamento das Defesas Prévias e Recursos de Infração, evitando, assim, a prescrição por decurso de prazo.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Os autos de notificação e infração que iriam prescrever em 2011 foram todos julgados. Para 2012 estão sendo formadas 8 comissões para julgando.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	28	
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
Recomendação nº: 02 - Efetuar, nos termos da cláusula segunda do Convênio DPRF/PMMG nº 01/2007, o acompanhamento e a fiscalização da atuação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, em especial quanto ao julgamento de recursos de autuação e infração, de forma a evitar a prescrição de autos por decurso de prazo.			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
			316
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
A situação foi comunicada à Polícia Militar de Minas Gerais, que designou vários militares para, em trabalho conjunto realizado na Sede da 4ª SRPRF-MG, realizarem relatório dos processos pendentes de julgamento. O trabalho foi desenvolvido no mês de maio de 2011 e contou com a participação de vários policiais militares. Adicionalmente, a conveniada foi notificada através do Ofício 408/2011-GAB (em anexo) para indicar os membros da JARI das unidades do interior do estado de Minas Gerais, o que foi atendido. O convênio DPRF/PMMG 01/2007 encerra sua vigência no início de 2012 e, para o novo convênio a ser celebrado, já iniciaram-se as tratativas para alteração dos termos do convênio, de maneira a deixá-lo mais dinâmico e facilitar o controle e a fiscalização das incumbências de ambos os convenentes.			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
Os autos de notificação e infração que iriam prescrever em 2011 foram todos julgados. Para 2012 estão sendo formadas 8 comissões para julgando.			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	18	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº: 01 - Repisar, junto ao Órgão Central do DPRF, a necessidade de descentralização de recursos para a manutenção e aferição dos medidores eletrônicos de velocidade, de forma a viabilizar a utilização efetiva desses equipamentos e atender ao disposto na Resolução CONTRAN nº 146, de 27/08/2003.			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
			316
Síntese da providência adotada:			
A Divisão de Multas e Penalidades – DMP/CGO/DPRF contactou as unidades regionais do órgão para realização de levantamento da atual situação dos medidores de velocidade, visando otimizar a distribuição dos recursos orçamentários. O levantamento visava distribuir o escasso recurso do DPRF nesta ação para as regionais onde o resultado fosse efetivo, ou seja, onde os radares tivessem condições de serem utilizados para fiscalização de excesso de velocidade. A resposta da Regional foi tempestiva, comprovando que a UJ tem se comprometido com a obtenção dos recursos para manutenção e aferição dos radares. Até o momento, a UJ já possui quatro radares em condições de operação no estado, e está promovendo a realização de estudo técnico, solicitação de adequação de sinalização ao órgão competente – se for o caso – em cumprimento à legislação vigente, resguardando os direitos condutores de veículos automotores com relação à necessidade de haver sinalização advertindo sobre a fiscalização eletrônica de velocidade.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No intuito de dar celeridade às manutenções e aferições, este ano esta Regional contratará uma empresa especializada para prestar esse tipo de serviço. Com isso não será necessário abrir um processo de contratação toda vez que um radar precisar ser mantido ou aferido.			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	24	
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
Recomendação nº 01 - Contratar serviços por inexigibilidade de licitação apenas quando restarem comprovados os requisitos da inviabilidade de competição, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/1993.			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
			316
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
O prestador de serviço contratado apresentou, posteriormente, documento hábil (em anexo), nos termos da Lei 8.666/93, para comprovação de que trata-se de fornecedor exclusivo dos serviços de assistência técnica para os equipamentos de propriedade da Polícia Rodoviária Federal. Outrossim, a Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União, assessoria jurídica do órgão, vem passando nos últimos anos por sensíveis alterações que envolvem, entre outras, uma maior abertura e aproximação com os órgãos assessorados, minimizando a possibilidade de ocorrência de equívocos de entendimento ou interpretação da legislação. Esta conduta, aliada às capacitações promovidas pelo órgão nas áreas de licitações, contratos, fiscalização e gestão, tendem a eliminar ocorrências desta natureza na Administração Pública.			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	21	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 01 - Elaborar, quando da contratação de obras, projetos básicos que contemplem o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras, bem como evitar a contratação de serviços adicionais não licitados, em consonância ao art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93.			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
			316
Síntese da providência adotada:			
<p>A UJ não dispõe, em seu quadro de pessoal, servidores detentores do cargo de “engenheiro”, “arquiteto” ou congêneres, com habilitação profissional que os permita elaborar e registrar junto aos órgãos competentes projetos de engenharia. Desta forma, para elaboração de projetos de reforma é imprescindível para o órgão a contratação prévia de empresa especializada para elaboração de projetos, plantas, planilhas de preços, etc, tudo com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) para que, de posse dos projetos, seja realizada a licitação. Ciente da situação periclitante de algumas edificações, e após ver frustrada a execução de contrato anterior que culminou com sua rescisão por inexecução por parte da empresa (contratada para elaboração de projetos de reforma e ampliação dos postos de fiscalização), a 4ª SRPRF-MG realizou licitação (nº 08.656.014.053/2010-95, Pregão Eletrônico 17/2010, ata disponível no site do Comprasnet) para contratação de empresa(s) responsável(is) pela elaboração de projetos para alguns postos, notadamente os de piores condições de manutenção. Como a sessão pública durou alguns dias e, neste interstício, houve a mudança para o exercício financeiro de 2011, mister se fez juntar aos autos declaração de disponibilidade orçamentária do exercício corrente, o que não foi possível em razão da combinação de certos fatores, a saber: demora na aprovação do Orçamento Anual pelo Congresso Nacional, combinado com a edição do Decreto Presidencial nº 7.446/11 (e as respectivas portarias ministeriais que o complementaram), o qual limitou os recursos (ou a forma de obtê-los) para execução de obras e reformas em prédios públicos. A combinação destes fatores impossibilitou a emissão de declaração de disponibilidade orçamentária pois os recursos foram contingenciados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG e, conseqüentemente, não foi possível contratar as empresas, mesmo após realizada a licitação. Atualmente, encontra-se em curso processo que visa contratação de empresa especializada para “manutenção predial”, que tem como escopo recuperar as condições de uso e habitabilidade das edificações, enquanto a administração trabalha paralelamente da contratação de projetos de reforma para as necessárias intervenções nas edificações da UJ.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi contratada empresa especializada para a confecção de projetos (Contrato 29/2011) e registrado preço para manutenção predial (Atas SRP nº 11 e 12/2011).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	23	
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
Recomendação nº 01 - Verificar periodicamente o estado de conservação de imóveis, de modo a evitar contratações emergenciais decorrentes de falta de manutenção, conforme disposto no art. 116, VII, da Lei nº 8.112/90.			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
			316
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
Adicionalmente às providências intentadas pelo órgão na recomendação anterior, de continuidade nos processos de reforma predial, a Administração vem tentando realizar registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial sob demanda, incluindo fornecimento de material. O preço registrado levará em consideração uma alíquota fixa de BDI (Bonificações e Despesas Indiretas), sagrando-se vencedora da licitação a empresa que apresentar proposta que consignar maior desconto sobre os custos da Tabela SINAPI, índice oficial de preços mantido e atualizado pela Caixa Econômica Federal. Trata-se de iniciativa pioneira no DPRF, encampada pela 4ª SRPRF-MG, em que a empresa beneficiária do registro de preços será provocada a comparecer ao local onde será dada a manutenção (Sede da Superintendência, postos de fiscalização ou delegacias) para realização de levantamentos e cotação do serviço, fornecendo em seguida a planilha de custos que, após aprovada pela Administração, terá emitida a Nota de Empenho para realização dos serviços. Já foi realizada uma primeira licitação em 2011 (Processo 08656.007522/2011-09, Pregão Eletrônico 04/2011, ata disponível no site do Comprasnet), mas a sessão pública foi deserta. Foi então iniciado novo processo (08656.014879/2011-35), combinado com uma estratégia de maior divulgação junto às empresas do ramo para orientá-las sobre o escopo da contratação e a forma de execução, visando o sucesso da licitação.			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
Foi contratada empresa especializada para a confecção de projetos (Contrato 29/2011) e registrado preço para manutenção predial (Atas SRP nº 11 e 12/2011).			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			

15.4 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
	201109077	19	
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			316
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
<p>Recomendação nº 01 - Consultar formalmente a Secretaria de Patrimônio da União, tendo em vista o disposto no art. 38, VIII, do Decreto nº 6.081/2007, acerca das providências a serem adotadas para regularizar as fragilidades na gestão de bens imóveis, bem como viabilizar o registro das informações relativas aos imóveis de uso especial de responsabilidade da Unidade no sistema SPIUnet, de forma a refletir a situação atualizada dos mencionados bens, em observância ao disposto na Portaria SPU nº 206, de 08 de dezembro de 2000 e na Portaria Interministerial STN/SPU nº 322, de 23 de agosto de 2001, bem como à Macrofunção SIAFI nº 02.11.07 e a Orientação Normativa/GEADE/SPU/MP nº 004/2003.</p>			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
SAF			
<i>Justificativa para o seu não cumprimento:</i>			
<p>A Secretaria de Patrimônio da União foi contatada através do Ofício 04/2011-NUPAT de 10/05/2011 (anexo), bem como, paralelamente, foi consultada a Divisão de Patrimônio e Materiais – DIPAM/DPRF/MJ (cópia de e-mail anexa) sobre orientações a serem seguidas para regularização da situação patrimonial dos imóveis da 4ª SRPRF-MG. Foi autuado processo de número 08656.005810/2011-11 para registro das ocorrências e providências relativas à referida regularização o qual, após orientações recebidas através do ofício da SPU (anexo), poderá converter-se em procedimento para contratação de empresa especializada para realização do levantamento sugerido, devido à falta de corpo técnico especializado nos quadros da Unidade Jurisdicionada.</p> <p>Complementarmente, foi realizada reunião em 13/09/2011 às 10:00 com a presença do Sr. Superintendente da SPU, Dr. Rogério Veiga Aranha, Sr. Coordenador de Incorporação – COOIN, Luciano Caetano Souto e da Sra. Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial – DIGEP, Júlia Maria de Oliveira, para tratar da regularização da situação patrimonial da Sede da Superintendência e dos postos de fiscalização e delegacias da Polícia Rodoviária Federal.</p>			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			
<p>Esta Regional tentou realizar a avaliação dos imóveis com os próprios servidores, porém devido à falta de conhecimento técnico não foi possível. Além disso, cada Delegacia foi consultada no intuito de que a avaliação fosse realizada através de corretores de imóveis de cada região, mas esse tipo de serviço não é gratuito.</p> <p>Após essas tentativas, conforme processo nº 08.656.005.810/2011-11, o Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT sugeriu a contratação de empresa especializada para avaliar os imóveis, a qual será acatada por esta Administração.</p>			

16 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

16.1 - Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre a recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.

Não houve

16.2 - Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendente de atendimento

Quadro A.16.2 – Informações sobre a recomendação da unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Não houve

17 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.

17.1 - Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
4ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MG		200115	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/PROG/SEM/J
Coordenador